



Revista da Academia Mineira de Letras

ANO 97º – VOLUME LXXVII – 2017

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 96º – volume LXXVI
Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras / V. LXXVI/ 2016.
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2016.
Fundada em 1922
ISSN 1982-6680
1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretora: Elizabeth Rennó

Editor: Manoel Hygino dos Santos

Revisão: Pedro Sérgio Lozar

Digitação: Marília Moura Guilherme

Capa: Liu Lopes

Diagramação: Gilson dos Santos Costa

Impressão: Parque Gráfico da Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais - Prodemge

OBSERVAÇÃO

Apresentamos um novo número de nossa Revista, depois de um longo hiato. Este se deveu a profundas transformações na estrutura e no funcionamento da Imprensa Oficial, como estabelecido na Lei Estadual 22.285/2016. A partir da presente edição, estaremos operando ao lado da Prodemge, que será a nossa parceira, nos termos ajustados com a Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais – Secri.

No ensejo, cabe transmitir agradecimentos aos que cooperaram para êxito dos entendimentos havidos no período de transição, especialmente ao confrade Angelo Oswaldo, que tanto ajudou nas gestões com a Casa Civil-IO e Prodemge.

ÍNDICE

DOIS AUTORES INDIANISTAS BRASILEIROS	
Elizabeth Rennó	13
CERCANIAS – REVELAÇÕES DA POESIA DE YEDA PRATES BERNIS	
Marcio Sampaio	15
PRÊMIO ALCEU AMOROSO LIMA 2016 – POESIA E LIBERDADE	
Patrus Ananias de Souza	17
UM AUTÊNTICO HUMANISTA	
Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho	21
SANTOS DUMONT: TERRA DO PAI DA AVIAÇÃO, DO QUEIJO DO REINO E DA CULTURA	
Manoel Hygino dos Santos	25
TRAJETÓRIA DE PAULO LAENDER	
Angelo Oswaldo de Araújo Santos	31
PERMANÊNCIA DO SUPLEMENTO LITERÁRIO	
Rui Mourão	35
CHUVA	
Danilo Gomes	38
MINAS É MUITAS	
Carmen Schneider Guimarães.....	41
PARIS É UMA FESTA	
José Maria Couto Moreira	43
MÁRIO DE ASCENÇÃO PALMÉRIO: UMA DAS EXPRESSÕES MÁXIMAS DO REGIONALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA	
Paulo Fernando Silveira.....	45

SUICIDAR(-SE) Pedro Sérgio Lozar.....	49
DOM QUIXOTE E O GARANTISMO PENAL Rogério Medeiros Garcia de Lima.....	51
FUSCO NO PASQUIM 1: 40 ANOS AINDA AGORA Ronaldo Werneck.....	69
CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA Carlos Perktold.....	73
BERNARDO GUIMARÃES E O ERMITÃO DO MUQUÉM Antônio de Paiva Moura.....	77
DE MÃOS DADAS – REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE MINAS José Raimundo Gomes da Cruz.....	79
TRAGÉDIA Yeda Prates Bernis.....	85
SONETOS DE EDISON MOREIRA Carmen Schneider Guimarães.....	87
MALEITA Carmen Schineider Guimarães.....	93
SAUDOSAMENTE Gérson Cunha.....	95
ENCONTRO Zanoni Neves.....	97
CULTURA PARA TODOS Rogério Faria Tavares.....	99
A OBRA DE MURILO RUBIÃO: UM MARCO DA MODERNIDADE Audemaro Taranto Goulart.....	101

MILTON REIS TRANSPIRAVA POLÍTICA Décio Freire	107
PELO CENTENÁRIO DO PROFESSOR WILTON CARDOSO Elizabeth Rennó	111
O CENTENÁRIO DO PROFESSOR WILTON CARDOSO Rodrigo Cardoso	113
MANOEL DE BARROS, DESCONSTRUÇÃO E LITERATURA DA ANIMALIDADE Luciana Pimenta.....	115
JOSÉ CRUX RODRIGUES VIEIRA E A PERMANÊNCIA DA PALAVRA Luís Giffoni.....	125
EM LOUVOR DE HÉLIO ARMOND José Anchieta da Silva	131
CENTENÁRIO DE WERNECK CORTES Lúcio Urbano	135
À MEMÓRIA DE MEU PAI Fernando Armond	137
HÉLIO ARMOND WERNECK CORTES: MAGISTRADO E ACADÊMICO Bruno Terra Dias	141
PERFIL DE UM EDUCADOR Elizabeth Rennó	145
HOMENAGEM AO PROFESSOR ALUÍSIO PIMENTA Dijon Moraes Junior	149
SAUDAÇÃO AO PROFESSOR ALUÍSIO Antonio Carlos de Albuquerque	153
AOS QUE VÃO NASCER Roberto do Nascimento Rodrigues	157

O SERVIDOR PÚBLICO ALUÍSIO Hugo Pereira do Amaral.....	161
SESSÃO SAUDADE Sônia Pimenta	165
ANGÚSTIA E A POROSIDADE DAS FRONTEIRAS Ivete Walty	171
HOMENAGEM AO ACADÊMICO ALMIR DE OLIVEIRA Elizabeth Rennó	181
O ALTO MERECIMENTO DO ALMIR DE OLIVEIRA Wanderley Luiz de Oliveira	183
ALMIR DE OLIVEIRA: 1916-2016 Ivone Zimmermann.....	187
COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE MEU PAI, O ACADÊMICO ALMIR DE OLIVEIRA Dione de Oliveira Vilela	196
DARCY RIBEIRO ASSUME A CENA Petrônio Braz	204
OBRAS RECEBIDAS	217
QUADRO ACADÊMICO	223

UM LEMBRETE INICIAL

Ainda sob a consternação pelo falecimento do confrade Oiliam José, faz-se chegar ao leitor mais um número da *Revista da Academia Mineira de Letras*, que o sodalício mantém há décadas. É o resultado de um intenso esforço, superando dificuldades e circunstâncias adversas.

A Academia está consciente da importância de levar aos que não podem frequentar nossas reuniões a voz de ilustres brasileiros que, na Casa de Vivaldi, contribuem com sua participação para manter a tradição e a força intelectual e literária de Minas.

Graças a estas páginas, confirma-se que nossos homens de letras e cultura prosseguem em permanente labor, contribuindo para o engrandecimento de nossa instituição, cuja relevância é plenamente reconhecida em todo o país.

Pela inserção de matérias relativas à Universidade Livre, o espaço destinado aos confrades ficou reduzido na presente edição, o que se espera compensar no próximo número.

DOIS AUTORES INDIANISTAS BRASILEIROS

*Elizabeth Renno**

O indianismo popularizou a literatura brasileira e deu cunho nacional ao Romantismo, revigorando-o após a Independência proclamada. Uma porção nativa procurou afirmar-se na autonomia de seus valores literários, políticos e sociais. A escritura passou a ser feita para o país, Brasil, desprezando os cânones lisboetas e o novo modelo foi buscado na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Os elementos nativos eram, no entanto, o chamariz para a empolgação de uma nacionalidade vinda desde a carta de Pero Vaz de Caminha, ao descrever a nova terra descoberta.

A posição de José de Alencar no contexto indianista histórico é ressaltada como relevante. Sua obra, principalmente em **O Guarani**, polariza-se em duas vertentes: a aristocrática, em que as suas personagens atuam no ambiente da Corte ou das fazendas ricas do Brasil do século XIX e a popular, nas cantigas nordestinas, também manifestada na literatura de cordel.

Em sua feição nacionalista acentuada, o indígena passa a ser símbolo e motivo. Sob a proteção de D. Pedro II, o movimento cresceu na pretensão de configurar a autonomia literária brasileira.

Os motivos indígenas e os da natureza brasileira, como as palmeiras, as frutas tropicais, ramos de café e tabaco, a coroa feita de flores de acácia e sassafrás, as penas de galo-da-serra e do papo do tucano faziam parte das vestimentas reais, da Ordem do Cruzeiro do Sul, da medalha de Paissandu, das alegorias em retratos e ilustrações.

Alencar situou o índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, na vida cotidiana, buscando imprimir valores nacionais no empenho de afirmar o espírito brasileiro em oposição a Portugal. O mundo criado por ele foi poético e heroico, mais lenda do que História. O índio de índole mansa e bom de natureza, assim descrito, atravessou os três primeiros séculos, a partir do descobrimento, e foi grandemente valorizado no século XIX, no Romantismo.

Gonçalves Dias substituiu o mito e a ideologia pela realidade humana e fantasiosa do indígena. Difere do exotismo de Chateaubriand, do convencional em Santa Rita Durão e Basílio da Gama. Foi autêntico pelo sangue e pelo viver com os índios, assimilando-lhes os hábitos e cultura e pelos estudos deixados em

* Escritora; presidente da Academia Mineira de Letras; ocupa a Cadeira 21. e.renno@hotmail.com

Brasil e Oceania, escrito para o Instituto Histórico e no **Vocabulário da Língua Tupi**. Apesar de ter sido estudado etnológica e socialmente, o seu índio é o herói idealizado.

O indianismo gonçalvino é específico, autobiográfico, inerente à sua imaginação poética, substância de sua obra. Não se liga ao europeu, repassado à concepção do *bom selvagem*. O brasileiro que impregna a sua obra é simples e puro.

A partir de um sabiá, cujo pouso foi por muitos criticado, aparece a verdade, transformada em mito. A saudade da pátria, no exílio, é indígena, na invocação ingênua de Pindorama, é sentimento que ultrapassa codificação. A natureza descrita por Gonçalves Dias possui aspecto físico ao descrever ele a exuberância do cenário tropical e quando imprime as cores e os sentimentos do ser humano habitante das florestas brasileiras. O viver e o sentir indígena apresentam-se em sua realidade existencial.

O instrumental poético de que se utiliza Gonçalves Dias é a essência nativista, cujo significado se reforça no ambiente natural. No seu poema incompleto *Os Timbiras*, há a corporificação de uma realidade recriada liricamente. O poeta descreve a natureza, mundo animado e pictórico, em que os sonhos são complementação do acontecido. Não cantou os mitos e as fábulas indígenas e sim os criou: *o sabiá na palmeira; o nosso céu tem mais estrelas*. O ritmo é elemento primordial na sua criação e nos faz ouvir os pés dos indígenas na dança, determinando a cadência dos versos.

Não existe qualquer influência do indianismo precedente, o arcádico, em suas composições. Ao índio, acessório e decorativo na sua exuberância pagã, contrapõe, na abrangência dos três gêneros a que se dedicou: o lírico em *Leito de Folhas Verdes*, o dramático em *Y-Juca Pirama* e o épico em *Os Timbiras*, a própria humanidade que substancia a sua poética.

O poeta maranhense utilizou o elemento mítico necessário e reclamado pela sociedade imperial, ao esconder a desumanidade da escravidão. Deste motivo, surgiu o seu conhecimento histórico e etnográfico.

Gonçalves Dias não foi o introdutor do tema indianista na literatura brasileira, mas a esta predileção do sentimento nacional, insuflou vida. E dizia, ao explicar o português arcaico que empregara em *Sextilhas de Frei Antão*, objetivando unir a literatura brasileira à portuguesa: *que não de ser duas, mas semelhantes e parecidas, como duas irmãs do mesmo tronco e que trajam os mesmos vestidos – embora os trajem por diversa maneira, com diverso gosto, com outro modo e graça diferente*.

CERCANIAS – REVELAÇÕES DA POESIA DE YEDA PRATES BERNIS

Marcio Sampaio*

*Arde em mim, neste momento, um segredo:
respirar em grandes haustos a poesia.*
 (“Tarde” – Yeda Prates Bernis)

Ao debruçar-me sobre os novos poemas de Yeda Prates Bernis, deparei-me com um dilema: organizá-los ao gosto do leitor, que se encanta com a sequência aleatória de pequenas joias poéticas, ou atuar com o rigor do produtor editorial, que deve pensar esse conjunto como uma *obra*. Foi assim necessário instituir um espaço de fluente trânsito entre o pragmático e o emocional, um campo de leitura que ampliasse a percepção do significado dessa poesia que, em sua aparente simplicidade, constrói com vigor e densidade uma longa experiência de vida e uma leveza do que se recolhe do tempo vivido para desvelar o mistério dos instantes.

Com delicadeza no trato dos temas, alguns recorrentes em sua obra, que fluem temperados por contido lirismo, surpreendentes imagens e situações renovadas, Yeda por vezes rompe o contrato com a luminosa revelação da natureza, do mundo, da convivência, do amor e do afeto, para revestir sua poesia de melancolia, saudade e um certo enfado. Com a consciência da impregnação do tempo em nossa vida, da corrosão das coisas, das perdas, da falta e dos esquecimentos, vai alternando, ao longo dos anos, a construção do entendimento com que extrai e conforma sua poesia, que é testemunho e revelação.

O poema “Escusa”, que poderia abrir este livro, mas que a autora preferiu não publicar (e o cito aqui com sua autorização), ressoa a consciência de que a poesia é tanto o ar essencial que nos alimenta, como também a lâmina que perfura o tecido inconsútil da vida, por onde vazam luz e sombra: *Perdoai/ se o pranto de minhas palavras/ escorre e mancha as vossas vestes.*

Das revelações de breves momentos, em que a poeta se depara com um acontecimento mínimo no entrelace da vida com a natureza e se debruça para respirar o ar cristalino de suas vivências – quando as coisas próximas se acercam

* Poeta, artista plástico. Ocupa a Cadeira 28 da Academia Mineira de Letras. sampaio marcio@yahoo.com.br

do sagrado –, ela extrai sutis emanções com que irá compor as imagens de sua refinada escrita poética.

Cercanias constitui-se de lugares povoados de iminências, que tangenciam o território precioso da poesia. Diante de pequenos acontecimentos do dia a dia, a autora vai apreendendo o ser da poesia, para construir imagens transcendentais que, por contaminação mágica, se tornam luminosa celebração da natureza e da vida.

Mas é também no seu recolhimento existencial, em que vai bordando as emoções contidas e essenciais do viver, que ela cria o quadro comovente de sua entrega ao tempo. Miniaturas sutis e, no entanto, profundas que refletem, na minuidade da forma – como seus antigos haicais –, a extensão ampliada de uma longa e generosa existência.

Por vezes, é nesse processo silencioso de olhar e traduzir os impulsos da vida que os enigmas da nossa existência se porfiam, buscando um lugar numinoso e perene dentro deste mundo transitório. Com efeito, ao curvar-se às tensões com que a vida nos toca e obriga – a perceber, sentir, imaginar, para transfigurar as circunstâncias nos desvãos da realidade imediata –, Yeda engendra seus poemas como o lugar precípua da poesia. Então, substanciado em nova densidade, o poema se constrói pela consistência que extrai do próprio sumo da língua e enseja, ao mesmo tempo, a experiência da memória do vivido, do imaginado – a construção dos afetos, que defende sua poética dos ásperos condicionamentos do cotidiano.

Mas é também aí que sua poesia, feita de delicadas filigranas, ancorada no alubrimento das revelações que a poeta retém dos vestígios dos dias, se abriga no nicho da permanência, sobrepondo ao tempo da memória a experiência antecipada do futuro.

Em cada experiência, em cada revelação apreendida no silencioso fluir e fulgir do tempo, intermediando o mistério com uma palavra não enunciada, garimpada em seu dicionário pessoal, Yeda vai construindo seus lugares e lugares poéticos, desfazendo e refazendo contas, sem queixas e sem lamentos, para que o leitor sorva em sua inteireza o alimento essencial da poesia.

É assim que revisito no interior dessas reflexões e nas *cercanias* da memória afetiva a pessoalíssima, comovente e reveladora poesia de Yeda Prates Bernis.



PRÊMIO ALCEU AMOROSO LIMA 2016 – POESIA E LIBERDADE

*Patrus Ananias de Souza**

A obra de Yeda Prates Bernis se insere na melhor tradição da poesia e da literatura mineiras, que a partir das nossas raízes, das nossas aldeias, para lembrar o célebre conselho de Tolstói, entra em sintonia com a comunhão nacional e se abre ao mundo.

O tempo, a busca proustiana do tempo perdido, o tempo vivido, o tempo onírico, o tempo desejado, intuído, o tempo mítico, ancestral, o tempo místico, da transcendência, o tempo que se dilui na eternidade, nos caminhos imperscrutáveis do mistério, o tempo é uma presença forte na literatura mineira.

Desde o século XIX com *Minhas Recordações* de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, com as primeiras anotações do diário de Helena que deram origem ao delicioso *Minha vida de menina*; chegando ao século XX com o memorialismo ficcionista, ensaístico, poderoso de Pedro Nava; com *A menina do Sabrado* de Cyro dos Anjos; com as andanças do coração de Maria Helena Cardoso; a obra esplêndida, poética, pedagógica de Bartolomeu Campos Queiroz; mesmo uma vida e uma Inteligência inquietas como as de Darci Ribeiro, sempre abertas aos desafios e possibilidades do presente e do futuro, deixou-nos as suas *Confissões*.

O memorialismo mineiro marca vigorosa presença nos dois maiores autores que Minas deu ao Brasil e ao mundo: Guimarães Rosa com as recordações ora inquietas, ora serenas, sempre elevadas de Riobaldo Tatarana. O próprio autor se reencontra em Miguilim.

Boa parte da obra do poeta de Itabira, sem perder a sua qualidade superior e universal, é um mergulho, a partir dos vínculos familiares, nos subterrâneos da História de Minas, uma busca do nosso inconsciente coletivo.

Ainda no campo da poesia merece registro a memorialística crepuscular, agônica de Dantas na sua belíssima e sofrida obra *Elegias do país das gerais*.

A refinada poesia de Yeda Prates Bernis se insere, em muitos momentos, nessa tradição memorialística que transcende os limites do tempo

*Professor, escritor, ex-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Ocupa a Cadeira 39 da Academia Mineira de Letras. ananiaspatrus@gmail.com

cronológico, os frágeis limites da condição humana.

“No porta-retrato
Um tempo respira,
morto.”

“Caravelas brancas
Navegam no ar
O nunca chegar.”

Essa poética do tempo perpassa a obra de Yeda e se torna mais presente e ao mesmo tempo mais fluida em *Entressombras*, onde o “mítico relógio Não se importa com dezembro sem janeiro”.

Yeda busca a alma do tempo que

“.....

ignora o relógio
zomba da ampulheta.
Não tem cor nem rosto,
disfarça certezas.

Sutil argonauta
projeta seu voo

em astros e estrelas.
Passeia em campina

esbanjando verdes,
instaura carícias

ou fúria e demência.
Constrói e destrói

negaceia e foge.
Volúvel e fria

caminha implacável
sem alma sem dor
no corpo do tempo.

O tempo é um momento, esquecimento:

“.....

A alma desce os degraus dos dias,
procura a infância,
quer abraçar, dar carinho esquecido.
É um véu de espessas brumas
oculta o que hoje
é um claro esquecimento.”

A poeta tenta pousar o tempo, passageiro e fluido:

“Pousar o tempo de primavera e flor
sobre as asas do vento

pousar o tempo de luz e sombras
sobre a rosa dos ventos

pousar o tempo de bruma e silêncio
sobre o vendaval das horas

pousar o tempo de solidão e ausência
sobre mármore frio.”

Associado ao tempo o fluir das águas:

.....

“Aprisiono o dia
e ele água
Em minhas mãos escorre”.

Como todas as mineiras e mineiros, Yeda sente o fascínio, o mistério no mar:

“O que intriga no mar
é esta pele de arrepios
por emoções desconhecidas.
O que encanta no mar
é sua cor verde, azul e cinza
– conluio com sol e luar
O que espanta no mar
é sua maternidade
inaugural primavera

O que desorienta no mar
é sua insaciável fome
de navios e homens.”

O filósofo Heráclito assegurava que não se atravessa duas vezes o mesmo rio porque as águas passam. O rio de Heráclito na cartografia de Yeda

“.....
Navega entre luzes
e sombras e ódios
e amores, impávido.
Inútil a barragem
de sonhos, coragem:
deságua nas águas
do eterno. Sem mágoas.”

Assim também a poesia de Yeda navega

“... nas águas deste Agora
até desaguar na imensidão
de um mar.”



UM AUTÊNTICO HUMANISTA

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

Vivaldi Moreira foi um autêntico humanista, muito influenciando a cultura mineira.

A imortalidade que goza nas províncias das Letras correspondeu a seus atos magníficos a favor da literatura brasileira.

A sua dedicação à Academia Mineira de Letras, à qual consagrou boa parte de sua vida, mormente na presidência deste silogeu da intelectualidade brasileira, foi tão absorvente que sua existência se confundiu com esta notável Instituição.

Seu espírito voltado para o cultivo das humanidades acendeu nele o esforço para as grandes batalhas da ideia no jornalismo, tendo elaborado e publicado milhares de artigos, mostrando-se um escritor primoroso.

A ele se deve, outrossim, a organização da Biblioteca da AML.

Por tudo isto reuniu em torno de si uma plêiade de homens ilustres que por sua sabedoria transcendente se mostraram um brasão das tradições literárias de Minas Gerais, acadêmicos respeitáveis, rasgando caminhos para intelectuais de todo o país.

Vivaldi foi um indefesso cultor dos livros e, por isto, se tornou admirável como um polígrafo digno de encômios, patenteando o amor à leitura das obras clássicas, hoje em dia tão menoscabadas.

Dentre seus 20 livros se destacaram *Glossário das Gerais e Milton Campos, Política e Letras*, obra reeditada pelo Senado Federal por ocasião do centenário deste inesquecível político.

Vivaldi se mostrou um sábio leitor, não demonstrando nunca uma vertigem compulsiva por mais que desejasse percorrer, sobretudo, também os *best-sellers* que iam surgindo. Sempre foi visto às voltas com algum livro. Esta era sua vocação inata e é a vocação que faz a individualidade, destaca os méritos, amplia e duplica as percepções, oferecendo uma vivência profícua, por oferecer uma visão ampla do cosmos e dos seres humanos.

*Professor no Seminário de Mariana durante 40 anos. Ocupa a Cadeira 12 da Academia Mineira de Letras. vidigal@homenet.com.br

Sem se deixar ensandecer diante das estantes, leu com discernimento milhares de boas produções, nunca sendo um literalista banal, mas penetrando fundo nas mensagens recolhidas com precisão.

Procurava na literatura não suas características prosaicas, mas era seu nuto contínuo reconhecê-las e compreender o que elas significam. Daí o motivo pelo qual nunca foi superficial e dispersivo. Ele possuía uma sedução profunda pelos livros, mas intentava captar a essência da comunicação de cada autor. Não esperava nunca uma resposta definitiva para suas reflexões, sabedor que é insaciável o espírito humano na busca de suas indagações. Ele sabia explorar as múltiplas relações que se entrecruzavam nas páginas que lia e apreciava.

As bibliotecas nunca foram para ele um mero repositório de curiosidades e, por isto mesmo, fez sempre uma triagem perfeita dos volumes recebidos pela AML, nos quais os consulentes têm deparado os segredos de um sólido conhecimento. Ele considerava a biblioteca como um templo sagrado onde os livros devem ser tratados como essências cristalinas e preciosas.

Vivaldi não queria apenas ostentar coleções renomadas ou obras raras, mas que os livros fossem sempre objetos do desejo de se crescer no saber.

Eis por que doou para a Academia sua biblioteca particular com cerca de vinte mil volumes(*). Esta biblioteca prima antes de tudo pela qualidade mais do que pela notável quantidade de livros. Estes, no seu conceito, deveriam favorecer sempre determinados objetivos culturais. Grande era sempre o seu júbilo ao receber preciosos volumes ofertados, enriquecendo o acervo bibliográfico da AML. O acadêmico Dom Oscar de Oliveira, por exemplo, foi um dos que muito contribuíram para esta Biblioteca, inclusive entregando pessoalmente a Vivaldi Moreira a valiosa obra de EGIDIO FORCELLINI intitulada “TOTIUS LATINITATIS LEXICON”, que especialmente trouxera de Roma.

A radiante obra literária de Vivaldi Moreira foi-se transformando em pura glória, por ter sido ele um grande arquiteto da expressão verbal, um admirável artista da palavra. Sua escrita e sua fala eram altíloquas, tersas, harmoniosas, lustrosas.

Fez-se orago e mentor não só dos inúmeros acadêmicos da AML, mas também de centenas de cultores da Língua Pátria, os quais não se vergam ao sopro da anarquia gramatical que tantas vezes tenta deslustrar a “última flor do Lácio inculca e bela”.

Muito admiradas foram a pureza e a beleza de seu estilo. Sua linguagem era simples, fluente, precisa, iluminada por uma maravilhosa riqueza verbal.

Vivaldi Moreira soube mostrar nos seus escritos e no seu amor à literatura que a glória da arte literária está no fato de ser ela antes de tudo e sobretudo uma vestidura na luta pela grandeza da pátria. Para ele esta arte foi diuturnamente o sinal esplendido do pensamento, a forma lúcida da idéia.

* Cf *Efemérides da Academia Mineira de Letras*, organização dos acadêmicos Oílham José e Martins de Oliveira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1999. p. 237.

Foi, na realidade, um escritor adamantino, literato de rijeza e lume na frase, salientando-se os fogos do seu pensamento repleto de sabedoria, alicerçado na sua profunda formação filosófica. Eis as palavras de um grande amigo seu, o escritor e político Pedro Maciel Vidigal, que assim se expressou: “Jornalista, ensaísta, historiador, memorialista e conferencista, Vivaldi Moreira, na História da Cultura Mineira, conquistou merecido lugar de destaque, que é motivo de orgulho para ele e para todos os seus amigos, admiradores e contemporâneos, entre os quais eu estou”. (*)

Adite-se que as convicções políticas de Vivaldi Moreira ressumaram, realmente, vigorosas nos seus artigos que trasladaram exuberantíssimas mensagens de probidade e de sumo respeito pela coisa pública. Jamais transigiu com sua consciência dada ao rigor de suas atitudes e de sua austeridade ética. O sentimento da moralidade e a paixão da justiça predominaram absolutamente neste homem sério e sincero. Ele jamais condescendeu com as incoerência dos maus políticos, os quais flagelava implacavelmente, exaltando, egregiamente, os bons homens públicos com os quais sempre procurou conviver. Seus escritos traduziram ininterruptamente o ideal da verdadeira democracia, da qual era indefesso defensor, incansável trovador.

Foi seu entranhado amor à AML, com a qual se identificou, que fez com que ele conseguisse para a mesma uma sede condigna de tão importante Entidade. Ele sabia transmudar ideias em fatos concretos.

Vivaldi Moreira, autêntico humanista, patenteou assim, admiravelmente, como a formação do espírito humano pela cultura literária é importante para auto-realização e para rasgar horizontes fulgurantes para a sociedade.



*VIDIGAL, Pedro Maciel. *No Horizonte da Imortalidade*. Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2001, p. 249.

SANTOS DUMONT

TERRA DO PAI DA AVIAÇÃO, DO QUEIJO DO REINO E DA CULTURA

*Manoel Hygino dos Santos**

Nos sopés da Serra da Mantiqueira, Santos Dumont se orgulha do filho mais ilustre – que dá nome à cidade – o inventor, nascido em 20 de julho de 1873, no Distrito de João Gomes, mais tarde Palmyra e depois Santos Dumont, por decreto de 1932. Localizado na Zona da Mata Mineira - às margens da BR-040 – o município também é reconhecido como berço da indústria laticinista do Brasil e pela produção do queijo *Palmyra*, tipo Reino, que começou a ser fabricado por volta de 1888, por queijeiros holandeses da ‘Cia de Laticínios da Mantiqueira’ – a primeira indústria de laticínios da América do Sul.

Em 2016, os sandumonenses comemoram dois fatos importantes: os 110 anos do voo histórico do aparelho ‘mais pesado que o ar’ – o famoso 14 Bis – em 23 de outubro de 1906, no campo de Bagatelle, em Paris; e os 128 anos do início da produção do queijo tipo Reino, de importância histórica fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade que crescia à beira do Caminho Novo – trajeto alternativo projetado, em 1700, pela Coroa Portuguesa para transportar com mais rapidez e segurança os metais preciosos extraídos, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro.

Com cerca de 45 mil habitantes, a economia local se deve em grande parte à criação pecuária leiteira, à produção industrial diversificada e ao comércio. A história da cidade está ligada a Alberto Santos Dumont e aos imigrantes, em especial libaneses, portugueses, holandeses e italianos, que chegaram à região no século XIX.

No livro *Uma cidade à beira do Caminho Novo* (publicado em 1988), o historiador Oswaldo Henrique Castello Branco (1906 - 1998) destacou a importância da construção do ramal da Estrada de Ferro Dom Pedro II para o desenvolvimento econômico, arquitetônico e cultural do município. O transporte ferroviário vivia um momento de grande expansão no país e muitas cidades pelas quais passava a estrada de ferro receberam melhorias de infraestrutura, como fornecimento de água, construção de ruas e iluminação pública. Com essas benfeitorias,

*Jornalista, escritor, ocupa a Cadeira 23 da Academia Mineira de Letras. manoelhygino@santacasabh.org.br

Palmyra se tornou palco de empreendimentos pioneiros no final do século XIX e início do XX.

Henrique Dumont, pai de Alberto – engenheiro responsável pela construção do trecho da ferrovia que passava pela Mantiqueira – chegou a Palmyra com sua família, em 1870. Para acomodá-los, escolheu uma casa de palafita, próxima ao canteiro de obras. Nesta casa, nasceu o inventor. A família permaneceu ali por 6 anos, até mudar para Ribeirão Preto.

Já famoso por dar ‘asas ao homem’ e por todas as vitórias alcançadas na França, ele retornou diversas vezes a Palmyra para visitar a casa em que nasceu – ganhada do governo da República em 1918. Lá, Alberto se dedicou à atividade de fazendeiro – fato pouco conhecido hoje. Entre 1919 e 1925, ele se devotou à pecuária leiteira, na chamada ‘Fazenda de Cabangu’, na qual criava touros importados, gado holandês e um cachorro de estimação. O leite ali produzido era comercializado para os primeiros laticínios de Minas.

Para eternizar a história de seu filho mais ilustre, transformou-se a ‘Fazenda de Cabangu’ em ‘Museu da Casa Natal de Santos Dumont’, com inauguração oficial em 20 de julho de 1973, centenário de nascimento do ‘Pai da Aviação’. No entanto, o sonho de criá-lo tivera início em 23 de julho de 1932, data da morte do inventor. O seu idealizador – Oswaldo Henrique Castello Branco – na época secretário do prefeito, participou ativamente do processo realizado em tempo recorde (uma semana) para mudança do nome de Palmyra para Santos Dumont.

Oswaldo também recebeu autorização para visitar a ‘Fazenda de Cabangu’, ver o estado da casa e recolher fotografias, objetos de uso pessoal, cartas e registros dos experimentos de aviação e dos inventos de Alberto, além de dois bustos – um de gesso e outro de bronze. Com esse farto material, foi possível realizar o sonho de organizar um museu. Outro passo importante foi a instituição, em 1949, da Fundação Casa de Cabangu – sociedade civil sem fins lucrativos criada para promover a proteção da casa onde nasceu o inventor e fazer dela foco de formação e de irradiação da consciência aeronáutica brasileira. A valorosa contribuição dos familiares de Alberto Santos Dumont com a doação de objetos pessoais colaborou para enriquecer o acervo museológico.

Com um parque de 365 mil metros quadrados, o museu fica a 16 quilômetros do centro da cidade, com acesso pela BR-499, rodovia federal construída especificamente para levar o visitante até a entrada do parque. O local é aberto à visitação de segunda a segunda, das 8h às 17h. A entrada é gratuita nos dias de semana, mas aos sábados, domingos e feriados é cobrada taxa de R\$ 2.

A administração do museu é feita pela Fundação Casa de Cabangu – em parceria com a Aeronáutica e a Prefeitura Municipal. Atualmente, passa por sérias dificuldades financeiras e estruturais, obrigando, inclusive, o fechamento dos 3 pavilhões de madeira erguidos em 1972. A visitação está liberada na casa e na sede administrativa, permitindo que se conheçam os inventos, traços da perso-

nalidade do aviador, detalhes de sua experiência como pecuarista e curiosidades sobre o seu gosto sofisticado e espírito criativo.

De acordo com o presidente da Fundação Casa de Cabangu, Tomás Castello Branco (filho de Oswaldo), o museu está em funcionamento há 43 anos devido ao idealismo, ao amor à causa e à disposição para o trabalho e para a luta de seu pai: “Cabangu é hoje uma maravilhosa realidade – principal ponto turístico de nossa cidade – ao qual está reservado um futuro de grandes realizações, proporcionando alegrias e felicidades ao nosso povo. Restam outras tantas lutas a serem travadas, como a guarda, manutenção, ampliação e divulgação dos feitos, da vida e obra de nosso gênio. Este tem sido o grande desafio a ser vencido pelos atuais membros da Fundação Casa de Cabangu, já sem a presença de seu idealizador – que partiu para outra dimensão da vida – mas presente em nossos corações e mentes, como exemplo de dignidade, perseverança, dedicação e luta”.

Sobre as dificuldades financeiras e estruturais atuais, Tomás Castello Branco explica: “Apesar de todos os percalços eu, minha irmã Mônica – diretora do museu – e os demais membros da Fundação lutamos para manter o local em funcionamento. Defendemos também a necessidade de uma administração profissional, com a presença de funcionários formados em museologia e biblioteconomia. Essa equipe poderá tornar o museu mais atrativo, propondo mudanças e exposições itinerantes para que cada vez que o visitante chegue ao museu veja novidades. Alberto Santos Dumont deixou um legado e precisamos mantê-lo em exposição”.

Os sandumonenses mantêm a memória do ‘Pai da Aviação’ no seu dia a dia. No centro da cidade, há uma estátua do inventor sentado num banco da Praça Cesário Alvim e uma réplica da Torre Eiffel com o balão número 6. Já no trevo sul, há uma réplica do 14 Bis em tamanho real. Os inventos de Alberto foram utilizados também como nome de escolas, hotéis e restaurantes do município.

TERRA DO QUEIJO

No decreto municipal nº 2.869, de 3 de novembro de 2015, o queijo do Reino – primeiro produto lácteo industrializado no país – foi declarado Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. O decreto protege o modo de fazer tradicional do produto criado na ‘Cia de Laticínios da Mantiqueira’, em Palmyra. Considerada uma adaptação do queijo holandês Edam, essa iguaria típica revela qualidade superior à do original holandês e, por isso, teve sucesso imediato. Nos seus primeiros anos de produção, era inacessível à maior parte da população, consumido apenas por imigrantes do Reino de Portugal e, assim, ficou conhecido como ‘Queijo do Reino’.

O município de Palmyra abrigou também a ‘Fábrica de Coalho Frísia’ (a primeira do Brasil e da América do Sul) – outro marco da indústria laticinista brasileira. Até 1923, o coalho (coagulante) utilizado na produção de queijos era

todo importado. O holandês Johannes (João) Kingman desenvolveu a fórmula definitiva da fabricação do produto, utilizando como matéria-prima principal uma enzima retirada do estômago de bezerros e fundou a primeira fábrica. O coelho no Brasil causou uma verdadeira revolução no setor de laticínios brasileiro.

O administrador de empresas, escritor e historiador, Victor Kingman, lembra que no início do século XX a indústria laticinista brasileira vivia grande expansão e Palmyra era conhecida por produzir os melhores queijos do Brasil: “tradicional indústrias de laticínios surgiram na cidade, como a ‘Alberto Boeke, Jong e Companhia’, em 1907, e a ‘Ribeiro Fonseca Laticínios S.A’”. Em 1926, e se tornaram duas gigantes no setor. Durante quase um século, o setor laticinista teve papel fundamental na movimentação da economia da região, sendo um dos maiores empregadores, nas suas diversas unidades produtivas. Os produtos fabricados no município eram requisitados e vendidos em todo o país e até exportados”.

‘Palmyra’ e ‘Borboleta’ – as marcas comerciais mais famosas do queijo do Reino – mantêm as características notáveis do produto, considerado um dos melhores queijos nacionais. A tradicional embalagem de lata ajuda no processo de maturação e protege o queijo. A casca vermelha e o seu tempo de maturação – no mínimo de 3 meses – são fatores decisivos para o sabor peculiar e o cheiro aromático do produto.

Para Victor Kingman, a vocação laticinista da cidade continua: “Muitos estudiosos acreditam que o incentivo à retomada da produção em escala industrial, principalmente do queijo do Reino, aproveitando a tradição e experiência secular, seria fundamental para alavancar a economia da cidade”.

TERRA DA CULTURA

A Prefeitura de Santos Dumont e a população sandumonense contam com a valorosa contribuição da ‘Ação em Movimentos Artísticos de Santos Dumont’ (AMA-SD) para promover a arte e a cultura. O movimento iniciou-se em fevereiro de 2012, com o projeto cultural ‘Feira com Choro’ – fomentando a cultura local e divulgando os artistas da ‘Terra do Pai da Aviação’ e região. Dessa iniciativa resultaram outros 6 projetos: ‘Degusta Dumont’, ‘Doses de Cultura e Arte’, ‘LeituraAMA-SD’, ‘Ensaio Aberto’, ‘TeatrAMA-SD’ e ‘Mostra de Cinema’ – dando um salto de qualidade nas iniciativas culturais da cidade.

Segundo o presidente/fundador da AMA-SD, fundador da ‘Abaquar Cult’ e músico, Tiago Guimarães, os projetos valorizam a arte e a cultura local e regional: “Atualmente, os 7 projetos encontram-se em plena efervescência de público. Agentes culturais, atores, artistas e pessoas comuns se envolvem com as tradições da gastronomia local, com a dança, a literatura, a música, a arte da palhaçaria, o teatro e o cinema, discutindo ativamente as políticas públicas culturais da cidade

e região, construindo alternativas possíveis de acesso gratuito a todos os sandumonenses e produzindo arte de qualidade”.

O ‘Festival Cultural de Inverno de Santos Dumont’ – realizado pela Agência de Desenvolvimento Cultural, Ambiental e Socioeconômico de Santos Dumont e Microrregião (ADESAN) em parceria com a AMA-SD – reúne os principais projetos da associação (Degusta Dumont e Mostra de Cinema), aliados com oficinas, seminários e espetáculos. Na edição deste ano – promovida entre 27 e 31 de julho – com o tema ‘Em pleno voo’, objetivou-se motivar os artistas e mobilizar a população. Com pura efervescência nos espaços públicos da cidade, o Festival ampliou suas atrações, com cerca de 70 atividades culturais.

Outra iniciativa pioneira desenvolvida pela AMA-SD, em 2012, foi o lançamento da revista ‘Abaquar Cult’ – criada para revelar, incentivar e consagrar a cultura sandumonense, destacando a riqueza histórica, cultural e artística do município. A palavra ‘Abaquar’ – da língua tupi-guarani – significa homem que voa. Devido à repercussão da publicação, a ‘Abaquar Cult’ se tornou uma empresa de comunicação cultural – com uma Web TV que faz a cobertura dos principais eventos culturais e uma produtora de clipes musicais e documentários.



TRAJETÓRIA DE PAULO LAENDER

Angelo Oswaldo de Araújo Santos*

Ao apresentar a exposição de Paulo Laender, na galeria do Minas Tênis Clube, o crítico Olívio Tavares de Araújo trata da arte mineira e de algumas especificidades e características que a particularizam no contexto nacional. Lembra tanto artistas que as evidenciam em seu trabalho, como Marcos Benjamim e Fernando Lucchesi, quanto aqueles que, sem alusões mais explícitas, se inserem na *Weltanschauung* da mineiridade, segundo o conceito alemão citado pelo crítico, ao se referir a Amílcar de Castro e Celso Renato, tocados pelo sentimento que plasma a cosmovisão da “formosa província”. E o faz exatamente para reconhecer um certo isolamento de Laender com relação a essas sugestões e estilemas que envolvem a produção mineira contemporânea.

O pintor, gravador, desenhista, *designer* e arquiteto levado à importante galeria distanciar-se-ia dos veios abertos da terra. Olívio Tavares de Araújo esclarece que os substratos locais não desvitalizam, muito pelo contrário, uma linguagem universal construída pelos artistas lembrados, mas quer enfatizar a excepcionalidade de Paulo Laender. Fala sobre “a maneira oblíqua e sutil” pela qual Minas Gerais “começa a se incluir no seu universo”. Essa maneira, a meu ver, advém do modernismo e do ameboide biomorfomizado nas diferentes manifestações do estilo.

Ao visitar a exposição, uma das mais notáveis de 2016, em Belo Horizonte, ocorreu-me um depoimento do artista plástico José Alberto Nemer, contemporâneo de Laender, a respeito do impacto que lhe causou, na infância ouro-pretana, o lago ameboide riscado por Oscar Niemeyer entre os pilotis do Grande Hotel da cidade barroca. Na sua formação, e cabe aqui plenamente esta palavra, Laender – nascido em Teófilo Otoni e criado em Belo Horizonte – terá sido igualmente sensibilizado pela forma que comparece às imensas superfícies das mais recentes aquarelas de Nemer. As formas ameboides surgem como um *Leitmotiv* na pintura e na escultura ora selecionadas como marcas expressivas de sua trajetória.

O contorno ameboide da lagoa da Pampulha acolheu à volta formas semelhantes desenhadas na pintura de Portinari, nos jardins de Burle Marx, nas

*Jornalista, escritor, Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais. Ocupa a Cadeira 3 da Academia Mineira de Letras. angelo.oswaldo@cultura.mg.gov.br

pastilhas de Paulo Werneck e em volumes arquitetônicos de Oscar Niemeyer, na Casa do Baile e no Cassino. O edifício sede do Ministério da Educação e Saúde (1936), hoje Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, consagrou essa forma, evidente, inclusive, num dos grandes painéis de azulejos de Portinari.

O pintor francês Amédée Ozenfant viu nas formas curvas da Pampulha a grande novidade que assinalou o reconhecimento da obra de Niemeyer. Emblema do modernismo, o ameboide está para a produção de vanguarda dos anos de 1940 e 50 como a rocalha para a arte mineira da segunda metade do século XVIII, período em que o barroco joanino cedeu espaço aos avanços do rococó. A concha se abre, se expande e se multiplica para irromper na obra de todos os artistas da fase, como Aleijadinho e Ataíde. A rocalha é um ameboide ancestral na arte de Minas Gerais.

Lá pelo ano de 1925, Miró viu uma tela de Picasso e lhe disse: “Curioso, estou fazendo algo com esse mesmo espírito”. “Então, ele me respondeu exatamente assim: “Sim, porque vivemos no mesmo bairro”. No mesmo bairro intelectual, que coisa bonita! – exclamou Miró na entrevista ao historiador da arte Georges Raillard. Pode-se afirmar de Paulo Laender que o seu bairro, além de coisa mental, é também real e acaba de ser inscrito no patrimônio cultural da humanidade.

Laender nasceu esteticamente sob o signo da Pampulha. Coursou a Escola de Arquitetura da UFMG marcada pelas lições de Sylvio de Vasconcellos, sentindo intensamente o “curioso e nítido perfume do modernismo” – a produção internacional dos anos de 1920 a 1950 – identificado por Olívio Tavares de Araújo em sua obra, como haverá de sê-lo na Belo Horizonte da juventude do artista. “Há no todo um remoto pano de fundo cubista e um diálogo entre ângulos e curvas que remete ao *art déco*”, acrescenta o crítico, o que coloca o espectador diante do opulento acervo *déco* da Belo Horizonte na qual se inventou a Pampulha como uma grande ruptura.

É sobre essas reminiscências que terá o escultor e pintor buscado construir obras que expõe como representativas da caminhada até agora cumprida. No contexto em que a forma ameboide agiliza seus deslizantes volteios, referências variadas se incorporam à ocupação do espaço e à construção tridimensional. O sabor geométrico do modernismo é sorvido nas superfícies pintadas. Paul Klee e Joan Miró, homenageados no título de telas de Laender, atravessam também outros trabalhos, compartilhando a riqueza e a diversidade da herança legada. Grafites rupestres são fonte abundante de referências. De igual modo, árvores e fósseis vegetais e animais, corpos humanos e signos africanos instigam a criatividade de Laender e acendem o encantamento da morfologia.

A técnica de carenagem, utilizada na construção de barcos, permite ao escultor a obtenção de efeitos admiráveis na conquista da originalidade dos volumes escultóricos de madeira e de metal, enquanto o ferro lhe assegura o êxito de

uma linguagem particular na manipulação de formas e linhas, conquanto próxima de artistas como Miró e Picasso. Não faltará o acento barroco, sublinhado pelo crítico no texto de apresentação. Justifica a tese de Sylvio de Vasconcellos de que o chão mineiro está impermeabilizado pelo barroquismo que emerge nas raízes nele deitadas. As referências do barroco na atmosfera em que Laender se situa também contribuem para a caracterização da presença de Minas questionada por Tavares de Araújo.

Artista comprometido com o perfeccionismo, o que exige sempre a agudeza da qualidade, Paulo Laender realiza um poliedro, em que se iluminam a gravura em metal ditada por desenho mágico e sedutor, a pintura, a escultura em madeira e em metal, o *design* e a arquitetura, hoje mais escassa na lista de atividades do criador. Instalada de modo preciso e com atraente visibilidade pelo artista plástico Mário Zavagli, a exposição esteve à altura do percurso do autor, ao conduzir os espectadores a uma visão larga e sem sombras da trajetória de um mineiro que se fez universal pela energia de sua arte.



PERMANÊNCIA DO SUPLEMENTO LITERÁRIO

Rui Mourão*

O *Suplemento* nasceu decidido a enfrentar situação que, muita gente imaginou, iria fatalmente condená-lo ao fracasso. Nasceu para fazer parte de uma publicação encerrada no seu mundo de burocracia, destinada basicamente à tarefa de publicar os atos do governo estadual e do poder judiciário, era distribuído para repartições da capital e do interior. Seus leitores mais certos eram administradores públicos, pessoas que estavam aguardando nomeações ou advogados que acompanhavam o andamento de suas causas. Que o *Suplemento* iria fazer inserido num órgão daquela natureza?

Havia o precedente de o *Minas Gerais* ter desenvolvido, no passado, certa função literária. A geração de Carlos Drummond de Andrade, que depois fundaria a chamada *A Revista*, que surgiu para aglutinar o pessoal do Movimento Modernista mineiro, começou a divulgar seus primeiros trabalhos nas páginas da publicação da Imprensa Oficial. Isso funcionou sem dúvida como uma mística que em parte dava certa credibilidade ao projeto de Murilo Rubião. Mas a condição do órgão oficial, naquele novo momento, estava longe de ser a mesma que ele tivera no passado. Nos anos 20, com meios de comunicação no geral muito acanhados, o jornal mantido pelo governo devia constituir verdadeiro chamarisco de leitores. Se a crônica social comparecia em suas páginas, porque não a literatura? Ele possuía uma clientela de leitores de outra natureza. Supria necessidades de comunicação que não vinham sendo cobertas ou eram insuficientemente cobertas na sua redondeza. Não tenho dúvida de que o *Minas*, na sua origem, ocupava posição de destaque e prestígio. Tornara-se presença indisputável dentro de Belo Horizonte e em todo o estado.

Não havia dúvida, a aventura pretendida por Murilo Rubião tinha tudo para ser de resultado imprevisível. Que foi que acabou garantindo o êxito do *Suplemento*? Em primeiro lugar, a sustentação de um elevado nível literário. Depois, a abertura para acolher colaborações procedentes de todo o país, o esforço para manter-se atualizado com relação ao que se produzia inclusive no plano da cultura geral. Esse esforço se desdobrou para as traduções, principalmente dos

* Escritor, diretor do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, ocupa a Cadeira 31 da Academia Mineira de Letras. ruimourao@veloxmail.com.br

ficcionistas latino-americanos, que sustentavam um período de *explosão* internacional e despertavam muito interesse no Brasil. Tiveram importância também a publicação de números especiais, de capa dura, bem ilustrados, dedicados a figuras e acontecimentos destacados.

O momento que atravessávamos não deixava, por outro lado, de ser também grande trunfo. Assuntos candentes aconteciam na literatura nacional. No último quartel dos anos 50 e na década seguinte, movimentos de vanguarda saltaram para primeiro plano, encheram de calor e esperança um período conflituoso. O Movimento Modernista que brilhara extraordinariamente a partir de 22, encontrava-se no seu estertor final. Fora substituído pela chamada Geração de 45, de caráter tradicionalista, saudosa do Parnasianismo na poesia e tentando ainda manter otimismo com relação ao Romance de 30, já bastante dessorado, comprometido com um regionalismo de segunda categoria. Isoladas personalidades discordantes, de tendência vanguardista, apareceram e transformaram-se em forças progressistas que acabaram por empolgar e acender a chama de movimentos renovadores fortemente impactantes, aspirando a poder competir com o Modernismo que, de forma criadora, deixando de ser mero reflexo do que se fazia no exterior, efetivamente promoveu a nacionalização da nossa literatura. Sem deixar de reconhecer o valor excepcional de algumas personalidades que se impuseram no Pós-Modernismo – João Cabral de Mello Neto na poesia, Clarice Lispector e João Guimarães Rosa na ficção – a nova geração se impôs multiplicada, às vezes entre si discordante, às vezes bastante desfocada, mas no seu todo firmemente decidida a reabrir novas possibilidades de renovação. Dois grupos, na minha visão, se destacaram, apresentando maior coerência e maior racionalidade na sua inserção no espírito de corpo literário: o Concretismo e o movimento da revista *Tendência*. Este último em grande parte se desenvolveu dentro do *Suplemento*, mas nele todas as demais experiências tiveram abrigo, seja para a divulgação de produtos acabados, seja para discussões teóricas.

Outro fato a merecer destaque foi a iniciativa de convidar para prestar serviço no *Suplemento* a juventude talentosa que naquele momento iniciava carreira literária em Belo Horizonte. Pela primeira vez entre nós uma nova geração não precisou fundar uma revista para a divulgação de suas tentativas e experiências inaugurais. O jornal, além de dar publicidade ao que por eles ia sendo produzido, desempenhou para todos a função de verdadeiro tutor. Ajudou a formar consciências ao possibilitar a convivência diária com intelectuais mais amadurecidos. Muito justamente, esse grupo passaria a constituir a chamada Geração *Suplemento*.

Preocupado em se manter como órgão de difusão cultural de maior amplitude possível, o *Suplemento* incorporou seções permanentes de crítica e notícias literárias, de comentários sobre cinema, de comentários sobre artes plásticas. Publicava artigos sobre filosofia, escultura, arquitetura. Tudo contribuía para que

a redação se convertesse num local permanente de visita de intelectuais de toda natureza. A frequência de desenhistas era a mais numerosa, devido às ilustrações das matérias, encomendadas mediante pagamento. Com prestígio nacional nas alturas, intelectuais de toda procedência, mesmo do exterior, que chegassem a Belo Horizonte, não deixavam de passar pela Imprensa Oficial.

Com todo esse prestígio e sendo mantido pelo governo do estado, é fácil imaginar, todos os que se supunham escritores em Minas Gerais pretendiam publicar alguma coisa no *Suplemento*. Como toda matéria passava por seleção rigorosa, os problemas criados não foram poucos. Pessoas importantes, até secretários de Estado, não tendo seus trabalhos aceitos na redação, procuravam o diretor da Imprensa, Paulo Campos Guimarães, procuravam o Palácio da Liberdade. Justiça seja feita, nenhuma dessas instâncias chegou, em qualquer tempo e em qualquer circunstância, a interferir a respeito. Mantida essa intransponível proteção, o peso do ódio da sublitteratura se voltava inteiro contra a publicação e contra os responsáveis pela tarefa ingrata da filtragem do que devesse ser acolhido lá dentro.

Durando como durou, é natural que o *Suplemento* tenha atravessado fases de diminuição de força. Ele não pôde se sustentar todo o tempo no mesmo nível. Com a saída do Murilo, que passou a chefe da redação do jornal *Minas Gerais*, depois diretor da Imprensa Oficial, sua substituição às vezes foi boa, às vezes foi um tanto problemática. A publicação chegou até a atravessar certa ou certas fases de vale-tudo tradicionalista. Hoje voltou a ostentar o elevado nível dos bons tempos. Deixou de estar vinculada à Imprensa Oficial e, passando a pertencer à Secretaria de Cultura, repartição de hospedagem mais adequada, encontra-se agora instalada em sede bem mais digna e confortável. Razões financeiras têm dificultado a manutenção de uma normal periodicidade dos seus lançamentos, e imagino que por igual motivo talvez não consiga sustentar o mesmo nível anterior de distribuição. Quem sabe se o país, vencendo a crise econômica que atravessa, possa dar oportunidade ao *Suplemento* de se recolocar no centro das atenções, como esteve nos seus melhores momentos. Sei que, se depender do atual Secretário de Cultura, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, que pertenceu ao órgão desde seus tempos heroicos e foi um dos seus melhores dirigentes, isso não deixará de acontecer.

Um grande feito dessa extraordinária publicação que está agora comemorando, cheia de glórias e em plena vitalidade, o seu cinquentenário, foi a difusão nacional que deu à obra de Murilo Rubião. Contista, autor de livros que o colocam entre os maiores criadores da literatura brasileira, era mal conhecido até em Minas Gerais, talvez devido à peculiaridade de ter sido o antecipador nacional do realismo mágico, novidade que só mais tarde conquistaria número ampliado de leitores entre nós. Ele acabou consagrado nacionalmente por obra e graça da difusão que o *Suplemento* lhe pôde garantir. Antonio Candido de Mello e Souza,

professor da Universidade de São Paulo e um dos maiores críticos literários que o Brasil já produziu, ao reencontrar a ficção de Murilo estampada no órgão da Imprensa Oficial, penitenciou-se por não ter feito, no seu passado de profissionalismo, o julgamento de uma obra que ainda não havia sido divulgada como merecia. Juntou-se com um aluno brilhante, Jorge Schwartz, que ia produzir tese de doutoramento sob sua orientação, com outros intelectuais que orbitavam em torno de sua cátedra, e catapultou o autor de o *Ex-Mágico* para as alturas em que se encontra hoje em dia.



CHUVA

Danilo Gomes*

“A chuva é bela, na música e no formato. E, acima de tudo, porque é água. A água é bela.” (Antônio Maria, na crônica “Notas da chuva”.)

A casa se situava na Praça dos Bandeirantes, que depois se tornou Avenida Salvador Furtado, nome do bandeirante paulista que fundou Mariana, à frente de sua tropa, em 1696. Essa praça ficava no Jardim do Meio. Tínhamos também o Jardim de Cima, na Praça Gomes Freire, e o Jardim de Baixo, na Praça da Estação.

Meu pai Daniel construiu a casa para se casar com minha mãe Dorita, em 1938. Havia um pequeno alpendre. Alpendre: palavra hoje em desuso e de etimologia fincada na língua árabe: como algarismo, álgebra, armazém (em espanhol almacén), algazarra, alarido, alaúza, almoxarifado, alambique, almirante, etc.

Tínhamos um pequeno jardim, à frente do alpendre. Esse jardim era o xodó da nossa empregada “Baía”, corruptela infantil de Maria, Maria Augusta Borges, nascida no distrito de Acaiaca.

Ali os três primeiros filhos do casal viviam a aurora de sua existência, por assim dizer: Danilo, Duílio e Darcílio. Infância comum aos meninos daquele tempo: décadas de 1940, 1950. Depois é que viriam os outros filhos: Daniel, Djalma e Maria de Fátima.

O que marcou bastante aquele tempo foi a chuva, foram as chuvas torrenciais, os ditos temporais. Trovões e relâmpagos eram o presságio dos torós que viriam, no meio daquelas montanhas chamadas alterosas pelos poetas.

Manhã de chuva. Mal dava para sair de casa. Não havia capa, galocha e guarda-chuva que aguentassem. A chuva rompeu tarde adentro. Céu plúmbeo, pesado, raios despencando. A chuva redobrava, o Ribeirão do Carmo vazava.

Primeira ordem unida contra os raios: não tocar em garfos, facas, colheres, nada que atraísse cargas elétricas vindas do espaço carregado. Palmas de Santa Rita pela casa, em meio a certa aflição. E o aguaceiro descendo. E as invocações hagiológicas: – São Jerônimo! Santa Bárbara! Proteção garantida.

– É chuva pra três dias! Chuva de inverno! – alguém dizia, benzendo-se. Todo mundo ficava meio ilhado em casa, no meio do “temporal medonho”,

*Jornalista, escritor. Ocupa a Cadeira 2 da Academia Mineira de Letras. cronistadanilogomes@gmail.com

como era a voz corrente. Seria um dia de semana? Um sábado? O pai viria de pressa do cartório, para proteger sua gente?

E o tempo passou. A infância ficou nas fotografias em preto e branco, em sépia. Na memória dos bons e maus momentos. Na brisa de montanha que ainda sopra da aurora da vida.

Já então nas garras da adolescência e da mocidade, eu sentia no descer da chuva uma certa melancolia, um estado de alma que soube chamar-se *spleen* (como então se dizia). Era uma associação das lembranças da infância com as impressões de leitura dos livros de memórias do grande poeta carioca Augusto Frederico Schmidt (1906-1965). Afora os livros de poesia, seus livros memoria-lísticos são *As florestas*, *O galo branco* e *Paisagens e seres*.

Schmidt foi um paradigma do melancólico, do saudosista, do nostálgico incurável. O poeta escreveu: “As horas de maior felicidade de minha vida foram algumas passadas durante a infância. Quando a chuva, por exemplo, invadia a Rua Araújo Leitão, impedia que fôssemos ao colégio e nos permitia atirar na água barrenta os frágeis barcos de papel – aí então eu era feliz. E havia, também, de noite, pouco antes da hora de dormir – nessa mesma rua – um certo vendedor de broas de milho quentes, a quem esperávamos com impaciência.”

Outro trecho do poeta, editor, empresário, assessor e redator do Presidente JK e futuro embaixador na ONU:

“Hoje chove sobre meu campo-santo de São João Batista. Não é estranho nem desconhecido o São João Batista. A chuva transforma todos os cemitérios do mundo em irmãos do cemitério de Lofoten.”

E mais isto:

“Saudade de coisas perdidas, de objetos do passado, de velhos móveis, de ruas antigas por onde não mais passarei talvez. Saudade de amigos mortos, de amigos de infância, que não reverei. (...) Saudade do que não fui, de tudo o que desejava ter sido e não fui. Dos sonhos, das ilusões, do desejo de conforto modesto e de paz que não me coube. Saudade dos filhos que não tive”.

E, para encerrar este interregno schmidtiano, uma frase sua que no momento não encontro em seus livros e que deve estar em *As florestas*: “Chove sobre esse passado”.

O passado é, muitas vezes, um feliz tempo de aurora e de luz, e às vezes é também um tempo chuvoso, carregado de vívidas lembranças, que nos acalantarão para sempre, como uma chuva antiga batendo numa velha janela de Mariana.

MINAS É MUITAS

*Carmem Schneider Guimarães**

Belo dia, eu recebi um telefonema de Vivaldi Moreira, pedindo-me que o ajudasse a encontrar uma frase de Guimarães Rosa; e explicou:

“É que o pessoal dos Correios quer colocá-la em determinada propaganda, não me lembro de quê. Já revirei tudo, abri o “Grande Sertão: Veredas”, e não achei nada que me agradasse. Como você vive remexendo nos escritos desse sertanejo de gravatinha borboleta, pensei que pudesse me socorrer. Não é nada fácil a leitura dos livros do escritor famoso, e confesso que me intriga aquela história da gente ter que ler com duas varetinhas nas mãos, à moda de um metrônomo ou um diapasão, sei lá”, criticou o presidente perpétuo.

O pedido de Vivaldi, como sempre, era uma ordem, e tratei de dar início à busca das melhores frases que poderiam servir-lhe naquela empreitada. Fiz uma listagem caprichada de pensamentos postos em letras do homem de Cordisburgo. De posse de uma gramática, pois imaginei que a escolha poderia suscitar alguma querela, parti para o encontro com o mestre das palavras ditas e escritas.

Depois de papo agradável sobre assuntos diversos, entramos de vez naquilo que me levava à Academia: a entrega das diversas orações rosianas para uma preferência pessoal. Ao cabo da leitura de algumas das selecionadas, ele apontou para a última delas, afirmando com entusiasmo: “Esta! Sei que vou criar caso, e o pessoal vai tentar corrigi-la!”

Era uma certa proposição, citada por muitos como incorreta, de concordância errada. Sabichões chegaram a mencioná-la em textos com a devida “correção”, naquilo que imaginavam estar procedendo muito bem. A frase era simplesmente: “Minas é muitas”. E todos corriam a protestar, argumentando que o predicativo era isso e aquilo...e que o sujeito, Minas, estava no singular, mas aquele complemento do verbo de ligação, no caso, ser, estava no plural, muitas, e o verbo deveria acompanhá-lo etc, etc. E daí?...

Vivaldi Moreira me garantiu que já havia lido algo que dava razão a Guimarães Rosa, mas precisava de palavra escrita, preto no branco, para garantir seu ponto de vista. E foi para isto que levei comigo a gramática. Ele a tomou com afoiteza, e abriu-a na página que eu havia marcado antecipadamente.

* Escritora, ocupante da cadeira de nº 5 da Academia Mineira de Letras. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimaraes@yahoo.com.br

Tratava-se do primeiro volume (consta de cinco volumes) do Curso Integral de Português, de Cândido de Oliveira, da Divulgadora Editorial Ltda., de 1969. E a página marcada era a de número 116, dentro do capítulo “Verbo”, com o título “Concordância Verbal”. Após algumas outras referências gramaticais a respeito do assunto, encontrou o que buscávamos, abaixo do subtítulo: “Concordância do Verbo Ser”.

Vivaldi demonstrava satisfação. Com o dedo no papel, comentou: “Estava na cara que o homem do Itamarati não ia cometer uma besteira de tal tamanho, não é mesmo? Ele gostava de deixar uns “gatinhos” por onde passava. Deveria rir dos bocós que o corrigiam”.

E depois de ler o texto explicativo em voz alta, e acrescentando outros exemplos por sua conta, pediu-me que tirasse um xérox da página para que ele ficasse “prevenido”.

Na verdade, o que o texto estampa é o seguinte:

“Quando o sujeito do verbo ser (e outros verbos de ligação) for:

a) palavra de sentido amplo, como “vida”, “humanidade”, “ciência”... (etc); (no caso, Minas);



PARIS É UMA FESTA

*José Maria Couto Moreira**

Hoje, mais do que ontem, a tese de Hemingway assume proporções de verdade e grandeza. Escrita em 1959 (há quase cinquenta anos), numa cidade em que Hemingway reconquistou o gosto pela juventude, quando então prelibava James Joyce, Ezra Pound, Gertrud Stein e Scott Fitzgerald, imagine agora o leitor a Paris de hoje, quando mais galas profanas se exibem no Lido, no Moulin Rouge, no Folies Bergère e noutros palcos mais liberais que se multiplicaram no tempo e ocupam a cidade, nos convidando à alegria com sua indiscutível graça.

Mas, certamente, não foi esta Paris das noites de esplendor e de perfumes que seduziram Hemingway a emitir, em um de seus títulos, uma declaração assim afirmativa e doce. A festa é constante em Paris pelo movimento intenso de seus moradores e visitantes, pela sofreguidão dos residentes e viajantes em assentarem-se em seus cafés para assistir o mundo passar, pela civilidade dos motoristas em respeitar e preferenciar a passagem das pessoas, pela multidão diária de curiosos a se acotovelarem diante dos monumentos que recontam a história e a glória de França. Nesses sítios é que, verdadeiramente, se situa a festa do espírito. É neles que nossa alma se enternece ao contemplar, por exemplo, aquele magnífico templo de arquitetura coríntia, inspirado pela fé dos *luízs*, que é a Madeleine, exemplo majestoso da energia francesa.

Deslocamento indispensável na Cidade Luz constitui a visita à catedral de Notre Dame de Paris, cuja história guarda acontecimentos memoráveis, entre os de maior significação a vinda constrictiva do Papa Pio VII para a coroação de Napoleão Imperador. O capricho do tirano se fundava no fato da superioridade que supunha em face de Carlos Magno, que fora a Roma para merecer a consagração papal. Do grandioso átrio da majestosa catedral, revelador do respeito ao espaço que mantinham os arquitetos de outrora, ainda é inimaginável o sentimento dos fiéis que adentram aquele chão gótico, iluminado pelos vitrais multicores que o rodeiam.

Não sem menor emoção se conta a entrada nos Inválidos, onde, em espaço deslumbrante pela beleza e requinte, se encontram os restos de Napoleão, trazidos de Santa Helena quatro décadas após a morte do conquistador, acompanha-

*Advogado. jmcmadv@gmail.com

dos de seus (pobres) generais, sucumbidos em suas campanhas expansionistas. Em círculo em que se assinalam as vitórias do corso, daí ergue-se, com a desejada pompa, monumental bloco granítico que sustenta a belíssima urna que encerra aquele que muitos consideram um sanguinário, enquanto outros o reverenciam como herói. Como herói seria aceitável, sim, porque, já como dizia Carlos Maximiliano, o herói não é timbre pessoal, mas é a expressão da bravura coletiva. E a França, de fato, sempre se mostrou brava em todos os episódios em que contendeu em defesa de seu território, de seu povo e de seus princípios.

O edifício do Panteão, destinado ao repouso daqueles que construíram o orgulho de França, de Victor Hugo a Malraux, incluídos o casal Curie, Voltaire, Rousseau, Zola e outros grandes nomes militares e civis é obra de Luiz XV, e muito nos comove o ambiente talhado para acolher e repercutir a portentosa cultura francesa.

Ainda que em rápida menção, perfila entre os respeitáveis monumentos culturais de Paris o apaixonante Montmartre, em cuja Place du Tertre se reúnem os artistas locais expondo seus trabalhos sob a proteção da gloriosa Sacré Coeur. O Louvre é outro santuário da arte mundial, onde, em pose enigmática se encontra a secular Mona Lisa, do sempre inspirado Da Vinci, guardando em seu interior outros imensos tesouros. A amantíssima Ópera, ou Opéra Garnier (em homenagem a seu arquiteto), que se confunde com a própria glória de França, é outro monumento de beleza arquitetônica espetacular, erigido pelo reformador Haussmann, que concedeu a Paris sua atual feição urbanística. O hoje férvido Montparnasse, epicentro de grande debate e insatisfação popular pela construção da Tour de Montparnasse, de 58 andares, se alteia impávido diante do casario parisiense, e continua como ponto tradicional de encontros de intelectuais franceses, característica esta que lhe proporcionou a reputação de ponto de encontro da inteligência parisiense. No cemitério daquele *arrondissement* encontram-se sepultadas figuras proeminentes da vida artística e cultural de França, como Guy de Maupassant, Beaudelaire, Sartre.

Neste contexto de monumentos que exprimem a cultura e o espírito francês há que se registrar a recriação do novo bairro de La Défense, concebido pelo vibrante visionário Mitterrand como uma planta nova de Paris, em que a modernidade e a vanguarda arquitetônica se reunissem ao espírito francês triunfante, tanto assim que o Grande Arco, construído por ocasião do segundo aniversário da revolução francesa, que se destaca em meio à belíssima paisagem que lá encontramos, foi determinadamente edificado no eixo indefectível que o separa do já vetusto e sempre magnífico Arco do Triunfo de L'Étoile.

A razão continua com Hemingway, e a ela nos curvamos: “Paris é uma festa”!

MÁRIO DE ASCENÇÃO PALMÉRIO: UMA DAS EXPRESSÕES MÁXIMAS DO REGIONALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA.*

Paulo Fernando Silveira**

De minha parte, o que eu poderia acrescentar, em termos literários, aos comentários de insígnies críticos, especialistas da área, sobre às já consagradas obras do escritor Mário Palmério (1.3.1916 Monte Carmelo-MG; 24.9.1996 Uberaba-MG – 80 anos)?

Evidentemente, são elas monumentos perenes, que desafiaram o tempo, por várias gerações, e mantiveram incólume o seu estético valor artístico, como esteios e fundamentos da literatura regionalista brasileira.

Semelhantemente, algum comentário atual de alguém pode abrilhantar ainda mais a Mona Lisa, pintada por Da Vinci, ou sobrevalorizar o romance *Ulisses*, singular e insuperável, de James Joyce? Acredito que não!

Por isso, posso apenas explicitar, resumidamente, o que já foi escrito pelos espertos sobre esses dois clássicos da literatura regionalista brasileira: *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*.

Vila dos Confins veio a lume em 1956, quando Mario Palmério já tinha 40 anos. Surgiu de um relatório que, como deputado federal, pretendia apresentar à Câmara denunciando as maquinações eleitoreiras do interior mineiro, dominada pelo coronelismo. Essas anotações se ramificaram, primeiramente, em artigos publicados na imprensa, evidenciando os costumes políticos e modo de vida locais e, depois, se transformaram num inédito romance, parcialmente ficcional. Por isso mesmo, ele apresenta como característica principal o elemento documental e descritivo, o regional e o pitoresco e, também, a anedota, os quais se sobrepõem à progressão dramática da estória e à humanização dos personagens. Constituiu uma espécie de preparação por parte do autor para o excelente romance que viria num futuro próximo e que o consagraria definitiva e indelevelmente no mundo literário.

* Publicado na revista *Convergência*, ano 45, nº 29, jun/2016, pgs.62/4, da Academia de Letras do Triângulo Mineiro-ALTM.

** Jurista e escritor. Sucessor de Mário Palmério na Cadeira 20 da Academia de Letras do Triângulo Mineiro-ALTM. paulofsilveira@netsite.com.br

Já *Chapadão do Bugre*, também de fundo regionalista, uma vez que retrata os sertanejos, os coronéis, fazendeiros e costumes do interior de Minas, foi publicado nove anos depois, em 1965.

‘O tema da vingança por um crime de honra, intensamente vivido por personagens de carne e osso, dá ao episódio relatado as dimensões universais dos grandes dramas humanos. Como seu coestadano Guimarães Rosa, aqui o romancista nos põe diante de um regionalismo que transcende o local e o pitoresco, para planar nas alturas da verdadeira arte que a insignificantes tipos de perdidos rincões sabe infundir a alma que dimensiona o humano em todos os tempos e lugares. Como o autor de *Grande Sertão*, também M.P. vivifica a linguagem do seus romances não só com palavras e expressões sertanejas, mas também mediante criações pessoais... Ele o faz porém com muito mais parcimônia e sem forçar ou violentar a língua. Nome definitivo na renovação do regionalismo na ficção brasileira’.*

Tem-se dito, com muita propriedade, que não é a quantidade de livros que torna o escritor um grande e respeitado literato. Quando a obra é excelente, uma só é suficiente para sacralizar seu autor. No caso de Mário Palmério, bastaram duas.

A propósito, lembro-me do filme ‘Encontrando Forrester’, estrelado por Sean Connery, em que ele personifica um escritor, William Forrester, que, quarenta anos atrás, havia obtido o prêmio Pulitzer de Literatura e, por isso mesmo, com receio de não conseguir suplantá-lo a si próprio, nunca mais escreveu outro livro e se manteve recluso, passando a sofrer de agorafobia, já que tinha receio de sair de casa e de se misturar à multidão, até que foi resgatado de sua solidão por um jovem talentoso, que o encontrou nesse lamentável estado e a quem, em contrapartida, ele ajudou a realizar os seus sonhos literários.

Colocando-me em posição semelhante à daquele jovem, de certa forma o mesmo aconteceu comigo. Ao adentrar a Academia de Letras do Triângulo Mineiro, fui contemplado com a cadeira número 20, cujo antecessor era, justamente, o imortal Mário Palmério. Até então, eu só havia escrito obras de Direito ou de Sociologia Política. Porém, sentindo a o peso e a responsabilidade de sentar na mesma cadeira do grande literato, vi-me na obrigação – talvez inspirado por ele, ou por estar acobertado por seu manto protetor – de escrever, também, livros de ficção. Brevemente, será editado o meu 15º título. No início deste ano de 2016, foi publicado em PORTUGAL o meu romance ‘O Espião Subversivo’.

No entanto, tal como aquele estudante, que foi estimulado e persuadido por Forrester a continuar escrevendo, já consegui angariar alguns reconhecimentos: dois livros foram agraciados com o Premio Clio, pela Academia Paulistana de História; sete estão na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, onde cada um foi avaliado com a relevância máxima de cinco estrelas; dois fazem parte do acervo da Universidade de Harvard; um foi mencionado na biografia em Inglês de Olga Benário no Wikipedia.

* Celso Pedro Luft. Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira. Porto Alegre-RS: Editora Globo, 1969, pg.263.

Para finalizar, não posso deixar de dizer que, não tivesse eu sucedido na Academia de Letras do Triângulo Mineiro a este grande e notável escritor uberabense – aplaudido por seus singulares méritos na arte da prosa dramática – e motivado pelo seu fenomenal sucesso, provavelmente eu teria permanecido limitado à área acadêmica do direito e da jusfilosofia. Portanto, apesar da enorme responsabilidade e do grande desafio, constitui para mim uma grande honra ter ligado o meu nome, ainda que de forma indireta e reflexa, a este consagrado ícone da literatura brasileira, mas mundialmente respeitado, que foi, continua a ser e sempre será Mário de Ascensão Palmério!



SUICIDAR(-SE)

Pedro Sérgio Lozar*

Verbo criado em francês (*se suicider*) pelo abade Desfontaines (1685-1745), derivado impróprio do substantivo *suicide* (porque aqui o pronome *se* está em genitivo, que não se justifica no verbo), este calcado em *homicide* e formado com os elementos latinos *sui + cidium* (assassínio de si próprio).

A palavra nasceu com o supérfluo pronome *sui* (*se*), inteiramente dispensável por dois motivos: primeiro, o elemento *sui* incorporado no vocábulo já indica ação reflexa; segundo, impossível “suicidar” alguém que não seja o próprio autor da ação. Ao acolhê-la em meados do século XIX, o português poderia – e deveria – ter prescindido do pronome reflexivo *se*, evitando a sua repetição. No seu sinônimo *matar-se*, sim, tem fundamento o pronome.

Alguns verbos podem ser empregados com ou sem o reflexivo, sem que se lhes altere o sentido, como beneficiar (-se), casar(-se), recolher(-se), retirar (-se), rir(-se); não vemos por qual razão não o possa também suicidar(-se) que, notemo-lo ainda, já contém o pronome *sui* (*se*). É o único vocábulo nosso que, com seus cognatos, traz o morfema.

E, sobre tudo, suicidar-se é aquisição recente, não tem história no idioma – não existia em português antes do século XIX; dicionarizado em 1881 (Aulete), foi adotado servilmente, conforme o nosso vezo, com o redundante pronome; não há, portanto, motivo nem obrigação para o empregarmos na forma copiada, devendo ser usado de preferência como não pronominal:

– Faz um ano que ele suicidou.

Também neste caso o bom-senso deve prevalecer sobre a gramatiquice.

Pelo aspecto fônico, o emprego sem o pronome oferece a vantagem de evitar as três sibilantes seguidas *se-sui-si*.

* Articulista, revisor e tradutor. pslozar@bol.com.br

DOM QUIXOTE E O GARANTISMO PENAL

Rogério Medeiros Garcia de Lima*

1 - Apresentação

Em 2016, celebramos quatrocentos anos da morte do escritor espanhol Miguel de Cervantes.

Criou o imortal personagem Dom Quixote de La Mancha, sobre o qual o Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, escreveu:

“O Quixote era a expressão maior do idealismo. Querer salvar o mundo, é extraordinário; julgar que é o salvador do mundo, é ridículo, já o proclamara San Tiago Dantas, escrevendo sobre o Quixote. A notável obra de Cervantes deve ser assim entendida. O Quixote não se julga o salvador do mundo. O Quixote quer salvar o mundo. (...) O Quixote é o meu herói” (VELLOSO, 2011:8).

A obra-prima de Cervantes pode ser lida sob vários enfoques.

Já relacionei as peripécias de Dom Quixote com as vicissitudes da carreira dos magistrados (GARCIA DE LIMA, revista *Magiscultura*, nº 9, 2013).

O atual contexto social brasileiro permite vislumbrar o Dom Quixote na utopia dos que lutam pelo primado dos Direitos Humanos no âmbito da Justiça Penal, ou seja, os defensores do denominado “garantismo penal”.

É sobre o que discorrerei nas linhas a seguir.

2 – Miguel de Cervantes

Miguel de Cervantes Saavedra nasceu em Alcalá de Henares, Espanha, em 1547. Era filho de um modesto cirurgião e uma nobre empobrecida.

Estudou gramática e retórica com Juan López de Hoyos, famoso humanista espanhol, em Madri, onde também compôs seus primeiros sonetos (1567).

Em 1569, foi para Roma e serviu como camareiro do cardeal italiano Júlio Acquaviva. Na época, defendiam-se novos ideais de vida e princípios estéticos.

* Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Doutor em Direito Administrativo pela UFMG. Professor da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes/TJMG, do Centro Universitário Newton Paiva/Belo Horizonte-MG e de cursos de pós-graduação em Direito. Autor de livros e artigos jurídicos. rogeriom@tjmg.jus.br

Abriam-se caminhos em direção ao Barroco. Admirou, na Itália, as grandes obras da Renascença.

Em 1570, integrou tropas pontifícias na luta contra os turcos. Revelou coragem durante os combates. Perdeu a mão esquerda na batalha de Lepanto. Seu nome correu o vasto império espanhol como sinônimo de bravura e dedicação.

Em 1575, de regresso à Espanha, a galera em que Cervantes viajava foi tomada pelos turcos. Passou cinco anos preso na Argélia. Os mouros exigiram vultosa quantia para o resgate. O pai do escritor, sem posses, arrecadou a soma junto a familiares, fidalgos e padres compadecidos.

Quando Cervantes chegou à sua pátria, em 1580, ninguém mais se lembrava dele. Para sobreviver, engajou-se como soldado nas tropas de *Filipe II*. Depois de uma missão no norte da África, foi enviado a Portugal, então pertencente à coroa espanhola e governado pelo duque de Alba.

Desiludido com a vida militar, Cervantes dedicou-se mais intensamente à literatura. Em Madri, concluiu “Galateia”, obra iniciada no cárcere e que celebrava uma visão plácida e repousante do mundo.

Em 1584, casou-se com Catalina de Palácios. O casal se separou um ano após.

Para sobreviver, Cervantes aceitou o cargo de comissário real de abastecimento da Invencível Armada. Tornou-se, depois, coletor de impostos.

Acusado injustamente de desviar verbas, Cervantes foi encarcerado na prisão de Sevilha, onde se supõe tenha iniciado a obra-prima “Dom Quixote de La Mancha”, cuja primeira parte foi editada em 1605.

A segunda parte apareceu em 1615, quando o escritor já atingira o auge do talento em obras teatrais (“O Cerco de Numância”, “A Viagem de Argel”, “Oito Comédias”, “Oito Prelúdios” e outras) e muitas novelas (“Novelas Exemplares”, “Amante Liberal”, “A Espanhola Inglesa” e “Senhora Cornélia”).

Todavia, o brilho de suas peças foi ofuscado pelo gênio de Lope de Vega, cuja obra dominou todo o século XVII.

Cervantes morreu em Madri, no ano de 1616.

3 – “Dom Quixote de La Mancha”

A obra “Dom Quixote de La Mancha” foi inspirada em um caso real de loucura. Opondo-se à irrealidade das novelas de cavalaria andante, muito lidas na Espanha da época, Cervantes pretendeu fazer uma sátira da “propaganda cavaleiresca” e dos que se armavam cavaleiros às cegas:

“Este vosso livro (...) todo ele é uma invectiva contra os livros de cavalarias, dos quais nunca se lembrou Aristóteles nem vieram à ideia de Cícero”. (CERVANTES, 1981:15).

Todavia, a caricatura de um estilo fantasioso transformou-se no retrato da aventura humana e no perfil do homem dividido entre sonho e realidade. Dom Quixote e Sancho Pança, surgidos da fantasia do artista, aparecem vivos e como se fossem personagens históricas.

“Dom Quixote” foi editado, reeditado, traduzido para todos idiomas da Europa e tornou seu autor quase tão famoso como seus protagonistas. Ainda assim, Cervantes não enriqueceu com a literatura.

Segundo Charles van Doren, se os “Ensaaios” de Montaigne não são o livro do Renascimento por excelência, então esse título corresponde, sem dúvida, ao “Dom Quixote”. Que melhor maneira há de anunciar a chegada de um novo mundo do que escarnecer do anterior e fazer com que todos riam? E concluía:

“Puesto que el alto y enjuto caballero y suo rondo escudero capturaron de inmediato y para siempre la imaginación de todo el mundo, su image és la más conocida de todos los personajes de ficción de la literatura mundial” (DOREN, 2009:252-254).

Igualmente analisou o crítico norte-americano John Macy:

“‘Dom Quixote’ passou para todas as línguas modernas, tornando-se um dos grandes livros da humanidade. Os dois heróis encontram-se no curso das aventuras com toda a espécie de homens e neles Cervantes retrata o caráter do seu povo. Mas os heróis centrais são mais que espanhóis. Somos todos nós – cavaleiros andantes do sonho e filósofos do terra a terra prático” (MACY, 1967:161).

A influência de Dom Quixote – uma das maiores obras-primas da literatura de todas as épocas – estendeu-se ao longo do tempo a escritores, pintores, escultores, dramaturgos, cineastas e músicos. Muitos deram sua versão pessoal do “Cavaleiro da Triste Figura” e seu leal escudeiro Sancho Pança.

Otto Maria Carpeaux citava o crítico suíço Martin Bodmer:

*“As grandes obras da literatura universal são comparáveis aos ‘campos de energia’ da física: irradiam energia espiritual por todos os tempos. Assim, os ‘campos de energia’ Homero, Virgílio, Dante, Cervantes, Shakespeare, Goethe, Dostoiévski etc., e esse ‘etc.’ garante a continuidade do processo. É igualmente contínuo o processo em direção inversa: as obras permanentes mudam de aspecto, pelos novos ambientes em que começam a agir”**.

Harold Bloom (2010:11) incluiu Miguel de Cervantes entre raros escritores integrantes do chamado “cânone ocidental”, cujas qualidades “os tornam

* Otto Maria Carpeaux, **Tendências Contemporâneas na Literatura**, p. 173.

canônicos, ou seja, obrigatórios em nossa cultura”.

No Brasil, por exemplo, aponta-se influência de Dom Quixote em Policarpo Quaresma, de Lima Barreto*; em Simão Bacamarte, de Machado de Assis**; e em Guimarães Rosa***.

Destacou Ivan Junqueira****:

“Também a prosa de ficção que se escreveu durante o século passado no Brasil revela, em alguns casos, uma inequívoca influência do Dom Quixote. Prova disso é o romance ‘Fogo morto’, de José Lins do Rego, publicado em 1943 e no qual a personagem do capitão Vitorino Carneiro da Cunha é uma espécie de Dom Quixote do sertão nordestino. Além deste, quatro outros ficcionistas deixaram-se embeber pelos temas cervantinos: Lima Barreto, Dalton Trevisan, Autran Dourado e Ariano Suassuna, particularmente no ‘Romance da Pedra do Reino’, de 1971, e na ‘História do rei degolado nas caatingas do sertão’, de 1976. Entre os poetas brasileiros contemporâneos que pagam algum tributo ao mito de Cervantes, lembrem-se, Alphonsus de Guimaraens, Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt, autor de ‘A visita’, obra-prima de prosa evocativa em que o autor se imagina recebendo Dom Quixote em sua casa, onde lhe confessa as angústias pessoais e o temores sobre a vida do país; e, mais de que qualquer outro, Carlos Drummond de Andrade, talvez o maior dentre todos os poetas de nossa modernidade e que nos legou, sob o título de ‘Quixote e Sancho, de Portinari’, um conjunto de 21 poemas originalmente escritos para um livro de arte com desenhos do grande pintor Cândido Portinari e depois recolhidos na coletânea poética ‘As impurezas do branco’, publicada em 1973”.

Domício Proença Filho também discorreu sobre a obra cervantina (1969:36-37):

“Quer-nos parecer que (...) o escritor se coloca a serviço da sociedade, aponta os caminhos que julgar válidos, e procura conduzir a comunidade a estes caminhos. Ele é um combatente. Um ‘engagé’. Sem deixar, entretanto, de ser um artista. (...)

* CRUZ, Ana Aparecida Teixeira da. **Dimensões da loucura nas obras de Miguel de Cervantes e Lima Barreto: “Don Quijote de la Mancha” e “Triste fim de Policarpo Quaresma”**, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://pandora.cisc.usp.br/teses>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

** BERNARDO, Gustavo. **Machado de la Mancha contra o gigante do realismo**, texto apresentado no Seminário Machado de Assis da PUC-RJ em 3/9/2008. Disponível em: <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/a301.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

*** DACANAL, José Hildebrando. **Um coloninho lê “Grande Sertão: Veredas”**. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewPDFInterstitial/51/24>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

**** JUNQUEIRA, Ivan. **Cervantes e a Literatura Brasileira**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/>. Acesso em: 26 dez. 2011.

“E o bravo e audaz ‘Don Quijote, el Caballero de la Triste Figura’, o que pretende quando vai pelo mundo a ‘deshacer agravios’, a fazer justiça? (...) Não morrer. Fazer-se famoso ‘en los presentes y en los venideros siglos’. Viver na memória de todos, ânsia de vida imortal, mola mestra da atitude quixotesca. (...)”

“A literatura é então ânsia de imortalidade, pois, afinal, como diria Machado de Assis:

‘Esta é a glória que fica, eleva, honra e consola’” (grifos no original).

O vernáculo incorporou palavras derivadas do personagem universal de Cervantes*:

“**Dom-Quixote**. 1. Indivíduo que, ingenuamente, pretende ajudar os bons, castigar os maus e corrigir injustiças, defendendo causas alheias em prejuízo próprio. 2. Pessoa alta e magra, de triste figura.

“**Dom-quixotesco** (**quixotesco**, **quixótico**). Próprio de dom-quixote, ou que se lhe assemelha.

“**Dom-quixotismo**. Ações ou modos como os de Dom Quixote.

“**Quixotada** (**quixotice**). Ato ridículo, com pretensões a cavalheiresco; bazófia, fanfarrice, fanfarronada” (grifei).

4 – Dom Quixote, Humanismo e Renascimento

A história da nossa civilização ocidental começa com os gregos. Do mesmo modo, o humanismo começa a se formar com o advento da cultura grega. Não há movimento humanista – inclusive o humanismo cristão – que, de uma forma ou de outra, não deite suas raízes no pensamento grego. Protágoras, que viveu na Grécia no século V a. C., assinalou: “O homem é a medida de todas as coisas” (NOGARE, 1981:25-31).

No campo literário, o período renascentista é identificado com a revalorização do homem.

O termo “Renascimento” foi criado por Giorgio Vasari (1511-1574), pintor e escritor italiano. É tradicionalmente empregado para designar, a partir do século XV, o ressurgimento da literatura e das artes por força da redescoberta de obras e autores da Antiguidade. Caracterizava uma volta ao passado, especialmente à cultura greco-latina, fonte por excelência do pensamento e da arte. O movimento foi impulsionado pelo entusiasmo de personalidades conhecidas como “humanistas”. Historiadores modernos ampliaram essas concepções e atribuíram à expressão “Renascimento” uma verdadeira ruptura com a religiosidade medieval, por eles considerada retrógrada. Assim, o “Renascimento” implica a redescoberta do homem. O teocentrismo da Idade Média cedeu lugar ao antropocentrismo. Reabilitou-se o paganismo, em função de uma “revelação do homem e do mun-

* Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, vol. 2, p. 170, e vol. 4, p. 45.

do” (AZEVEDO, 1990:337).

Também se define “Humanismo”:

“Termo empregado para designar um movimento cultural surgido na Europa, caracterizado por um interesse apaixonado pela Antiguidade clássica, isto é, greco-latina. Seus participantes eram intelectuais, não no sentido profissional, mas eruditos que descobriam nos textos gregos e romanos a sabedoria e beleza esquecidas pela Idade Média, conforme afirmavam. Viajantes infatigáveis, os humanistas consultavam nas bibliotecas e nos mosteiros os manuscritos dos autores antigos. Rejeitando o latim rude do período medieval, eles reencontraram a língua clássica, não só o grego e o latim, mas também o hebraico, e promoveram a retomada do estudo desses idiomas. (...) Otimista em relação ao mundo, o humanista não ama a erudição confinada nas bibliotecas ou nas clausuras dos mosteiros. Ao contrário do que acontecia na Idade Média – principalmente antes da formação das universidades – o humanista quer desfrutar do livro em companhia do público para o qual ele escreve. A uma concepção teocêntrica, que tem em Deus o centro do universo, opõe-se uma outra, antropocêntrica, que faz do homem o ponto de convergência para o saber. (...) O humanista acredita no homem, sem, entretanto, endossar espiritualmente o paganismo; sem deixar de amar a Deus, procura também amar a vida e a beleza, traços típicos da cultura greco-latina. A Itália foi o berço do humanismo, manifestado em Petrarca (1304-1374), sem dúvida o mais conhecido dos humanistas italianos. Nas cortes dos príncipes e dos papas desenvolveu-se o mecenato, que, certamente, explica a quantidade de elogios nos textos dessa época. Ao findar o século XV, Florença, na figura de seu dirigente, Lourenço, o Magnífico, é um poderoso centro humanista. Da Itália, o humanismo espalha-se por toda a Europa. Seu grande mestre, holandês, é Erasmo, monge e teólogo, erudito e pedagogo. Na França, surgem Lefèvre d’Étaples, Guillaume Budé (fundador do ‘Colégio Real’, hoje ‘Collège de France’), Rabelais, erudito e curioso; e, ao findar do século XVI, Montaigne, moralista e cético. Inglaterra, Espanha, Portugal são também tocados pelo humanismo: a UTOPIA, do inglês Thomas Morus, aparece em 1516; no mesmo século, o português Luís de Camões e o espanhol Miguel de Cervantes escrevem duas obras imortais: OS LUSÍADAS e DON QUIXOTE DE LA MANCHA, respectivamente. O movimento humanista encerrou-se, praticamente, ao findar o século XVI. Um novo humanismo surgiria, entretanto, no século XVIII, acentuadamente científico e humanitarista” (AZEVEDO, 1990:212).

“Antes de se tornar um termo muito em voga depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente no âmbito do existencialismo, o humanismo designa o movimento cultural e social que surge no Renascimento, e ao qual se juntam, por exemplo, Leonardo da Vinci, Erasmo, Rabelais e Montaigne. Redescobre-

-se a literatura greco-latina, afasta-se a teologia, e a concepção do mundo se reorganiza em torno do homem. O humanismo contemporâneo retoma a fé no homem, mas refere-se mais amplamente a toda posição filosófica que reivindica a preeminência da reflexão sobre o homem e, especialmente, que defende no plano prático a liberdade e a dignidade humanas contra todas as formas de opressão” (DORTIER, 2010:280).

Nesse contexto renascentista, enfim, Cervantes brindou a literatura universal com a sua inigualável novela “Dom Quixote de La Mancha”.

5 – O enredo de “Dom Quixote de La Mancha”

Alonso Quijano era um fidalgo que habitava uma aldeia da Mancha, na Espanha. Não possuía muitos recursos. Viviam em sua casa uma governanta, uma sobrinha e um criado. Tinha aproximadamente cinquenta anos, corpo magro e rosto seco. Era madrugador e gostava de caçar.

De tanto ler livros sobre cavalaria, noites adentro, *“se lhe secou o cérebro, de maneira que chegou a perder o juízo”*.

Resolveu se tornar cavaleiro andante, *“desfazendo todo o gênero de agravos, e pondo-se em ocasiões e perigos, donde, levando-os a cabo, cobrasse perpétuo nome e fama”*.

O fidalgo lançou mão de uma enferrujada armadura, que pertencera ao seu bisavô. Depois de limpá-la, notou que o capacete não tinha viseira. Fez uma de papelão. A seguir, pegou a espada e experimentou o gume na viseira improvisada. Ao primeiro golpe, destruiu num instante o que levava uma semana para fazer.

Pensou em arranjar um cavalo. Havia na cavalaria um animal de aspecto miserável. Batizou-o de Rocinante:

“Pareceu-lhe que nem o Bucéfalo de Alexandre nem o Babieca do Cid tinham que ver com ele”.

Pretendeu, por fim, ter uma dama a quem, segundo os antigos costumes, pudesse entregar o império do seu coração. Pelas redondezas, vivia uma jovem lavradora chamada Aldonça Lourenço. Deu-lhe o nome “Dulcineia del Toboso”:

“Não pode existir cavaleiro andante sem dama, porque tão próprio e natural assenta nos que o são serem enamorados, como o céu ter estrelas”.

Partiu em buscas de aventuras, montado no Rocinante.

Parou em uma estalagem à beira da estrada. Em uma cômica cerimônia, com a participação do “governador do castelo” (o estalajadeiro), foi sagrado cavaleiro:

“Minhas pompas são as armas,

“Meu descanso o pelejar. (...)

“Esta noite na capela deste vosso castelo velarei as armas, e amanhã, como digo, se cumprirá o que tanto desejo, para poder, como se deve, ir por

todas as quatro partes do mundo buscar aventuras em proveito dos necessitados, como incumbe à cavalaria e aos cavaleiros andantes, qual eu sou, por inclinação da minha índole”.

Dom Quixote arregimentou um fiel escudeiro, Sancho Pança, humilde aldeão da região da Mancha. Prometeu torná-lo governador de uma ilha a ser conquistada.

Na mais famosa aventura, Dom Quixote investiu contra moinhos de vento, “gigantes” imaginários. Após dar uma lançada na vela do moinho, o vento a movimentou com tanta fúria, que fez a lança em pedaços e arrastou cavalo e cavaleiro. Rolaram miseravelmente pelo campo afora:

– Valha-me Deus! – exclamou Sancho. – Não lhe disse eu a Vossa Mercê que reparasse ao que fazia, que não eram senão moinhos de vento, e que só o podia desconhecer quem dentro na cabeça tivesse outros?

– Cala a boca, amigo Sancho – respondeu Dom Quixote; – as coisas da guerra são de todas as mais sujeitas a contínuas mudanças; o que eu mais creio, e deve ser verdade, é que aquele sábio Frestão, que me roubou os aposentos e os livros, transformou esses gigantes em moinhos, para me falsear a glória de os vencer; tamanha é a inimizade que me tem; mas ao cabo das contas, pouco lhe hão de valer as suas más artes contra a bondade da minha espada. (...)

“Se me não queixo com a dor, é porque aos cavaleiros andantes não é dado lastimarem-se de feridas, ainda que por elas lhes saiam as tripas”.

Outras tantas aventuras se seguiram.

Ao cabo delas, o cavaleiro retornou à aldeia natal.

No leito de morte, acompanhado pelos amigos, a sobrinha e a governanta, ditava seu testamento a um testamenteiro.

“Sinto-me, sobrinha, à hora da morte; quereria passá-la de modo que mostrasse não ter sido tão má a minha vida que deixasse renome de louco, pois, apesar de o ter sido, não quereria confirmar essa verdade expirando. (...)

“Dai-me alvíssaras, bons senhores, que já não sou Dom Quixote de la Mancha, mas sim Alonso Quijano, que adquiri pelos meus costumes o apelido de ‘Bom’. (...) Já me são odiosas todas as histórias profanas de cavalaria andante; já conheço minha necidade e o perigo em que me pôs o tê-las lido; já por misericórdia de Deus, e bem escarmentado, as abomino”.

“Voltando-se para Sancho, disse-lhe:

– Perdoa-me, amigo, o haver dado ocasião de pareceres doido como eu, fazendo-te cair no erro, em que eu caí, de pensar que houve e há cavaleiros andantes no mundo.

– Ai! – respondeu Sancho Pança, chorando – não morra Vossa Mercê, senhor meu amo, mas tome o meu conselho e viva muitos anos, porque a maior loucura que pode fazer um homem nesta vida é deixar-se morrer sem mais nem mais, sem ninguém nos matar, nem darem cabo de nós outras mãos que não sejam as da melancolia. (...)

– Senhores – acudiu Dom Quixote –, deixemo-nos dessas coisas; o que foi já não é; fui louco e estou hoje em meu juízo; fui Dom Quixote de la Mancha, e sou agora, como disse, Alonso Quijano, o Bom”.

“Dom Quixote (...), entre os suspiros e lágrimas dos que ali estavam, deu a alma a Deus: quero dizer, morreu. (...)

“Não trasladamos para aqui nem os prantos de Sancho, da sobrinha e da ama de Dom Quixote, nem os novos epitáfios da sua sepultura, ainda que Sansão Carrasco lhe fez o seguinte:

*Aqui jaz quem teve a sorte
De ser tão valente e forte,
Que o seu cantor alegou
Que a morte não triunfou
Da sua vida coa sua morte
Foi grande a sua bravura,
Teve todo o mundo em pouco,
E na final conjuntura
Morreu: vejam que ventura,
Com siso vivendo louco!.*

6 – Literatura e Direito

Já escrevi sobre a relação entre Literatura e Direito (GARCIA DE LIMA, Revista da Academia Mineira de Letras, vol. LXVIII, 2014).

Os juristas não podem viver à margem do mundo cultural:

“Sem o conteúdo cultural não é possível entender-se a forma social, pois **o humano não é tema para geometrias**. E isso foi o de que descuraram os formalistas, em que pese ao respeitável de seu projeto” (MACHADO NETO, 1974:23, grifei).

Domício Proença Filho considera a **arte** um dos meios de que se vale o homem para conhecer a realidade. Só há **literatura** onde existe um povo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma **cultura**:

“A matéria literária é cultural. O artista da palavra retira do mundo elementos que, convenientemente organizados, podem representar totalidades e constituir uma afirmação cuja força e coesão não se encontram ao alcance dos profanos. Em outros termos, de acordo com T. Hall, uma das mais relevantes funções do artista é ajudar o leigo a estruturar o seu universo cultural. (...)

“À luz da antropologia, podemos também entender cultura como o conjunto e a integração dos modos de pensar, sentir e fazer adotados por uma comunidade, na busca de soluções para os problemas da vida humana associativa.

“Cultura, como se depreende dessas acepções, implica sociedade. (...)

“Fácil é concluir que a literatura, apoiada num sistema de signos linguísticos que representam o mundo e revelam dimensões profundas do mesmo, traduz o grau de cultura de uma sociedade. E mais: por força de sua natureza criadora e fundadora, ela pode configurar-se como espelho ou como denúncia, como conservadora ou como transformadora” (PROENÇA FILHO, 1986:14-35).

O escritor se coloca a serviço da sociedade:

“Aponta os caminhos que julgar válidos, e procura conduzir a comunidade a estes caminhos. Ele é um combatente. Um ‘engagé’. Sem deixar, entretanto, de ser um artista” (PROENÇA FILHO, 1969:36, grifos no original).

A história literária dos estilos e obras expressa a estrutura espiritual e social das épocas:

“A literatura não existe no ar, e sim no tempo, no tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. (...)

“A relação entre literatura e sociedade (...) não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica). Essa interdependência constitui o objeto da ‘sociologia do saber’, disciplina sociológica, cujos fundamentos foram lançados pelos trabalhos de Max Weber, Scheler e Mannheim. Os conceitos da ‘sociologia do saber’ permitem estudar os reflexos da situação social na literatura sem abandonar o conceito da evolução autônoma da literatura” (CARPEAUX, 1978:35).

No Brasil, Machado de Assis, por exemplo, é um autor bastante atrelado ao mundo jurídico:

“O Direito invade completamente a vida e a obra do grande mestre. Ou seja: Machado de Assis é todo Direito – em sua vida de funcionário público, sobram exemplos de atuação jurídica; em suas amizades, sobressaem os bacharéis; seus personagens jurídicos têm grande destaque (impressionante destaque); e a linguagem jurídica aparece em todos os recantos da vasta obra machadiana. Ou seja, Machado de Assis tem todo o direito de receber as melhores homenagens do mundo jurídico” (SCHUBSKY e MATOS, 2008:8).

Em 1908, o famoso criminalista italiano Enrico Ferri discorreu sobre os assassinos incestuosos na tragédia grega, obras de Shakespeare (Macbeth, Hamlet, Othello etc.), criminosos no romance contemporâneo (Thereza Raquin, Germinal, Besta Humana, de Émile Zola, O Discípulo, de Paul Bourguet etc.) e a arte setentrional (Os Espectros, de Henrik Ibsen, Poder das Trevas,

de Leão Tolstói, *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski etc.), dentre outros. Apontava os desafios enfrentados nas suas reflexões:

“Demonstrar e confirmar, com exemplos tirados da arte, os dados e as induções da antropologia e da psicologia criminais. (...)

“A arte, esse reflexo irisado da vida, não poderia, mesmo desde as suas primeiras e mais instintivas manifestações, negligenciar o estudo das inumeráveis metamorfoses do crime e da alma criminal na sociedade; não poderia ignorar o frisson passional que, em presença de um delito, subleva, na multidão, uma emoção vaga, incessantemente ampliada e atenuada na medida de sua amplitude – ou que provoca, na consciência do artista, a representação subjetiva de personagens misturados aos dramas da fraude artificiosa ou da violência sangüinária” (FERRI, 2001:17 e 21).

7 – Direitos Humanos e Garantismo Penal

No mundo contemporâneo, os direitos fundamentais estão declarados nas Constituições. As declarações de direitos são disposições que proclamam as principais liberdades humanas. Tais direitos, enunciados pelas grandes revoluções e depois incluídos nos textos constitucionais, integram a própria personalidade do homem. Ao seu exercício correspondem, com limitações recíprocas, os direitos dos demais homens (PINTO FERREIRA, 1991:111-112).

O constitucionalismo moderno se caracteriza pela promulgação de um texto escrito contendo declaração dos Direitos Humanos e de cidadania. Constitui um dos seus momentos centrais de desenvolvimento e de conquista, que consagra as vitórias do cidadão sobre o poder (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000:353).

Os Direitos Humanos constituem patrimônio próprio e inalienável dos cidadãos (MORBIDELLI, PEGORARO, REPOSO e VOLPI, 1997:86). Define José Afonso da Silva (1990:159):

“Direitos fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada a este estudo, porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do homem, não como o macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos fundamentais do homem significa

direitos fundamentais da pessoa humana ou direitos humanos fundamentais. É com esse conteúdo que a expressão direitos fundamentais encabeça o Título II da Constituição que se completa, como direitos fundamentais da pessoa humana, expressamente, no art. 17”.

O denominado “garantismo penal” é um desdobramento do primado dos direitos fundamentais da pessoa humana (BECHARA, 2011:30):

*“O estudo do garantismo tem como um dos grandes referenciais Luigi Ferrajoli. O autor trabalha com três significados de garantismo, extraídos do modelo penal garantista, que constitui o parâmetro de racionalidade, de justiça e de legitimidade da intervenção punitiva (FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**. Bari: Laterza, 1990. p. 891).*

*“O garantismo, segundo Sylvia Helena de Figueiredo Steiner, é fruto da evolução da história da humanidade, a partir do momento em que o delinquente passa a ser considerado sujeito de direitos, tutelado pelo Estado, garantindo-se a ele o respeito devido, seja na fase pré-processual, durante o julgamento e a execução (STEINER, Sylvia Helena de Figueiredo. **A Convenção Americana sobre direitos humanos e sua integração ao processo penal brasileiro**. São Paulo: RT, 1999, p. 96). No mesmo sentido, Salvador José Barbosa Junior (**O novo tratamento legal ao uso compartilhado da droga**. Revista Jurídica, ano 55, n. 355, p. 115, maio 2007) define o garantismo como o conjunto de normas que impõe ao Estado o respeito aos direitos do indivíduo, assegurando-lhe garantias jurídicas para a apuração da responsabilidade penal e da aplicação da justa pena. Ainda, de acordo com Geraldo Prado, o garantismo está fundado nos ideais do Iluminismo e da Modernidade, desenvolvidos ao longo do tempo e há mais de quatro séculos na Europa Ocidental, expandindo-se para todos os ramos do Direito, evidenciando a natureza política dos direitos penal e processual penal, e buscando não somente a regulação da vida social com a cooperação com o funcionamento do ordenamento jurídico em geral como instrumento de transformação positiva para a sociedade (PRADO, Geraldo. **Prisão e liberdade**. Revista Jurídica, v. 48, n. 278, p. 67, dez. 2000)”.*

8 – Dom Quixote e os presos

Narro destacadamente um dos episódios mais emblemáticos do livro “Dom Quixote”.

É a passagem que me inspirou a relacionar a obra de Cervantes com a utopia dos defensores dos direitos humanos, no âmbito da Justiça Penal brasileira.

Dom Quixote soltou alguns presos, que seguiam para as galés por ordem de el-rei, sob escolta e acorrentados:

“Como quer que seja, esta gente, ainda que os levam, vai à força, e não

por sua vontade. (...) Pois sendo assim, aqui está onde acerta à própria o cumprimento do meu ofício; desfazer violências e dar socorro e auxílio a miseráveis (...)

“Façam favor de vos desacorrentar e deixar-vos ir em paz; não faltarão outros, que sirvam a el-rei com maior razão; porque dura coisa me parece o fazerem-se escravos indivíduos que Deus e a natureza fizeram livres; quanto mais, senhores guardas – acrescentou Dom Quixote –, que estes pobres nada fizeram contra vós outros; cada qual lá se avenha com o seu pecado. Lá em cima está Deus, que se não descuida de castigar ao mau e premiar ao bom; e não é bem que os homens honrados se façam verdugos dos seus semelhantes, demais sem proveito”.

Os guardas fugiram assustados. Os presos livraram-se das correntes e se libertaram. Mas Dom Quixote queria uma retribuição dos recém-libertos:

“De gente bem-nascida é próprio – lhes disse o cavaleiro – agradecer os benefícios recebidos; e um dos pecados que mais ofendem o Altíssimo é a ingratidão. (...) Em paga do que queria e é minha vontade que carregando com essa cadeia que dos vossos pescoços tirei, vos ponhais para logo a caminho, e vades à cidade de El Toboso, e ali vos apresenteis perante a Senhora Dulcineia, e lhe digais que o seu cavaleiro, o da Triste Figura, lhe manda muito saudar, e lhe conteis ponto por ponto toda esta minha famosa aventura, com que vos restituí à desejada liberdade. Feito isso, podeis vós ir para onde vos aprouver, e boa fortuna vos desejo”.

Com a recusa dos libertos, Dom Quixote dirigiu-lhes impropérios:

“Retirando-se à parte começaram a chover tantas pedradas sobre Dom Quixote, que poucas lhe eram as mãos para se cobrir com a rodela”.

Furtaram, ainda, o asno de Sancho Pança, que, condoído, pouco antes havia dado esmola a um dos presos.

9 – Episódios da vida brasileira

A passagem quixotesca recordou-me episódio real ocorrido no Brasil.

No dia 15 de março de 1994, o arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, foi sequestrado por 14 detentos no maior presídio do Ceará:

“A visita havia sido marcada pelo próprio cardeal. No Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), a notícia que corria era a da insatisfação dos presos com as más instalações e a superlotação da unidade. Uma intervenção era necessária, julgou o sacerdote. Três outros religiosos e alguns integrantes de movimentos sociais foram convocados para uma vistoria na instituição. Do outro lado das grades, um grupo de detentos aguardava pelos visitantes. Seriam eles a garantia para a liberdade, planejavam. Os acontecimentos daquele 15 de março de 1994 viraram notícia. Ganharam repercussão internacional.

“A peregrinação pelas celas, que se iniciara às 9 horas, já havia chega-

do ao fim. Às 10 horas, o cardeal subia ao palco. No fundo do auditório, uma movimentação chamou a atenção dos presentes. O detento Antônio Carlos de Souza Barbosa, o Carioca, imobilizava dom Aloísio com uma faca. ‘Aquela cena ficou congelada na minha memória’, relembra o então deputado estadual Mário Mamede, um dos reféns da rebelião. A reação veio de um policial. Houve troca de tiros. Dois detentos morreram. Um soldado ficou ferido. No corre-corre, 27 pessoas encurralaram-se em uma sala do auditório e assumiram os seus papéis: 13 reféns, 14 sequestradores. A negociação durou cerca de 13 horas. ‘Estávamos extremamente cansados e tensos’, conta Mário. Ao final da noite, o pedido dos sequestradores havia sido atendido. Mas não por completo. O carro-forte solicitado estava com o bagageiro trancado. As 27 pessoas que antes ocupavam a sala de 25m² agora se dividiam no espaço de quatro passageiros. Um dos detentos, o Fazendeiro, guiou o veículo até o sítio dos pais, em Ibareta. Lá, lembra Mário, a família serviu água aos reféns. A dom Aloísio, foi ofertado um copo de leite. E um pedido de desculpas. ‘Existia uma preocupação visível com ele. A pessoa principal daquela ação era dom Aloísio’, comenta. O grupo foi libertado por volta das 6h do dia seguinte após o carro de fuga sofrer um acidente. Nenhum dos reféns ficou ferido. ‘O bom desfecho, em grande parte, se deve a dom Aloísio. Ele, ao invés de se portar de maneira hostil, disse: ‘Nós vamos sair desta vivos’. E saímos’. Diz.

“Duas semanas após o sequestro, o cardeal voltou ao IPPS. Era quinta-feira de Páscoa. Dom Aloísio visitou Carioca em sua cela. Conversaram por dez minutos. Oraram. O detento pediu perdão e foi perdoado. O cardeal morreu aos 83 anos, em 2007, vítima de falência múltipla de órgãos. Do Carioca, sabe-se que foi transferido para um presídio em São Paulo. E só”.*

10 – Conclusão

Os defensores dos direitos humanos, no Brasil, são atuantes e dignos de elogios.

Dedicam todas as suas energias a proclamar violações dos direitos humanos de criminosos. No entanto, silenciam ante a cotidiana e multifária violação dos direitos humanos das vítimas de crimes.

Não se promovem atos religiosos e passeatas em defesa de vítimas de estupro, latrocínios, roubos à mão armada e outras violências congêneres.

Vem a calhar assertiva do filósofo Hans-Georg Gadamer (2009:7-8):

“Todos deveríamos ter consciência de que um homem da teoria, que dedica a sua vida ao conhecimento puro, também depende da situação social e da prática política. É a própria sociedade que torna possível a distância que se nos impõe como tarefa profissional. Seria uma ilusão pensar que a vida dedicada à

** Sequestro de dom Aloísio completa 20 anos, O Povo, Fortaleza-CE, São Paulo, 15 mar. 2014. Seção Memória.*

teoria está livre da vida política e social e das suas obrigações. O mito da torre de marfim onde vivem os teóricos é uma fantasia irreal. Todos nos encontramos no meio da estrutura social.

“Sobre tudo os que sobreviveram a duas guerras mundiais e aos seus intervalos e consequências, não podemos realmente cair na tentação de nos julgarmos numa torre de marfim”.

Teorias sociológicas, com excessiva “vitimização” dos criminosos, encerram a militância brasileira dos direitos humanos em uma “torre de marfim”.

A partir dela, não descortinam a situação dolorosa vivida pelas pessoas de bem atingidas por bárbaras ações criminosas, as quais se encontram em todas as camadas da sociedade.

Lamentavelmente, tal postura esmaece o discurso dos direitos humanos. Recorrentemente se desdenha:

– *Direitos humanos? Isso é coisa de bandido!*

São as pedras atiradas naqueles que quixotesicamente vestem armaduras de defensores do bem.

Mas o que é o bem?

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BERNARDO, Gustavo. **Machado de la Mancha contra o gigante do realismo**, texto apresentado no Seminário Machado de Assis da PUC-RJ em 3/9/2008. Disponível em: <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/a301.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental**. Rio de Janeiro: Objetiva, trad. Marcos Santarrita, 2010.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, tradução de João Ferreira, vol. 1, 2000.

CARPEAUX, Otto Maria. 2ª ed., **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978.

_____. **Tendências Contemporâneas na Literatura**. Rio de Janeiro: Ediouro, sem data.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. São Paulo: Abril Cultural, trad. Visconde de Castilhos e Azevedo, 1981.

CRUZ, Ana Aparecida Teixeira da. **Dimensões da loucura nas obras de Miguel de Cervantes e Lima Barreto: “Don Quijote de la Mancha” e “Triste fim de Policarpo Quaresma”**, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://pandora.cisc.usp.br/teses>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

DACANAL, José Hildebrando. **Um coloninho lê “Grande Sertão: Veredas”**. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewPDFInterstitial/51/24>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

DOREN, Charles van. **Breve historia del saber – La cultura al alcance de todos**. Barcelona: Editorial Planeta, trad. Cláudia Casanova, 2009.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, trad. Márcia Valéria Martínez de Aguiar (coord.), 2010.

Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda., vol. 4, 1969, pp. 202-203.

FERRI, Enrico. **Os criminosos na arte e na literatura**. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, trad. Dagma Zimmermann, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Herança e futuro da Europa**. Lisboa: Edições 70, trad. António Hall, 2009.

GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. **Literatura e Direito**. Revista da Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, vol. LXVIII, págs. 121-143, jan. / mar. 2014.

_____. **Quixotes de toga**. Revista **MagisCultura**, Belo Horizonte, Associação dos Magistrados Mineiros, nº 9, págs. 10-21, abr. 2013.

JUNQUEIRA, Ivan. **Cervantes e a Literatura Brasileira**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/>. Acesso em: 26 dez. 2011.

MACHADO NETO, A. L. **Sociologia jurídica**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

MACY, John. **História da Literatura Mundial**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, trad. Monteiro Lobato, 1967.

MORBIDELLI, Giuseppe, PEGORARO, Lucio, REPOSO, Antonio e VOLPI, Mauro. **Diritto Costituzionale Italiano e Comparato**. Bologna: Mulino Editore, 1997.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e Anti-Humanismos: Introdução à Antropologia Filosófica**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, Adalberto Prado e Silva (Org.), 4 vols., 1964.

PINTO FERREIRA. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Estilos de época na literatura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Linceu, 1969.

SCHUBSKY, Cássio e MATOS, Miguel. **Doutor Machado – o direito na vida e na obra de Machado de Assis**. São Paulo: Lettera.doc; Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 6ª ed. São Paulo: Editora RT, 1990.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Orpheu Santos Salles, Quixote do Século XXI**. Revista Justiça & Cidadania, Rio de Janeiro, nº 135, p. 8, nov. 2011.



FUSCO NO PASQUIM 1: 40 ANOS AINDA AGORA

Ronaldo Werneck*

“Fernando Pessoa aborrece-me até a morte”, disse recentemente o romancista António Lobo Antunes, um dos escritores portugueses atuais mais lidos, vendidos e traduzidos em todo o mundo. O dito de Lobo Antunes faz reviver quatro décadas depois uma das tiradas de Rosário Fusco sobre alguns mitos da literatura, daqui e dalhures. “Fernando Pessoa é um chato em e com todos os pseudônimos”. “Rilke tinha tantas perebas psicossomáticas que nem Rodin conseguiu descascá-las a cinzel”. Esses são apenas dois dos inúmeros destaques extraídos da bombástica entrevista que eu e Joaquim Branco fizemos com o escritor mineiro Rosário Fusco (1910-1977), publicada pelo Pasquim há exatos 40 anos (nº 351, 19 a 26 de março de 1976). Sarcástico, amargo, ferino, Fusco deixa transparecer na matéria do Pasquim o atento leitor que sempre foi, o arguto pensador e, principalmente, o grande romancista.

“O escritor brasileiro é um supercamelo”, uma de suas frases, que “puxei” pra título da entrevista, foi copidescado por um dos editores do Pasquim (Ziraldo? Jaguar?) e saiu como título da matéria, em letras garrafais, como “O escritor brasileiro é um supercamelô”, o que mudou por completo o seu sentido. Na verdade, o que Fusco dizia era: “O romancista brasileiro não é, antes de tudo, “um duro”: é um supercamelo carente de enzimas digestivas: rumina, mas não digere”. Editada em corpo 8, texto compacto – como o tratado sobre a arte de tomar banho com um copo d’água, escrito por Mme de Montespin, que ele cita em uma de suas respostas (“composição corrida, cerrada, corpo 8 antigo”) –, mesmo assim a entrevista ocupou seis páginas (uma das maiores publicadas pelo Pasquim), com grandes espaços destinados às fotos de Adriana Montheiro, clicadas na casa do escritor em Cataguases.

Devidamente ampliadas, as fotos foram perdidas na redação do Pasquim, e os negativos também sumiram com o passar do tempo. Elas foram agora restauradas a partir de uma velha edição do jornal que sobrou em meu acervo, e tratadas no *photoshop*, mas o resultado deixa a desejar. De qualquer forma, elas vão ilustrar a entrevista que será publicada na íntegra numa série de crônicas a partir desta de agora, ao lado de algumas outras fotos cedidas pelo filho do escritor, Rosário François Fusco. As “fotos do Pasquim” ficam como registro do

*Jornalista e poeta, nascido em Cataguases, autor de várias obras em prosa e verso.
roneck@ronaldowerneck.com.br

“momento” das inúmeras falas e papos com Rosário Fusco.

Em Cataguases, Fusco abraça Vinicius e Gesse.

“Quero que a dona Glorinha vá pra PUC!” (‘Pontifícia Universidade Católica’, ressaltava). Eu e Joaquim trabalhamos com anotações de nossos longos papos com Fusco, textos já publicados e respostas por escrito a algumas perguntas. Ele detestava, ou dizia detestar, gravador (pouca coisa da nossa entrevista foi gravada). O que não é bem verdade: da última vez que o Vinicius de Moraes esteve em sua casa em Cataguases, Fusco gravou todo o papo, apesar de visivelmente impressionado com a Gesse. “Vejam vocês, essa baiana que o Vinicius arrumou é sensacional sob todos os aspectos: conseguiu beber aqui, na minha frente, enquanto conversávamos, uma garrafa inteira de cachaça. E pura: enchia um copo desse tamanho e mandava brasa como se fosse água. Bebeu com uma dignidade de fazer gosto: formidável”.

No mesmo dia em que saiu a entrevista, 19.3.76, um Rosário Fusco danado da vida – e sob a chancela “Reservadíssimo” – mandava-me carta de Cataguases: “... o que v. chamou de montagem de textos e o Pasquim divulgou como entrevistado é furo jornalístico de foca provinciano”. E por aí seguia o velho e ferino Fusco, ameaçador: “... Mas pode ter consequências, pelas quais o responsabilizarei no momento oportuno, se for o caso”. A entrevista mencionava vários medalhões literários de forma inédita e bem-humorada, entre eles Lawrence Durrell e... Grace Kelly, a própria. Fusco temia inacreditáveis represálias sobre o que havia dito (e dito várias vezes), como se os dois, a “princesa” e “o autor internacional”, fossem algum dia ler o Pasquim.

Apesar de outros envolvidos no, vamos dizer, quiproquó (o próprio Ziraldo, o Jaguar, o Joaquim, a Adriana, que fizera as fotos), ele não livrava minha cara: “Tirei o Joaquim Branco da jogada porque o estilo dos comentários – inconfundível pelos cacoetes – tenho certeza de que são seus”. O velho bruxo da Granjaria estava realmente fulo da vida. Por absoluto mistério do correio cataguasense, só em abril a carta chegou às minhas mãos no Rio. Devolvi de bate-pronto, numa longa resposta onde mostrava meu espanto com sua reação em cima de coisas já sovadas de tão ditas e repetidas para o fechadíssimo círculo que frequentava sua casa da Granjaria. E sobre as quais nunca se pediu segredo.

Em maio daquele ano não pude ir a Cataguases, tomado pelo nascimento de meu filho Pablo e do lançamento carioca de Selva Selvaggia, meu primeiro livro. No início de junho, recebo carta, agora sim, de meu velho amigo, que merece transcrição:

“Ronaldo: nada de ressentimentos, tanto mais que o dito ficou dito e, o falado, escrito. Velho aposentado não dispõe de tempo pra cartear, pois que o elenco de doenças que carrega lhe consome o tempo: entende? Vai entender, daqui a trinta anos. Parabéns (extensivos à Adriana) pelo duplo parto: do filho de papel e do filho do amor. Ambos são válidos e, às vezes, até se confundem nas nuvens do

sonho igual. Estou projetando um artigo comprido sobre sua poesia: mandarei. Não convém que a turma do Pasquim apareça. Pelo menos, por enquanto. Assim que eu melhorar de, ao menos, uma de minhas mazelas (acho que todas já se instalaram em mim pra ficar até o dia do Juízo) avisarei. Annie se junta a mim para abraçar o, agora, quarteto Werneck. Do velho, Rosário (18.6.76).

“Morreu de talento. É a urna de cinzas detergentes do modernismo”, ele dizia sobre seu amigo Oswald de Andrade. Parecia falar de si mesmo, de seu talento, que lembrava o de Oswald.



CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA

Carlos Perktold*

A UNESCO acaba de declarar como patrimônio cultural da humanidade o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte. Não é a primeira vez que reconhecimento dessa natureza vem para Minas Gerais pela mesma instituição. As cidades de Ouro Preto, Diamantina e a eterna beleza de Congonhas e suas esculturas de Aleijadinho já haviam sido premiadas com essa mesma manifestação. A diferença e a novidade de agora é que se trata de um conjunto composto de prédios arquitetônicos de arte moderna, aquela cuja extraordinária formosura fala por si mesma. E como é eloquente a adolescente clássica de mais de 70 anos, que não envelheceu e nem envelhecerá nunca. Esta é a maior qualidade das obras primas artísticas de qualquer natureza: tornar-se um clássico, algo que passa por várias gerações e é sempre louvado pela beleza, graciosidade, leveza, ritmo e linhas.

Corria a década de 1940 e o prefeito Juscelino Kubitschek convoca alguns artistas, despontarem no Rio de Janeiro, para projetar um novo bairro na Capital mineira e, nele, deveria haver um conjunto arquitetônico que chamasse a atenção do Brasil sobre nossa cidade, naquela década ainda pequena para os padrões populacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, um eixo que permanece até hoje. Entre os artistas estavam Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx, Candido Portinari, Alfredo Ceschiatti, Paulo Werneck e José Pedrosa, este, mineiro de Rio Acima, cidade próxima de Belo Horizonte. Esse grupo de homens brilhantes com idade em torno de 30 anos faria o mais lindo conjunto arquitetônico, paisagístico, pictórico e escultural de nossa jovem Capital. Conta a lenda que o apressado prefeito pediu ao arquiteto que fizesse o esboço do conjunto rapidamente. Niemeyer foi para o hotel onde se hospedara e na manhã seguinte, para surpresa de todos, mas, sobretudo do prefeito, mostrou o rascunho dos projetos que lhe haviam ocorrido naquela noite. JK se apaixonou na hora pelas rampas, ao invés de escadas no prédio do antigo cassino e que hoje é o Museu de Arte da Pampulha-MAP. Apaixonou-se ainda pelas linhas curvas da igreja dedicada à devoção do pai de JK, São Francisco de Assis, pela Casa do Baile com sua construção lembrando os rios de Minas. Não se tinha notícia até então de uma igreja naquele formato arquitetônico.

* Crítico de arte, integrante da Associação Brasileira dos Críticos de Arte (ABCA) e da Associação Internacional de críticos de Arte (ABCA-ASCA). perktold@terra.com.br

Isso significava que, se o poeta e engenheiro calculista, Joaquim Cardoso, compreendesse a dimensão do projeto, se convencesse da sua viabilidade de projetos e fizesse os cálculos de tal forma que pudesse ser executado, seria a primeira vez na história da humanidade que haveria uma construção de concreto armado em curva. Nenhum dos participantes nos projetos pensava em posteridade naquela ocasião e, menos ainda em vê-los transformados em patrimônio cultural da humanidade. Mas quando se juntam pessoas interessadas em inovar e criar coisas que não envelhecem, o resultado é sempre algo que os transforma em mensageiros da eternidade, mesmo que não pensem nela. Sem que nenhum dos envolvidos no desejo do prefeito sequer imaginasse, nascia ali também e com a mesma equipe um embrião do que seria a nova capital do Brasil, quando o prefeito, em 1955, se tornasse presidente do país e cumprisse a adormecida promessa de interiorizar nosso desenvolvimento por intermédio da construção de Brasília, o novo Distrito Federal.

As curvas sempre foram a paixão do então jovem arquiteto, sejam aquelas das montanhas de Minas e dos nossos rios, sejam aquelas da mulher amada, como ele gostava de dizer. O importante para ele é que seus projetos tivessem movimento, ocupando um espaço como se fossem uma escultura. E eles são esculturas magistras, tão importantes que o hoje Museu de Arte da Pampulha, o antigo Cassino, se tornou a melhor peça do seu acervo. Esculturas aqui não são somente o MAP e a famosa igreja, mas a Casa do Baile, o Iate Tênis Clube e a casa do prefeito, todos construídos às margens da lagoa.

Mas o leitor não imagina que a igreja, tão linda, com as magistras pinturas interiores e exteriores de Portinari e baixos relevos de Ceschiatti tenham sido aceitas pela Igreja católica de imediato. Pelo contrário. O arcebispo de Belo Horizonte na ocasião, D. Antônio dos Santos Cabral, desdenhou a bela construção e não a aceitou como parte da sua diocese porque ela havia “sido construída e projetada por comunistas”. Estes, no caso, eram Oscar Niemeyer e Candido Portinari muito especialmente. Prontas em 1944, somente em 1956 o novo bispo da diocese, D. João Rezende Costa, a consagrou, passando então ali a serem celebrados os sacramentos católicos. Hoje ela é considerada capela de uma paróquia e sua administração é conduzida por um capelão da igreja.

O painel defronte ao altar é o mais puro modernismo brasileiro, representado por São Francisco pregando para os animais e com grandes pés que surpreenderam toda a população da cidade. A explicação do pintor na ocasião, para liquidar logo o assunto e não ter que dar aula sobre modernismo para o grande público, foi “porque ele andava muito”, e enormes mãos, “por que ele era generoso”, além da via sacra em óleo, outra obra-prima que fala por si mesma e deixa qualquer espectador encantado pelos traços seguros e a beleza modernista.

A escultura “Pampulha”, colocada defronte do Cassino é criação de José Pedrosa, exímio desenhista como deve ser todo escultor, que imortalizou sua

criação. É a única peça do artista no conjunto, colocada na entrada do prédio, chamando a atenção dos pedestres sobre a beleza do lugar. Além dele como escultor, Alfredo Ceschiatti brilhou nos baixos relevos do batistério da igreja com bronzes revelando Adão e Eva no paraíso. E por falar em paraíso, palavra persa que significa *jardim*, o paisagista, pintor, desenhista e retratista Roberto Burle Marx foi chamado para fazer os jardins do conjunto. Isso compreendia os paisagismos da Igreja, do Iate e, sobretudo, aquele do Cassino, o mais visível. O resultado na época foi uma joia tão importante quanto aquelas lapidadas pelo arquiteto. Desses jardins muito pouco resta, exceto os desenhos originais, jardins que a prefeitura promete restaurar na sua plenitude. Tanto melhor.

Houve ainda grande colaboração de Paulo Werneck na confecção dos azulejos colocados na Casa do Baile e no Iate Tênis Clube. Este, infelizmente, foi crescendo à medida que o clube invadia e grilava centenas de metros quadrados da lagoa e construía, com permissão ou omissão de autoridades municipais, novos prédios que não têm a menor pertinência com a arquitetura de Oscar Niemeyer. Os novos projetos deixaram Niemeyer aborrecido demais e, aos olhos deste articulista, fica a pergunta por que alguém com a mesma atividade profissional do brilhante arquiteto ousou projetar algo tão diferente em estilo do primeiro conjunto. Por que o novo e infeliz arquiteto, numa metáfora, foi dar sua colaboração a um poema acabado de Carlos Drummond de Andrade ou ainda modificar um texto de Guimarães Rosa, achando que poderia “enriquecê-lo” com suas linhas retas e ângulos agudos? O resultado foi a mais completa falsidade que agora, felizmente para a cidade, deverá ser demolido, e os espaços grilados, devolvidos à lagoa.

Para azar do clube, de seus associados e da nossa cidade, essas “colaborações” são construções que a cada dez anos envelhecem cinquenta, envergonhando-se da eterna adolescente ao seu lado.



BERNARDO GUIMARÃES E O ERMITÃO DO MUQUÉM

*Antônio de Paiva Moura**

O romance de Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, (1825-1884), “O Ermitão do Muquém”, foi escrito em 1858 e publicado em 1866, no jornal “Constitucionalista”, de Ouro Preto. São Tomé do Muquém é distrito de Niquelândia, norte de Goiás, tendo surgido em 1740 com mineração de ouro. A Festa de Nossa Senhora da Abadia ocorre na primeira quinzena de agosto e atrai cerca de 200 mil romeiros. Bernardo Guimarães foi juiz municipal de órfãos de 1852 a 1854 em Catalão, GO, onde colheu dados para o romance.

O personagem principal é Gonçalo, que vive no arraial do Muquém, no sertão de Goiás, A romaria em volta da capelinha de Nossa Senhora da Abadia dá ao lugar um caráter medieval. Quando jovem, Gonçalo, que era aventureiro e valente, acaba matando seu amigo, por causa de uma bela moça de nome Maroca. Fugindo da polícia acaba prisioneiro dos índios Xavantes e passa a ser chamado de Itajiba. Guaraciaba, filha do cacique apaixonou-se por Itajiba e o salva de ser assado em um churrasco. Maroca se enlouquece e vegeta em companhia de seus pais. Vinte anos depois Guaraciaba morre. Itajiba volta para Muquém. Lá se encontra com Maroca que havia se curado da loucura por milagre de N.S da Abadia. Agora, novamente com o nome de Gonçalo. Casa-se com Maroca e passa a ser ele o ermitão da capela de N.S. da Abadia.

Na introdução de “Ermitão do Muquém” Bernardo Guimarães procura esclarecer que a obra se baseia nas tradições reais conhecidas na província de Goiás, representando a vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos; seus costumes licenciosos; seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. Diz que na época que escreveu tal romance (segunda metade do século XIX) os sertanejos conservavam hábitos existentes nos séculos anteriores: *Mas deve-se refletir que é só nas cortes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e se transformam de tempos em tempos, movidos pelo espírito da moda.* Gonçalo, o herói do romance, passa por três situações distintas, mas em todas elas é movido pelas tradições, embora não exista semelhança entre e uma e outra. Da sociedade tosca do sertanejo, Gonçalo passa a viver na selva, em meio

* Mestre em história pela PUC-RS e professor de história da arte da Escola Guignard da UEMG. apmoura1@hotmail.com

a indígenas. Na terceira fase ele passa a viver sob os desígnios do misticismo cristão. Nesta última o autor muda o tom lírico da vida selvagem para o grave e trágico da loucura de Maroca e a compenetração de Gonçalo.

Gilberto Freire, em análise do culto a Nossa Senhora no Brasil, que é maior que o do próprio Cristo, diz que ele ocorre em razão do excesso de patriarcalismo em nossa formação, associado com o despotismo e a tirania do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo e do branco sobre o preto. Bernardo Guimarães, que foi Juiz de Direito na região do romance, conhecia e sentia as questões ideológicas e psicológicas daquele meio social. Segundo Lukács, o conteúdo do romance consiste na estória da pessoa que entra no mundo para aprender a se conhecer, procura aventuras para se pôr à prova e, através dessa prova, encontra a sua medida e constata a sua própria essência

Como em “História e tradições da província de Minas Gerais”, Bernardo Guimarães declara que a história da Romaria do Muquém e de seu ermitão Gonçalo foi contada a ele por um romeiro, tendo início em um pouso de tropeiros e de romeiros, nas campinas graciosas do município de Patrocínio, à margem do Rio São João. Era costume os romeiros viajarem em caravanas por causa dos perigos reinantes nas estradas dos sertões. Nos pousos os romeiros passavam o tempo contando histórias e casos verídicos uns aos outros. Por isso, Bernardo dividiu em “O hermitão do Muquém” em pousos e não em capítulos a jornada do herói.

A história de Gonçalo é comovente porque carrega aquilo que o mitólogo Joseph Campbell chamou de “jornada do herói”. Ao estudar mitos de variadas culturas, ele notou que em todos eles há uma similitude: alguém especial sofre um contratempo ou dispõe-se a uma tarefa; tem de partir voluntariamente ou não; sofre muito para realizar o que precisa e tem uma volta triunfal. Todo ser humano é chamado para uma jornada heroica. Nesse chamado lhe é apresentado um caminho, ou uma meta a ser cumprida, dita “jornada do herói”, que se constitui de cinco etapas: o chamado, a iniciação, a travessia, a apoteose e o retorno. Gonçalo passou por todas essas etapas que culminam com a glória de ser o ermitão do santuário do Muquem e de se casar com Maroca.

Os viajantes estrangeiros que percorreram o território do Brasil no século XIX fizeram excelentes retratos antropológicos e etnográficos da sociedade brasileira. Bernardo Guimarães e Afonso Arinos, na mesma época foram escritores viajantes. Com intenção ficcional pintaram belos retratos de nossa gente e nossas paisagens. Guimarães Rosa não deixa de ser herdeiro da tradição de andar a cavalo e escutar histórias de sertanejos.

DE MÃOS DADAS – REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE MINAS.

*José Raimundo Gomes da Cruz**

Tendo nascido em Espinosa, MG, divisa com Urandi, BA, em 1937, parte da minha infância ocorreu durante a segunda guerra mundial, que terminaria em 1945. Com a conclusão do meu curso primário no Grupo Escolar Comendador Viana, de Espinosa, comecei a sair desta: dois primeiros anos de ginásio interno no Col. Arnaldo, em BH; dois anos, externo, com minha família morando em BH; 3 anos de clássico no Col. Marconi, BH: cinco na Faculdade de Direito da UMG (depois, UFMG). Concurso para ingresso no Ministério Público de MG, posse no interior e concursos para deixar os vencimentos de lá, sempre insuficientes e, às vezes, com atrasos.

Guimarães Rosa, em texto sobre Minas Gerais reconhece a dispersão dos mineiros Brasil adentro. Pois, mais recentemente, também ocorre Brasil afora. Pessoalmente, eu não conhecia o Engenheiro Silviano Cançado Azevedo. Na espera do embarque aéreo em Nova Iorque para o Brasil, em setembro/15, nós dois conversamos como antigos conhecidos. Coincidências: eu passara algumas semanas com meu filho Márcio, médico no Canadá, há quase onze anos. Em Nova Iorque, eu mantivera encontro com meu sobrinho de BH, Tiago Penido Gomes, economista de banco de investimentos nos EUA. O Eng. Silviano voltava de visita ao seu filho mineiro, engenheiro em Dallas, EUA.

Espinosa mudou muito, começando com água encanada, energia elétrica permanente, telefones etc. O livro que pretendo comentar explica tudo isso, além do asfalto nas estradas e tantas mudanças que ocorreram em Minas nas últimas décadas.

Ele é dedicado à Helenice, esposa do Silviano, que com ele e uma filha aguardava o embarque em Nova Iorque. E ao seu pai, com o mesmo nome Silviano.

Seguem-se dezenas de agradecimentos aos colaboradores, dos quais destaco os nomes do meu colega de Colégio Arnaldo e da Faculdade de Direito da UFMG, Carlos Eloy Carvalho Guimarães; Francelino Pereira, amigo do meu pai Raimundo Gomes, desde antes da carreira política daquele; Jadir Barroso dos

* Procurador da Justiça de São Paulo, aposentado. jrgcruz@uol.com.br

Santos, contemporâneo da Faculdade de Direito da UFMG e Leopoldo Bessone, embora seu pai, Prof. Darcy Bessone, meu professor de duas matérias na Fac. Direito da UFMG, fosse mais relacionado comigo.

A 1ª parte do livro, precedida de prefácio e apresentação do próprio autor, começa com a década de 1930 (o autor do livro nasceu em 1931, cf. p. 21). Avulta o nome de Benedito Valadares, com destaque para seus discípulos, nas décadas de 1930 e 1940. Ainda no final dos anos 1940, ocorreria a eleição de Milton Campos.

No tópico dedicado ao Prefeito Giannetti, referência aos bairros de Lourdes e Funcionários, “construídos, basicamente, para abrigar servidores públicos; com o Minas Tênis Clube, a Praça da Liberdade e a então elegante Praça Raul Soares. Estávamos próximos dos cinemas e teatros; vários cines-teatro, como o Metrópole, Brasil, Glória...” (p. 86)

Como evitar a nostalgia? No tópico sobre o Cine Teatro Brasil, recentemente restaurado “como Centro Cultural”, a recordação dos filmes *E o Vento Levou*, *Casablanca*, *Gilda*, *Jesse James*, *John Wayne – O Fora da Lei*, *Matar ou Morrer*, *Rebecca*, *Pacto de Sangue*, *O Ébrio* (p. 87)

Outro traço comum com o autor: o Colégio Marconi de BH, dirigido pelo “professor-filósofo Arthur Versiani Velloso”, com “grupo diferenciado de educadores”. Mas enquanto o autor do livro fez o Curso Científico, eu faria o Clássico, já em 1953/1955. Trecho do livro digno de destaque: “Estavam formando, com esmero, a futura liderança estadual. As medidas da área econômica, até mesmo pela inexistência de economista, ficavam, quase sempre, sob a responsabilidade do engenheiro que recebia formação básica no Curso e podia desenvolvê-la conforme seu interesse e/ou necessidade”. (p. 88) Traço de destaque na vida do autor do livro: “Minha curiosidade era aguçada e minha inteligência sempre me levou a procurar obter o saber polivalente, com a graça de Deus.” (p. 89)

A propósito do “Binômio Energia e Transporte”, Silviano observa: “Com um único contrato de construção de estradas estamos despendendo quinhentos milhões de cruzeiros – e a metade disso serviria a que erguêssemos duzentos novos fóruns, suntuosos, pelos municípios, o que nos consagraria como o governo da justiça, ainda que nossos sucessores se encontrassem em terríveis dificuldades para remunerar os juízes”. (p. 95)

No tocante às “entidades de classe”, a Associação Comercial de MG, a FIEMG e a SME – Sociedade Mineira de Engenheiros, limito-me ao nome de W. Albino, meu professor de Economia Política na Fac. Direito da UFMG e à “presença significativa” da SME na sociedade mineira e “na luta pelo desenvolvimento do Estado”. Destaca-se seu papel, conquistando “a moçada com suas horas dançantes” (pp. 98/99). De modo mais genérico, o DCE – Diretório Central dos Estudantes – da UFMG, abrangendo os estudantes de engenharia, também teria participado de tudo isso.

Quem diria que na BH daqueles tempos já havia “pega” de carros na Av. Afonso Pena? (p. 100)

Confirma-se a informação de contemporâneos do autor do livro: para a instalação da Usiminas em território mineiro, houve verdadeira batalha (pp. 100/103)

A CEMIG – a energia que faltava a Minas – já era realidade. O DER já construía novas estradas. Os feitos de JK são comemorados, com destaque para a SUDENE (p. 116). Frase de JK: “Reivindico para mim a inclusão da palavra *desenvolvimento* no vocabulário político brasileiro, porque antes ninguém percebia o conteúdo dessa palavra – era só ordem e progresso” (p. 118)

No capítulo de Clóvis Salgado, inclui-se a “novembrada” relativa à tentativa de golpe para evitar a posse de JK como Presidente da República eleito. Só se menciona o mineiro Marechal Lott, esquecido o papel inspirador do também mineiro Sobral Pinto (p. 122). Algum contato mantive com o ex-governador Clóvis Salgado, ficando boa impressão, mas logo saí de Minas e não voltei a falar com ele.

Também admirei, entre outras obras de arte da Europa, o *Moisés* de Michelangelo, na igreja romana de San Pietro in Vincoli, como sempre, na companhia da Maria Lúcia (p. 124)

Sob o governo de Bias Fortes, apareceram a Frimisa, a Casemg, a Camig, que depois absorveria a Metamig, surgindo mais tarde, por transformação, a Metamig (p. 132). Vez da Fiemg, do BDEMG – Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (pp. 132/4). Na gestão de Magalhães Pinto, foi criado o BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1962)

O autor do livro não deixa de referir-se ao *Manifesto dos Mineiros*, assinado por Magalhães Pinto “e mais 91 signatários, publicado em 24 de outubro de 1943, documento histórico que foi uma carta aberta contestando, pela primeira vez em público, a ditadura Vargas ou o Estado Novo. O Brasil registrava uma inexplicável contradição política: no plano externo nossos soldados lutavam com os aliados democratas contra os regimes totalitários de Hitler e Mussolini. Internamente, estávamos submetidos ao forte regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas.” (pp. 146/7)

No momento atual, todo o ideal de servidor público exposto por Silviano impõe respeito, ainda que só se transcreva trecho dele, até com seu grifo, no final: “Ser cumpridor das leis e ser conhecido e reconhecido como pessoa que merece e exige respeito. Merece e exige.” (p. 149)

Para o autor do livro, como para mim, casamento é fundamental. No caso dele e da sua Helenice, menos de um ano antes do meu casamento com a Maria Lúcia, foi celebrante Dom José Gonçalves, então Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. (p. 151)

Já sob o regime militar iniciado em 1964, chega a vez do Governo Israel Pinheiro, seguindo-se a década de 1970, com os Governos Rondon Pacheco, Aureliano Chaves, Ozanan Coelho e Francelino Pereira.

A partir de abril de 1974, Silviano se tornava Presidente da CDI-MG – Cia. de Distritos Industriais de Minas Gerais (p. 164)

Multiplicam-se as siglas, de que só cabem exemplos em comentário de livro como o que faço: Soapa, PCI, Acar, CEAG-MG (hoje Sebrae), Padap, Prodec, Cemig, Cetec, Plambel, Ceasa, Iepha, CDI-MG.

O governo Aureliano Chaves, a partir de março de 1975, “mesclou a presença de técnicos e de políticos, que trabalharam de forma harmônica e extremamente produtiva”. (p. 183). Não falta referência à instalação da Fiat, em Betim (p. 185)

Sobre Aureliano, o livro comentado faz justiça: “Apoiou abertamente a campanha ‘Diretas-Já’, mesmo sendo vice e tendo de confrontar a posição do presidente general Figueiredo”. (pp. 192/193)

No capítulo do governo de Francelino Pereira, destaca-se a lembrança da criação, quando este ainda era vereador, de Escola Técnica de Comércio e Administração por projeto seu, quando Prefeito de BH Américo René Giannetti. Tal escola, situada no Parque Municipal de BH, transformar-se-ia no IMACO – Instituto Municipal de Administração e Ciências (p. 204)

Nova citação do então deputado Carlos Eloy Carvalho Guimarães, que fez insistente convite ao autor do livro que se comenta para ele assumir a presidência da Copasa (p. 206)

Dentre novas siglas e nomes citados, destacam-se os seguintes: “A Turminas, a Hidrominas, a Metamig e a Junta Comercial, também componentes do sistema operacional, sob a presidência de Juarez Bahia Mascarenhas; Orlando Vaz, Arnaldo Mendes Junior e Renato Falci também registraram notáveis desempenhos.” Observo que Arnaldo Mendes Junior é meu cunhado e relembro, diante de nova citação do Carlos Eloy, por seu “extraordinário trabalho executado pelo sistema de Obras Públicas”, ter sido este meu colega de ginásio no Colégio Arnaldo e da turma de 1960 da Faculdade de Direito da UFMG. (p. 209)

As décadas de 1980 (Governos Tancredo Neves, Hélio Garcia e Newton Cardoso) e de 1990 (Hélio Garcia, Eduardo Azeredo e Itamar Franco). Neste, o depoimento de Silviano: “Trabalhei todo o tempo do governo como Secretário Geral da Previminas.” (p. 262)

Bem contemporâneos os Governos de Aécio Neves e Antônio Anastasia (década de 2000).

Seguem-se “O Hoje e o Amanhã – Reflexões”. Diálogo hipotético do autor do livro com seu pai: “A crise de desindustrialização por que passa o Brasil e Minas Gerais” A perversidade, para o Estado, da VALE e da CSN. O Brasil “está em crise” (p. 288) Inclui-se, no campo hipotético, o possível diálogo sobre a relação entre o que ganharia o engenheiro do Estado e possível vizinho desembargador (p. 291)

As boas notícias para o pai: “O agronegócio tem crescido e o Brasil já é a sexta economia do mundo. Em grande parte deve-se à elevada valorização do Real, mas... precisamos aproveitar esta ocasião e cuidar de priorizar a educação e a infraestrutura em geral; o Brasil clama por uma revolução educacional.” (p. 292)

Segue-se o texto “BDMG – Os primeiros dez anos – O ‘milagre’ da sua criação. Implantação, estruturação e consolidação. A Criação do BDMG-Cultural”.

Além de nova citação do Prof. Albino, a propósito da Associação Comercial (p. 325), outro contemporâneo do corpo docente da Faculdade de Direito da UFMG: Prof. Raymundo Candido (p. 327).

A respeito de Paulo Camillo de Oliveira Penna, nova citação de Jadir Barroso (p. 335) e do Prof. Darcy Bessone (p.337). Novas siglas: BNDE, Finame, Fipeme, Finep, Fundece, IAA, CVRD e a Sudene.

Relembro critério para meus comentários sobre livros. Além de ser mero leitor, tentando chamar a atenção de alguém para determinada leitura, guardo certa proporção: no máximo uma página de comentário por centena de páginas do livro. Assim, finalizando esta 4ª página, limito-me a recomendar cuidadosa leitura do livro de Silvano Cançado Azevedo.



TRAGÉDIA

*Yeda Prates Bernis**

Oh! sinos de Mariana
dobrai Finados, dobrai,
Madonas, santos barrocos
e anjos de Aleijadinho
onde estáveis nesta hora?
As pedras de Mariana
estão mais mudas ainda
muita gente virou peixe
em mergulho sob lama
o Rio Doce, tão doce,
hoje só vinagre e fel
morre o rio em estertor
casas e ruas perdidas
em mágico aluvião
esmigalharam as gentes
dizimaram o futuro.
As lágrimas de Mariana
molham o berço de Minas
e Minas inteira chora
a tristeza deste instante
É lágrima que não acaba.
Calvário maldito.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras; ocupa a Cadeira 6. yedabh@yahoo.com.br

SONETOS DE EDISON MOREIRA

Estes maravilhosos sonetos de Edison Moreira, meu adorado amigo, são poemas de inspiração zen budista. Edison professava esta ideologia que se parecia muito com a vida dele, simples, modesto e amoroso.

Yeda Prates Bernis

I

O vazio é não-existência,
nada fazer, nada pensar, quietude,
oposição de vício e de virtude
e tudo o que perfaz nossa existência.
Vazio, sim, é a absoluta ausência
do dualismo que nos tanto ilude
e desta errônea e pueril tendência
de opor maturidade à juventude.
Vazio é ser cristal que não se ofusca,
não perguntar, não procurar, porque
nunca se encontra aquilo que se busca.
Vazio é ser, na paz transfigurada,
aquele espelho inexistente que
reflete tudo, não retendo nada.

II

Ser vento, ser azul, ser vaga e chuva
na integração que a tudo transfigura.
Não procurar, pois, qual a mão na luva,
o encontro está contido na procura.
Como o calor no sol, como a tintura
sobre o tecido e a mágoa na viúva,
e o vinho astral da libação futura
é o conteúdo íntimo da uva.
Ser essência da pura realidade,

o transcendente espelho inexistente,
sanando para sempre a dualidade.
Luz que perfuma, rosa que alumia,
assim tal como a aurora e o sol poente
são partes que compõem o mesmo dia.

III

Não pensar, não falar e, na escritura,
não revelar, de seu, nenhum conceito,
nada fazer e assim agindo, a pura
ação revelas. Tudo já foi feito.
Aceita as coisas como são. Na escura
trilha do mundo evita o preconceito.
Anda no meio, porque pouco dura
pendar para o que é errado ou o que é direito.
Sempre à frente. Não olhes para os lados,
melhor é nada ver, pois mais prudente
é o caminho trilhar de olhos cerrados.
Viver no aqui, permanecer no agora:
o sol que nasce é o mesmo sol do poente,
dentro da noite está contida a aurora.

IV

Por que temê-la, se ela por si mesma,
é uma parte de nós, viva e imanente?
Tentar fugir-lhe é fuga que equivale
transpor a própria condição de ser.
De seu reino de sombras, igualmente
participamos, como da existência.
E pelo mundo como que passamos
no único mister de construí-la.
Por que tamanho apego ao perecível?
Se com viver um dia, unicamente,
tereis vivido todos, pois iguais
são os dias no tempo que nos leva,
e o sol com seus cavalos ainda é o mesmo
que iluminou o dia das origens.

V

Quando mais não souberes qual seguir
ante os vários caminhos que se cruzam,
os ventos redentores e noturnos
hão de soprar por sobre os teus cabelos.
Permanece tranquilo, simplesmente,
sem perguntar roteiros imprevistos;
dos vales do vazio absoluto
há de surgir a aurora, lentamente.
Somente assim estás em sítio certo
e o rumo surgirá para que o sigas,
como a rosa dos ventos marinheiros.
Alguém nas profundezas de ti mesmo
há de levar-te ao pouco entre-sonhado
quando não mais souberes aonde ir.

VI

Árvore Buda o corpo tendo sido
e um espelho brilhante sendo a mente,
não deves permitir que o pó se assente
na superfície do cristal polido.
Conserva-o sempre limpo e, de repente,
verás que o mundo nele refletido,
à luz de um claro sol adolescente,
guarda a pureza de um recém-nascido.
Mas o corpo não é árvore Buda,
de tudo o que não foi, nada persiste,
daí toda a verdade se transmuda.
O mundo da aparência nada esconde,
tudo é vazio, o espelho não existe,
onde este pó vai-se assentar, aonde?

VII

O caminho é realmente exasperante
e o fim é muitas vezes ilusório,
é como o espelho de cristal brilhante
a refletir um sol contraditório.
É a imagem do esquecido navegante,
a bordo de seu barco transitório,

em demanda do porto mais distante,
além da linha do horizonte equóreo.
É ser estrela cuja luz não brilha,
ou conteúdo de invisível cofre,
ou encontrar dentro do mundo a paz.
Há o caminho, mas ninguém o trilha,
a dor existe, mas ninguém a sofre,
e existe o ato, mas ninguém o faz.

VIII

Reza a sabedoria: quem na vida
afirma saber muito, sabe pouco;
quem ama o mundo, pode ser suicida;
quem se diz com juízo, é sempre louco.
Quem sabe realmente, comedida
é sua voz e de ninguém faz pouco;
quem se diz estar cheio na medida,
na certa está literalmente oco.
Como faces da mesma realidade,
o pouco planejar e a muita empresa
são selos genuínos da verdade.
Sua grandeza não proclama o forte;
o ataque se mascara de defesa:
são leis por que se regem vida e morte.

IX

Tudo o que é vão apego em tua vida:
posse de bens tangíveis ou intangíveis,
patrimônios, amores, sentimentos,
normas de ação, normas de pensamento;
filosofias, tradições, doutrinas,
por que pautas o efêmero destino,
tudo o que desvirtua ou distancia
da natural maneira de existir,
é uma ilusão de que não tens consciência,
aprisionando a vida e a limitando
como o bicho da seda em seu casulo.
De suas malhas em te libertando,
hás de ver que és senhor unicamente
da ideia de que nada te pertence.

X

Assim como estas árvores frondosas
nunca esperaram para florescer,
mas só florescem na estação propícia
quando a hora é chegada para isto
tu que andas procurando iluminar-te,
não sejas o viandante que, indolente,
fica à espera que o termo da jornada
lhe venha ter aos pés que já não marcham.
Esforça-te na dúvida fecunda,
Prossegue a viagem de ânimo tranquilo,
conquistando o caminho, passo a passo,
Resiste e luta, como a noite escura
luta e resiste até o último instante
para reconquistar a luz do dia.



MALEITA

*Carmen Schneider Guimarães**

João Guimarães Rosa (depois de ter assistido ao castigo da maleita nos ribeirinhos).

Não vem mais chuva.
Xô, rio velho!...
O Pará está desinchando devagarinho...
Está ajuntando a água.
As várzeas estão vermelhinhas de lama,
e o capinzal virou um brejo podre.
“_Vem, Compadre, ver os novilhos nadando no meloso,
e as matrinchãs pastando barro na invernada!...
Xô, rio velho!...”

–“Vamos pescar, Compadre!...
até no fundo do quintal
tem mandis de esporão,
tem timburés, tem cascudos,
tem bagres barrigudos
e curimatãs.”
“– Acende o pito, Compadre,
que os moçorongos vieram também...
Olha o mosquito rajado!
Zzzzu!...
Olha o mosquito borrachudo!
Zuuuuuum!..

* Escritora, ocupante da Cadeira 5 da Academia Mineira de Letras. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimraes@yahoo.com.br

SAUDOSAMENTE*

*Gérson Cunha***

Desde quando seguiste a tua estrada,
Qual um talismã, guardei o teu retrato;
Quem sabe um mago, com seu aparato,
Me trazia, de volta, a namorada?!

Daí, passaram os anos, de enfiada,
E teu semblante no papel? - - Intato!
Chego a falar contigo ...; mas o ingrato
É que sempre permaneces calada!

Ainda chamam por ti, além de mim,
Tudo aquilo que sobeja, de então:
O aclave, as aleias, a absida, o jardim.

E nós de mãos dadas pelos rosais?...
Ó dias que se foram de roldão,
Relegados, já, para o nunca mais!

* A Revista da Academia Mineira de Letras presta homenagem ao professor Gérson Cunha, publicando o último poema que ele nos enviou, como colaborador assíduo, antes de seu falecimento em novembro de 2016.

** Professor, escritor, com vários livros publicados.

ENCONTRO

*Zanoni Neves**

Da janela do hotel
em Carinhanha
contemplo o rio
e a vida

de manhãzinha
vida que vibra
na fímbria de
telhados ancestrais
trinados em/cantam
meus sonhos e devaneios

à tarde
mansidão, liça, viço
o rio escorre lento
o sol brincante
cavalga seu lombo

à noitinha
a brisa fêmea encrespa
seu dorso de rio macho
Eu aqui me acho.

* Mestre em Antropologia Social-UNICAMP; associado efetivo do IHG-MG. zanonineves@ig.com.br

CULTURA PARA TODOS

*Rogério Faria Tavares**

Em 2016, a Academia Mineira de Letras (AML) realizou plenamente a sua vocação: a de promover a literatura e a língua portuguesa, o amor à leitura, à educação, à história e à memória. Operosa, ofereceu intensa programação cultural ao público, de forma gratuita, aberta a todos e amplamente divulgada pela imprensa, internet e redes sociais.

O presente número da Revista da Academia reúne textos das aulas ministradas no âmbito da Universidade Livre, discursos pronunciados nas ‘sessões da saudade’ e durante as homenagens ao centenário de antigos acadêmicos. A eles se somam, ainda, artigos de assíduos colaboradores, o que confirma a qualidade da edição ora apresentada.

Em 2017, a Academia se organiza para acolher, em seu programa anual de conferências, os mais variados segmentos da vida social, sem discriminação de qualquer natureza, deles recolhendo valiosas contribuições para o avanço do pensamento complexo e crítico, assim reiterando a fidelidade aos propósitos que justificaram a sua fundação.

* Jornalista, escritor. Reside em Belo Horizonte. Ocupa a Cadeira 8 da AML. Coordenador da Universidade Livre da Academia. rfariatavares@gmail.com

A OBRA DE MURILO RUBIÃO: UM MARCO DA MODERNIDADE*

*Audemaro Taranto Goulart***

A obra de Murilo Rubião já foi atravessada por inúmeros olhares críticos que vêm delineando sua presença como uma referência na literatura brasileira. E nela há um ponto que quero destacar porque entendo que ele representa a essência mesma da obra muriliana: a sua inserção na modernidade. Tal aspecto já foi levantado pela crítica mas, de um modo geral, procura-se identificá-lo no nível da interpretação de símbolos e alegorias, como é o caso do conto “O edifício”, publicado pela primeira vez em 1965, e que narra a história de um fabuloso prédio que teria ilimitado número de andares. Valendo-se da ostensiva presença do mito bíblico da Torre de Babel, o texto de Murilo aponta o emblema da cidade moderna, com aquela vocação para crescer verticalmente, como testemunha a história, ao mostrar que na Belo Horizonte de Murilo, a partir de 1935, tem início a era dos arranha-céus. Vale lembrar também o testemunho do próprio escritor, referindo-se aos cotidianos encontros que parte da intelectualidade belo-horizontina mantinha à porta do Café Nice, na Av. Afonso Pena. Foi ali, entre os anos 50 e 60, que Murilo viu subir um prédio que, segundo suas palavras, parecia não ter fim, ocorrendo-lhe, então, a inebriada arrogância dos construtores da Torre de Babel, tornada motivo e inspiração para o conto que se alinha entre os melhores de sua obra.

Entretanto, como disse, há mais a investigar na questão da modernidade da obra muriliana, algo que ultrapassa a dimensão interpretativa dos acontecimentos das narrativas para entremostrarse na matéria-prima da construção do texto, ou seja, no material linguístico. E quando digo entremostrarse, quero deixar claro que não é apenas no nível das palavras enquanto componentes da materialidade da obra. Aí, a bem dizer, o texto pronto, ou provisoriamente pronto, dá a ver a linguagem límpida, cristalina, precisa de Rubião. Antes, é preciso ver a matéria textual enquanto um jogo, um movimento incessante que faz a linguagem procurar os limites de suas possibilidades. A perspectiva para essa investigação descola-se do trabalho que Murilo realiza na produção de seus textos. E é um tra-

* Aula proferida na Universidade Livre da AML no dia 11 de junho de 2016.

** Professor da PUC Minas e autor de *O conto fantástico de Murilo Rubião*, Ed. Lê.

balho desesperado, maldito – como ele mesmo disse, ao referir-se ao seu processo de criação –, sobretudo porque não é um simples trabalho de busca da expressão tanto quanto possível perfeita, mas sim porque é um trabalho de defesa contra as trampas que a linguagem está permanente armando para quem escreve e quem lê.

Essa preocupação do autor é que pode explicar o fato, aparentemente inusitado, de que, em nove livros publicados em vida do escritor, apenas três são, rigorosamente, originais: *O ex-mágico* (1947), *A estrela vermelha* (1953) e *O convidado* (1974). Dos seis restantes, particulariza-se *Os dragões e outros contos* (1965), em que, dentre os 20 contos, apenas 4 são inéditos, sendo os demais republicações dos dois livros anteriores. Assim, de 1974 em diante, Murilo lança *O pirotécnico Zacarias* (1974), *A casa do girassol vermelho* (1978), *Murilo Rubião – literatura comentada* (1982), *O convidado* (1983, por editora diferente da que lançara o livro de 1974) e *O homem do boné cinzento e outras histórias* (1990), livros que trazem contos que já haviam sido publicados. É por isso que, dos 93 contos lançados sob a supervisão do autor, apenas 32 são originais, sendo o restante republicações.

Não se pense todavia que isso seria uma estratégia interessada em fazer com que a obra, subsumindo-se num movimento giratório sobre si mesma, se disseminasse significativamente. Na verdade, o interesse do autor é aquela “busca desesperada da clareza”, tal como disse numa entrevista em que justifica a sua preocupação em reelaborar sua “linguagem até a exaustão”. Pois é justamente isso que Murilo faz, ao republicar seus contos, o que o leva a processar um significativo número de alterações nos textos, prática que não chega a comprometer o veio narrativo do original mas que é responsável pela mudança de palavras, frases e até mesmo de trechos inteiros. Essa obsessiva busca da clareza se repete a cada nova aparição de um texto e é ela que chancela a obra de Murilo com a marca da modernidade, num processo que ultrapassa, como disse antes, a simples interpretação da sua dimensão novelesca.

Estampa-se, assim, no exercício ficcional de Murilo, a convicção de que é no movimento das palavras que se projeta o texto literário. E este só se caracteriza como tal se for extraído da língua naquele estado utilitário da comunicação, transformando-se, por conta da habilidade do escritor, num universo em que as palavras, sucedendo-se umas às outras, são capazes de significar sem a necessidade de suportes alheios à sua natureza. E isso é um trabalho marcado por um rigoroso processo auto-reflexivo que se caracteriza como uma conquista maior da modernidade. É este o motivo que leva Foucault a ver a obra de Blanchot como resultado de um trabalho em que a linguagem se coloca o mais distante possível dela mesma, ou seja, se particularize enquanto resultado de intervenções do autor que a coloquem em paralelo com experiências discursivas que surgem a partir do século XIX.

E todo esse cuidado se deve a uma certeza: a de que a linguagem é, por natureza, traiçoeira. Quando ela não é tratada com rigor, costuma-se dizer o que não se pensou ou, como ocorre quase sempre, não dizer coisa alguma. Neste sentido, Wittgenstein, um filósofo preocupado com a linguagem, chamou a atenção para o fato de que somos constantemente enganados por semelhanças gramaticais que mascaram profundas diferenças lógicas, o que o levou a concluir que uma das principais funções da filosofia seria lutar contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pela linguagem.

Explica-se, desse modo, a obsessiva preocupação que Murilo tinha com seus textos. Ele mesmo disse que só obtinha prazer quando estava criando uma história. Depois, era aquela luta com a palavra: “revirar o texto, elaborar e reelaborar, ir para a frente, voltar. Rasgar”. Daí também haver dito: “Sempre aceitei a literatura como uma maldição”. Premido, pois, pelo enfeitiçamento da linguagem, Murilo preferiu a maldição ao prazer, como mostra já o seu primeiro livro, pois nos exemplares oferecidos aos amigos, lá estavam as correções a tinta, marcas de sua busca incessante de clareza. E essa disposição pode ser encontrada em todos os outros textos.

Quero ilustrar tudo com um só exemplo. Trata-se do conto “A fila”, do livro *O convidado*, de 1974, em que se focaliza a figura de Pererico, um interiorano que viera à cidade para a entrevista com o gerente de uma fábrica. Por mais que tente, durante meses, Pererico não consegue sua entrevista. Suas ações são sempre barradas por um porteiro e um secretário. Dessa forma, o conto põe em evidência um recurso típico da vida nacional: a burocracia e suas mazelas. Assim, conduzido à negligência, Pererico descuida de suas obrigações, passando dias sem ir à fábrica. Finalmente, quando lá volta, fica sabendo que o gerente morrera e que, pressentindo o fim, atendera a todos que guardaram a posição na fila.

Os exemplares do livro que Murilo distribuiu aos amigos e conhecidos contêm algumas correções a tinta, e duas outras que são absolutamente inusitadas. Na que se refere ao conto “A fila”, o escritor, não satisfeito com uma parte do texto, datilografou-a numa tira de papel que colou sobre o texto original. E é essa parte que quero focalizar porque ali temos nada menos que três textos diferentes: o original, que o escritor descartou; o corrigido que ele inseriu em alguns exemplares e um terceiro, que apareceu na republicação de *O convidado*, em 1983, por uma outra editora. Transcrevo os textos abaixo:

Texto original: “Foi recebido um mês depois. Afobado e feliz, esqueceu-se de cumprimentar o senhor calvo que o atendeu:

- Arre! Até parece mentira. Quando o gerente poderá receber-me?
- Depende do que deseja.”

Texto corrigido a máquina: “Um mês depois, foi atendido novamente pelo secretário. Afobado e feliz, nem cumprimentou o homenzinho:

- Arre! Agora o gerente me receberá.

– Depende do que deseja.”

Texto republicado: “Um mês em seguida, foi atendido pelo secretário. Afofado e feliz, mal o cumprimentou.

– Arre! Agora o gerente me receberá.

– Depende do que deseja.”

Do texto 1 para o texto 2, podem-se ver as seguintes modificações. A frase “Foi recebido um mês depois”, transforma-se em “Um mês depois foi atendido novamente pelo secretário”. Note-se que o “recebido” dá a idéia de que o personagem tinha conseguido seu objetivo, que era ser recebido pelo gerente, quando, na verdade, ele tinha sido apenas atendido pelo secretário que cuidava da agenda do chefe. Desfaz-se, assim, a ambiguidade, o que ainda é reforçado pela explicitação, no texto 2, da figura do secretário. O acréscimo da palavra “novamente”, torna clara a situação de Pererico que ali vinha, repetidamente, tentando alcançar a pretendida entrevista. E se antes o secretário era apenas um “senhor calvo”, agora já é um “homenzinho”. É de se observar que este termo, tendo em vista seu caráter depreciativo, revela uma postura de arrogância do personagem, o que é reforçado com a troca da expressão “esqueceu-se de cumprimentar o senhor calvo”, por “nem cumprimentou o homenzinho”. Na primeira, ocorre um lapso, algo não intencional, enquanto na segunda frase tem-se a deliberada ação de desconhecer o interlocutor. Não se esqueça também de comparar a ideia de humildade e respeito com a de arrogância, em duas situações: numa, está presente um “senhor calvo”, a quem se esquece de cumprimentar; noutra, está o “homenzinho”, a quem não se cumprimenta.

Finalmente, contraponha-se a fala dos diálogos: “– Arre! Até parece mentira. Quando o gerente poderá receber-me?” do texto 1, com a do texto 2: “– Arre! Agora o gerente me receberá!”. No primeiro caso, o espírito humilde como que agradece aos céus por ter conseguido uma graça, além de mostrar-se respeitoso, perguntando quando seria recebido. Já no texto 2, o arrogante diz para si mesmo, com toda a convicção, que agora será recebido.

Examinando-se, a seguir, o texto 3, pode-se observar que há poucas alterações em relação ao texto 2, mas elas são de grande relevância. Note-se a supressão das palavras “novamente” e “homenzinho”, além da substituição de “nem” por “mal”. Tais modificações, na verdade, abrandam a dureza da arrogância que havia no texto anterior, seja pela atenuação da agressividade, ao substituir o “não cumprimentar” pelo “mal cumprimentar”, seja pela eliminação do tom depreciativo que se obtém com a supressão da palavra “homenzinho”. E o mais importante é que, suprimindo a arrogância e a pretensão do personagem, Murilo o conforma aos padrões do trágico que perpassa toda a narrativa. E, como se sabe, o trágico não lida com o deboche e o escarninho. Muito ao contrário, o trágico escoa por circunstâncias como as da *hamartía*, ou seja, pela falha na compreen-

são intelectual de situações da realidade, caracterizada, sobretudo, como uma falha humana que tem lugar no mundo confuso que nos cerca. É aí que se dá a derrota de Pererico. Sua falha trágica o encaminha para a punição, tal como se vê no conto.

Mas as trapaças da linguagem são insidiosas, mesmo com um domador de palavras como Murilo Rubião. Perceba-se, pois, a mudança que se operou no início dos textos e atente-se para o “Um mês em seguida” do texto 3. Exatamente por ter sido suprimida a palavra “novamente” neste texto, tem-se uma significação problemática, motivada pela ambiguidade que se instala na frase. Afinal, não é muito próprio supor que “um mês em seguida” seja da mesma linha de significação de “um mês depois”. Ronda o sentido da expressão uma idéia de “na seqüência de um mês”. Fosse mantida a palavra “novamente” e essa idéia seria menos ambígua. Só se tem certeza do sentido correto com a frase seguinte, que deixa claro que se trata de “um mês depois”. Mas lembro que ambiguidade é o que menos frequenta os textos murilianos, pontuados por aquela autorreflexão que faz do autor um dos marcos da modernidade de nossa literatura. Confesso que de todas as mudanças que pesquisei em sua obra, esta foi a única que me pareceu inadequada. Culpa de quem? Da linguagem, das próprias palavras. Que se lembre, por oportuno, o escritor português Fernando Namora quando disse que as palavras são como uma serpente enrodilhada: só se tem certeza de seu tamanho depois do bote.



MILTON REIS TRANSPIRAVA POLÍTICA *

Décio Freire**

Foi com imensa alegria que recebi o honroso convite para proferir, perante os imortais da casa de Alphonsus de Guimaraens, algumas palavras em homenagem ao querido e saudoso amigo, o acadêmico Milton Reis.

Quero dizer desde logo que, para mim, mesmo na qualidade de advogado acostumado com as lides e os embates nos tribunais pátrios, é motivo de inquietante emoção e extrema responsabilidade estar no Palacete Borges da Costa, que abriga a entidade literária máxima de nosso estado.

É com esse sentimento que me dirijo a Vossas Excelências e a todos os presentes nesta noite, confiante na previsão de Goethe para quem *“se uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a energia de sua alma, todo o universo conspira a seu favor”*.

A simples análise, ainda que superficial, do *curriculum* do então titular da Cadeira de número 8 que tem como patrono Baptista Martins e como fundador Belmiro Braga, já seria suficiente para trazer a lume a trajetória daquele que foi um ícone da política mineira.

MILTON VITTA REIS, nasceu em Congonhal, no sul de Minas, em 1º de maio de 1929.

Formou-se em direito e exerceu a advocacia, o que, para mim, torna esse momento ainda mais especial, além de ter sido empresário.

Mas foi na política que Milton Reis não só mais se destacou, como deixou um legado a todos os mineiros.

Foi deputado estadual em Minas Gerais de 1955 a 1959, pelo antigo PTN.

Em 1959 e 1962 foi eleito deputado federal pelo PTB. Em agosto de 1965 foi escolhido e lançado pelo PTB de Minas Gerais como candidato ao governo do estado.

Em 9 de setembro de 1965, no entanto, renunciou à candidatura ao Governo para, juntamente com Tancredo Neves, Sebastião Paes de Almeida, Renato Azeredo e João Herculino, apoiar e eleger Israel Pinheiro governador, como candidato único das oposições mineiras.

Em março de 1966 foi um dos fundadores do Diretório Nacional do MDB,

* Sessão da Saudade em homenagem ao acadêmico Milton Reis em 17 de agosto de 2016.

** Advogado.

partido pelo qual foi eleito deputado federal no mesmo ano e, mais tarde, fundou, com outros 120 colegas, o atual PMDB.

Teve seu mandato de Deputado Federal cassado e os seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo AI-5, em 16 de Janeiro de 1969.

Em 1982, voltou à Câmara dos Deputados, eleito pelo MDB, sendo reeleito em 1986 pelo PMDB.

Foi Secretário de Estado de Assuntos Metropolitanos de 1991 a 1993, Diretor Geral do DETEL de 1995 a 1996, vice-presidente da COPASA, em 1997 e 1998 e, mais recentemente, assessor especial do Gabinete do governador do estado de Minas Gerais.

Entre as publicações que justificaram a titularidade da Cadeira de número 8 desta vetusta Academia, destacam-se as obras poéticas “PERFUME ANTIGO” (de 1953), RITMOS DA PRIMAVERA (de 1955) e VOZES DA MINHA FONTE (de 1973), além de “A TRAJETÓRIA DO PODER: DE CESÁRIO ALVIM A AÉCIO NEVES” (de 2008).

Mas Milton Reis foi muito mais que isto.

Com uma serenidade resplandecente, uma educação desconcertante e um jeito carinhoso muito particular, Milton Reis fez de suas obras seu estilo de vida. Milton Reis conferia, aos momentos mais duros e difíceis, a leveza de uma poesia.

Já no primeiro contato há mais de 20 anos, constatei que Milton Reis era um dos últimos exemplos que corporificavam, com clarividência e naturalidade incomuns, a mineiridade.

O insigne Afonso Arinos de Mello Franco, meu caro Dr. Abrita, ao saudar Tancredo Neves quando de seu ingresso na Academia Brasileira de Letras, distinguiu mineiridade, de mineirismo e mineirice.

A respeito, o acadêmico e emérito Ministro Carlos Mário da Silva Veloso, que muito me honra com sua amizade, com o brilhantismo que lhe é peculiar e que o transformou em um dos maiores juristas da história de nosso estado, em solenidade de homenagem póstuma prestada a Tancredo Neves, no Colendo Supremo Tribunal Federal, ressaltou a magistral distinção levada a efeito por Afonso Arinos, para quem “*mineiridade seria a síntese ou o gênero, do qual mineirismo cultural e mineirice política seriam espécies*”.

Segundo Afonso Arinos, “*o mineirismo cultural e a mineirice política confluem para a síntese histórica da mineiridade, e isto se aplica mesmo àqueles mineiros que não vivem nem no mundo da cultura, nem no da política, mas cuja formação seja acentuadamente mineira*”.

Na esteira, ainda, do raciocínio magistral do imortal Afonso Arinos vale ressaltar que “*em alguns mineiros sempre houve mais mineirismo do que mineirice. Em outros dá-se o contrário. Raro são os casos em que mineirismo e mineirice se equilibrem*”.

E quando ocorre este equilíbrio entre as duas características pode-se dizer que se está diante da verdadeira mineiridade.

Sim, porque mineiridade é um espírito, que tem como base a lealdade, o caráter e o respeito a compromissos assumidos, mesclado com a esperteza de bom observador e do pensar mais e falar menos, salpicado de carisma e sedução.

Esta descrição é o raio-X exato de Milton Reis, um dos mais perfeitos exemplos do equilíbrio pleno entre mineirismo cultural e mineirice política.

Milton Reis fez parte da geração de ouro dos políticos mineiros. Daqueles que marcaram época como os responsáveis diretos pela rotulação de “políticos natos”, que até hoje acompanha os naturais das terras de Afonso Penna, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Milton Campos.

Se na atualidade, nós mineiros ainda somos respeitados, nacionalmente, pelo tino político, devemos muito a esta geração, que tinha em Milton Reis um de seus expoentes.

Milton não apenas ocupou cargos públicos ou foi detentor de diversos mandatos. Milton Reis vivia e transpirava política. Mas não o fazia visando a algum proveito próprio ou vantagem pessoal. Milton Reis era um apaixonado por Minas Gerais. Era um autêntico detentor do que há de mais intenso quando nos referimos a espírito público, lamentavelmente tão raro nos dias atuais.

Se o assunto era de interesse de Minas Gerais, para Milton Reis não havia dia, hora ou distância. Puxava a fila de forma incondicional.

Se o tema era de interesse do povo mineiro Milton Reis não tinha rancores partidários, vestia as cores do estado de Tiradentes.

Milton Reis não tinha disputas pessoais e sim divergências no campo das ideias. De certa forma, sou testemunho vivo da fidalguia do homenageado dessa noite. Com que respeito Milton Reis, um dos fundadores do MDB, gostava de me contar, de forma carinhosa, passagens políticas de meus queridos e saudosos tios Geraldo Freire e Milton Salles, ambos também do sul de Minas, mas da chamada “banda de música da UDN” e, mais tarde, líderes da Arena.

Certa feita, Milton Reis, carinhosamente, me disse: “*Dr. Décio, eu na minha pequena Pouso Alegre me sentia sitiado entre os redutos eleitorais de Milton Salles em Cambuí e do grande Geraldo Freire, em Boa Esperança*”. E soltou aquela retumbante gargalhada que era uma de suas marcas registradas.

Naturalmente, todo esse temperamento não seria possível se Milton Reis não tivesse ao seu lado o vigor de D. Marina, incansável na defesa de todos os detalhes relacionados à família e à carreira do marido.

Milton Reis nos deixou, fisicamente, em 18 de fevereiro do ano corrente. Seu jeito, sua postura, sua gentileza, sua presença amiga deixaram imensa saudade, que em muito justifica esta homenagem, mas como em *Veredas*, de Guimarães Rosa, “*pode parecer um paradoxo dizer que ele não está mais vivo entre nós, pois algumas pessoas não morrem, se encantam*”.

Para nós, seus amigos, Milton Reis é destes que sobrevivem em nossa memória e em nossos corações, ante a certeza que representa, de forma inequívoca, aquilo que Francisco Otaviano muito bem destacou:

*Quem passou pela vida em brancas nuvens;
E em plácido repouso adormeceu;
Quem não sentiu o frio da desgraça;
Quem passou pela vida e não sofreu;
Foi espectro de homem, não foi homem;
Só passou pela vida, não viveu!*

Milton Reis viveu e viveu na plenitude.



PELO CENTENÁRIO DO PROFESSOR WILTON CARDOSO*

Elizabeth Rennó

Professor, conhecedor profundo da língua portuguesa, Wilton Cardoso exerceu ofício relevante no magistério e na vida cultural de Belo Horizonte. Foi um dos ilustres ocupantes da Cadeira de número 36 da Academia Mineira de Letras.

Gramática Histórica, com a colaboração de Celso Cunha, rico acervo de capítulos abrangentes sobre o nosso idioma. Sobre este livro, disse ele que desviou-se do objetivo a que se destinava: a estudantes de nível médio, para se integrar na metodologia dos cursos universitários com a inclusão da História, acrescentando: *Na medida em que se vai fixando a noção de que a língua é a construção de um sistema particular de expressão, impõe-se concomitante ao professor o dever de ensinar ao aluno que ela é, ao mesmo tempo, uma herança histórica, cujo pecúlio fundamental lhe cabe guardar.*

Esta missão de ensinar, orientar foi excelentemente desempenhada por Wilton Cardoso, o mestre da linguagem. A sua contribuição não se limitou a Letras, tendo sido reitor do Colégio Estadual, o que constituiu um teste para sua atuação, devido às dificuldades e ao desamparo governamental na época.

Sendo assim, julgo que Machado de Assis conduzindo a história em que coloca a racionalidade dentro da irracionalidade em *Dom Casmurro*, Bentinho passa a ser o sujeito da ironia. Nesta estratégia, que utiliza a ironia e que se assemelha à metáfora, está a intencionalidade do autor, penso euria.

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Wilton Cardoso, no dia 31 de agosto de 2016.

O CENTENÁRIO DO PROFESSOR WILTON CARDOSO*

*Rodrigo Cardoso***

Um dia, acreditei que os edifícios eram sustentados por livros porque desconhecia paredes. Malgrado também desconhecesse o que seriam alicerces, acreditava que aquelas colunas de livros brotavam por debaixo do chão e se projetavam para além do teto, de tal forma, que bastaria subtrair um único tomo das estantes para que a estrutura ruísse, tal qual a carta que tomba levando com ela todo o castelo.

Todavia, aquele era um castelo de uma só sala; sala que recendia a sebo, em seu odor de encadernações e brochuras. Ao sofá que se espraiava por quase todo o cômodo, iluminada por fatias do sol que penetravam pelas pranchas empenadas da persiana oposta, encontrava-se Pandora, aquela que se dizia mãe e inimiga.

Em verdade, somente quando a vi é que me dei conta que já apeava do hipopótamo, mas que por um esgar de vaidade e de estilo, teimava de ser ele Bucéfalo, a nobre cavalgadura de Alexandre.

Mas não se canse, caro leitor! Não é meu intuito desfiar aqui meus maneirismos a tal ponto de exauri-lo, posto que não ofereço outra narrativa para que possa galgar esta singela manipulação do delírio que arrebatei dos últimos instantes de um certo finado Brás.

Sendo assim, retornemos a Pandora que já neste instante me sorri exibindo suas presas, convidando-me para o inevitável ao mesmo tempo em que embaraalha os séculos em suas mãos.

Sucedeu que o olhar que fitava Pandora provinha de olhos que orbitavam a pouco mais de um metro do chão; e tais olhos não a enxergavam como mãe, nem sequer como inimiga; menos ainda como a Natureza, porque Pandora era ali então o Tempo, ainda um “Estranho Misterioso” para a criança que eu era.

Eis que a nefasta criatura já se perdia ao longe, o que, confesso, folgava em saber; talvez porque Pandora agora tivesse cabelos alvos, corpo esguio que se confundia com a elegância do terno cortado e aquilo o que na face poderia se classificar como um sorriso de soslaio, vez que, alegres, os lábios se deslocavam para um dos lados do rosto; de mais a mais, era “um homem por trás dos óculos”, como diria Drummond.

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Wilton Cardoso, no dia 31 de agosto de 2016.

** Neto do homenageado.

E era pelas mãos de tal homem que me deixava agora conduzir até o gabinete contíguo, no qual ele me puxava gentilmente uma cadeira e me apurava rente à mesa de trabalho. Em seguida, me trouxe do *bureau* – que pertencera a “Padrinho” – uma imaculada folha A4 que, cuidadosamente, era enlaçada no carro da *Remington*, em cujas teclas não se podia imprimir força, porquanto eu deveria aprender a tocá-las como solista ao piano.

Tal qual o pai a ensinar o filho a se equilibrar na bicicleta, aos poucos, aquele homem foi soltando o selim das palavras para que o destino se fizesse à minha frente. E ao sentir que a mão dele não mais me equilibrava, de súbito, olhei para trás apenas a tempo de me deparar com o imenso pôster do Bruxo do Cosme Velho que me espreitava ao centro da primeira parede que vi na vida; por muitos anos ainda, na minha ideia, Joaquim Maria seria meu bisavô...

Já era noite quando o Professor retornou, libertando a folha da máquina, dobrando-a como quem dobrasse o Sudário, para, ato contínuo, depositar o precioso papel em um envelope timbrado.

Por derradeiro, trouxe-me de volta a tal montaria do delírio alheio que aos poucos se desvanecia e selou em minha meninice a promessa de que abrisse o envelope quando tivesse ele, meu avô, completado o seu centenário...

Passadas décadas desde então, violo o envelope que se fez pardo pelo tempo; desdubro o arranjo da puída folha, ávido por seu conteúdo: as palavras ali impressas me revelam, quiçá, as memórias póstumas de sua derradeira lição:

TIVE FILHOS, TIVE NETOS E BISNETOS, PARA OS QUAIS TRANSMITO AGORA O LEGADO DA MAIOR DAS RIQUEZAS: A CERTEZA DE QUE UM SÉCULO PODE PASSAR NUM PISCAR DE OLHOS, AO PASSO QUE O AMOR E A SAUDADE TÊM A DURAÇÃO EXATA E INFINITA DA ETERNIDADE...

Beijos, Wilton.



MANOEL DE BARROS, DESCONSTRUÇÃO E LITERATURA DA ANIMALIDADE*

Luciana Pimenta**

Por que mergulhar na poesia de Manoel de Barros? Essa pergunta causaria enorme mal estar ao poeta, para quem a poesia é da ordem das grandezas do ínfimo, da nadidade, das ignoranças. Começemos, pois, com **Poema**, do *Tratado geral das grandezas do ínfimo*:

A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).

Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.
(BARROS, 2013f, p.19)

E, em versão outra para dizer a poesia, em *Arranjos para assobio*:

IX.

O poema é antes de tudo um inutensílio.

Hora de iniciar algum
convém se vestir roupa de trapo.
Há quem se jogue debaixo de carro
nos primeiros instantes.

* Texto, na íntegra, da palestra proferida pela autora, no dia 8 de setembro de 2016, como parte integrante da programação da Universidade Livre, da Academia Mineira de Letras.

** Doutora em Direito pela PUC Minas; Mestre em Filosofia Social e Política, pela UFMG; Professora de Filosofia do Direito e Hermenêutica e Argumentação Jurídica, no curso de Direito da PUC Minas; Coordenadora do Projeto Direito e Literatura, na PUC Minas e Líder do Grupo de Pesquisa *Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da Literatura*

Faz bem uma janela aberta
Uma veia aberta.

Pra mim é uma coisa que serve de nada o poema
Enquanto vida houver

Ninguém é pai de um poema sem morrer.
(BARROS, 2013a, p.11)

Mas a Academia Mineira de Letras nos faz lembrar, com a proposta de festejar tantos centenários, ao longo desse ano, que aqui estamos (se insistirmos em dar alguma razão a um encontro poético), movidos pelo centenário de vida de Manoel de Barros, o poeta mato-grossense nascido em 19 de dezembro de 1916, registrado Manoel Wenceslau Leite Barros, considerando por muitos, críticos especializados e leitores de fruição, o maior poeta brasileiro de todos os tempos, havendo quem registre que Carlos Drummond de Andrade teria recusado em vida o epíteto de maior poeta vivo brasileiro, a favor de Manoel de Barros.

Considerando a presença, em minha trajetória acadêmica, da formação entrecruzada de Direito e Filosofia, não consigo deixar de lembrar que o ano de 1916, do ponto de vista jurídico, consagrava o nascimento do primeiro Código Civil Brasileiro, o famoso código de Clóvis Beviláqua, inspirado no Código Civil Francês, de Napoleão Bonaparte, que restou revogado e substituído por um novo Código Civil, em 2002. Lado outro, do ponto de vista filosófico, 1916 sinaliza a iminente reviravolta linguístico-pragmática, um movimento da filosofia da linguagem, que instalou um debate entre linguistas e racionalistas sobre o significado da razão, donde nasceu a possibilidade de falarmos de uma racionalidade linguístico-discursiva, um primeiro corte com a concepção cartesiana de racionalidade, consagrada no sujeito. No solo da história, entre direito e filosofia, 1916 consagrava o auge da primeira guerra mundial, uma guerra que seria apenas a primeira de muitas guerras vividas no século XX.

Para nossa primeira alegria, diversamente do Código Civil de 1916, a poesia de Manoel de Barros não restou revogada e substituída por uma nova. A poesia não é da ordem da substituição, ainda que possamos falar em variações de estilo e predominância de padrões estéticos aqui e acolá. Quanto às guerras e à reviravolta linguística que marcaram o século XX, pode-se dizer que a obra de Manoel de Barros travou uma guerra poética contra a autoridade da razão, compreendendo-se o sentido que dou à palavra guerra, aqui, como aquele foucaultiano de guerra submersa, o permanente movimento que existe por baixo da aparência das coisas.

A poesia de Manoel de Barros é, sem dúvida, de uma permanente inquietude perante a razão, o que estabelece o primeiro elo quanto ao olhar a que nos

propusemos, qual seja, o de ver a poesia de Manoel de Barros como um movimento de desconstrução. A pergunta inevitável, então, se põe: o que estamos entendendo por desconstrução? Coloco a filosofia em cena. Parto da estratégia geral da desconstrução que há na filosofia de Jacques Derrida, filósofo franco-argelino, pós-estruturalista, do século XX, que tomou a desconstrução como um movimento de deslocamento.

Olhando para a arquitetura conceitual do ocidente, sustentada em estruturas conceituais binárias, polarizadas, maniqueístas, entre o justo e o injusto, o bem e o mal, o belo e o feio, a razão e a sensibilidade, percebemos as hierarquias conceituais que foram se edificando, o que levou, historicamente, à preponderância de uma dada realidade sobre outra, de um dado valor sobre outro, polaridades que foram sustentadas por uma forte tradição logocêntrica, ou seja, uma tradição que centra nossa maneira de ver, pensar e compreender o mundo a partir de normas e definições da razão e da metafísica.

Desconstruir, nesse sentido, é mexer nesse modo de ver (a visão sempre foi um sentido fortemente racionalizado, desde a Grécia antiga), é deslocar o visto, inverter hierarquias, não para sustentar as inversões (que são apenas uma etapa do movimento do deslocamento), mas para abrir novas perspectivas de ver e conhecer o mundo, desformar a realidade, tirar as formas ditas essencialmente naturais para as coisas (como as ideias verdadeiras, em Platão, ou a natureza das coisas, em Aristóteles) e abrir o mundo aos sentidos, quando ouvir, cheirar, apalpar, degustar tornam-se todas ferramentas da desconstrução e, pois, de novas formas de compreensão. A desconstrução exige, pois, aquilo que Manoel de Barros chamou de *transver* o mundo, em **As lições de Lições de R.Q.**, do *Livro sobre nada*:

Aprendi com Rômulo Quiroga (um pintor boliviano):

A expressão reta não sonha.

Não use o traço acostumado.

A força de um artista vem das suas derrotas.

Só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro.

A arte não tem pensa:

O olho vê, a lembrança revê, a imaginação transvê.

É preciso *transver* o mundo.

Isto seja:

Deus deu a forma. Os artistas desformam.

É preciso desformar o mundo.

Tirar da natureza as naturalidades.

Fazer cavalo verde, por exemplo.

Fazer noiva camponesa voar, como em Chagall.

Agora, é só puxar o alarme de silêncio que eu saio por aí a desformar.

Até já inventei mulher de 7 peitos para fazer vaginação comigo.(BARROS, 2013c, p. 51)

É da necessidade de transver o mundo, desconstruindo a visão acostumada das coisas (aquilo o direito vai chamar de normal – o conteúdo da norma – por oposição ao anormal), é que chegam para nós a loucura literária, o delírio poético e o criancamento da palavra, como formas manoelinas de fazer nascimentos, instalando, através da poesia, a parturiência de novos mundos. Deixemo-nos ouvir, do *Livro das ignorâncias*:

VII.

No descomeço era o verbo.

Só depois é que veio o delírio do verbo.

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*.

A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som.

Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.

E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos —

O verbo tem que pegar delírio.

(BARROS, 2013e, 10/11)

Na desconstrução poética de Manoel de Barros, assim como na desconstrução proposta por Derrida, o deslocamento distorce o olhar, altera o foco da visão, enfatiza o que resta esquecido, revê a importância das coisas, conforme os contextos reais de existência, os diferentes mundos de vida, o que pode ser percebido em **Sobre Importâncias**, poema contido no *Tratado geral das grandezas do ínfimo*:

Uma rã se achava importante

Porque o rio passava nas suas margens.

O rio não teria grande importância para a rã

Porque era o rio que estava ao pé dela.

Pois Pois.

Para um artista aquele ramo de luz sobre uma lata

desterrada no canto de uma rua, talvez para um

fotógrafo, aquele pingo de sol na lata seja mais

importante do que o esplendor do sol nos oceanos.

Pois Pois.

Em Roma, o que mais me chamou a atenção foi um

prédio que ficava em frente das pombas.
O prédio era do estilo bizantino do século IX.
Colosso!
Mas eu achei as pombas mais importantes do que o
prédio.
Agora, hoje, eu vi um sabiá pousado na Cordilheira
dos Andes.
O pessoal falou: seu olhar é distorcido.
Eu, por certo, não saberei medir a importância das
coisas: alguém sabe?
Eu só queria construir nadeiras para botar nas
minhas palavras (BARROS, 2013f, p.35).

Essa distorção do olhar traz à cena figuras abandonadas, alijadas em um modelo dominante de pensamento e construção do real, apagadas da história, aniquiladas por valores de uma colonização racionalista, secundarizadas em papéis, mortas nos mais diversos sistemas de matar: matar com câmaras de gás, matar com o silêncio da memória, matar com supressão de espaços, matar com golpes políticos, matar com estigmas, matar a liberdade de escolha, de pensamento, de credo. Sintamos **Ruína**, nos *Ensaio Fotográficos* de Manoel de Barros.

Um monge descabelado me disse no caminho: “Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha ideia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as tapers abrigam. Porque o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro. (O olho do monge estava perto de ser um canto.) Continuou: digamos a palavra AMOR. A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas, como o lírio pode nascer de um monturo”. E o monge se calou descabelado. (BARROS, 2013b, p.29)

Essa ruína, que serve para abrigar o abandono, traz à tona o histórico dos abandonos decorrentes das hierarquias antitéticas construídas no ocidente, a saber, do animal face ao humano, da mulher face ao homem, do negro face ao branco, do judeu face ao cristão, do homossexual face ao heterossexual, do louco face ao racional, dentre outras marginalizações consecutórias. As antíteses, ao contrário, são abraçadas por Manoel de Barros.

7.

Sei que fazer o inconexo aclara as loucuras.
 Sou formado em desencontros.
 A sensatez me absurda.
 Os delírios verbais me terapeutam.
 Posso dar alegria ao esgoto (palavra aceita tudo).
 (E sei de Baudelaire que passou muitos meses tenso
 porque não encontrava um título para os seus poemas.
 Um título que harmonizasse os seus conflitos. Até que
 apareceu Flores do mal. A beleza e a dor. Essa antítese o acalmou.)
 As antíteses congraçam (BARROS, 2013c, p.33)

Todas estas hierarquias marginalizantes estão fundadas na primeira e maior de todas elas, qual seja, aquela fundada na linha divisória entre o humano e o animal, denominada por Derrida de *A questão da animalidade*.

A “questão-da-animalidade” não é uma questão entre outras, naturalmente. (...) ela representa também o limite sobre o qual se apagam e determinam todas as outras grandes questões e todos os conceitos destinados a cingir o “próprio do homem”, a essência e o futuro da humanidade, a ética, a política, o direito, os “direitos do homem”, o “crime contra a humanidade” o “genocídio” etc. (DERRIDA, 2004, p. 81)

Derrida está a nos lembrar de que todas as definições normativas do ocidente, da ética à política, das Belas Letras ao Direito, foram estabelecidas em torno e a partir de uma linha divisória que contrapôs, binariamente, o homem e o animal, a exemplo da filosofia política de Aristóteles (1997), que coloca a característica distintiva entre o homem e o animal no fato de o homem ser, *por natureza* (essência), um animal político (*zoon politikon*), vale dizer, um ser que atua na cidade, no exercício deliberativo entre o que é certo e o que é errado, no exercício da sabedoria prática (*phrónesis*), a partir da sua capacidade de falar, o que não ocorreria aos animais (FERREIRA, 2016)

É aqui que entramos na literatura da animalidade, o segundo elo de aproximação proposto para nossa conversa sobre Manoel de Barros. O deslocamento representado pela literatura, face ao real (que decorre da superação da hierarquia entre a fala e a escrita), estabelece uma possibilidade de transgressão do real (BARTHES, 2013); o poder de tudo dizer acompanhado do dever de irresponsabilidade perante os poderes ideológicos constituídos (DERRIDA, 2014), e, ainda, um sentido de noite, como outro do dia, (BLANCHOT, 2011) que acolhe outras dimensões do mundo e do **outro**, tanto o **outro** humano (LÉVINAS, 2012), quanto o **outro** animal, quanto do próprio mundo. Esse espaço para o **outro** é também o espaço para a **literatura da animalidade** ou **zooliteratura**,

representada, na história da literatura, por tentativas de sondar a alteridade animal, bem como por exercícios de escrita criativa, a partir da imaginação de poetas e escritores de diferentes épocas. Citemos, em nosso auxílio, a explicação do termo pela Prof^ª Maria Esther Maciel, do Departamento de Letras da UFMG:

(...) nos últimos anos, o termo “zooliteratura” começou a ser usado para designar o conjunto de diferentes práticas literárias ou obras (de um autor, de um país, de uma época) que se voltam para os animais. Nesse sentido, é bem mais aberto e cristalizado do que o termo *bestiário*, uma vez que este se inscreve sobretudo na ordem do inventário, do catálogo, designando uma série específica de bichos reais e imaginários, podendo, também – de forma mais genérica –, designar uma coleção literária e/ou iconográfica de animais imaginários ou existentes de um determinado autor ou período cultural. (MACIEL, 2016, p. 14)

Os termos **zooliteratura** e **zoopoética** aparecem em *O animal que logo sou*, obra escrita por Derrida (2011), ao falar dos animais nas obras de Ponge, Kafka, Rilke, Baudelaire, Carrol, Hoffmann, o que, concretizando a proposta deslocante da estratégia da desconstrução, permite estender a literatura e a poética ao mundo da animalidade como forma de rever ou transver a cisão entre o homem e o animal, coroada com o triunfo iluminista do pensamento cartesiano.

A questão da animalidade, nos termos em foi posta por Derrida, revolve, assim, toda a trajetória histórico-filosófica estabelecida para tratativa do humano, quer tomemos as referências gregas ou romanas na construção de sentido desse termo, que mostram uma espécie de “esquecimento calculado” (DERRIDA, 2011, p.28) do ocidente, no sentido de que não só o homem olha, mas também o animal olha o homem.

Esse esquecimento calculado por parte das tradições metafísicas gregas ou romanas desaparece na obra poética de Manoel de Barros, o maior zoopoeta brasileiro. O olhar e o sentido da animalidade, ao contrário, são acentuados na poesia manoelina que dá protagonismo ao olhar e ao movimento dos animais, fazendo deles além de um material poético, uma fonte de incessante de aprendizado de humildade.

Encerremos – que esse não seja um fim, mas uma pausa para refletir sobre o sentido da desconstrução no mundo, em especial a partir da poesia, esse ato de **transver** o mundo – com o poema extraído de *Menino do mato*:

I.

Eu queria usar palavras de ave para escrever.
Onde a gente morava era um lugar imensamente e sem nomeação.
Ali a gente brincava de brincar com palavras
tipo assim: Hoje eu vi uma formiga ajoelhada na pedra!

A Mãe que ouvira a brincadeira falou:
Já vem você com suas visões!
Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis
e nem há pedras de sacristias por aqui.
Isso é traquinagem da sua imaginação.
O menino tinha no olhar um silêncio de chão
e na sua voz uma candura de Fontes.
O Pai achava que a gente queria desver o mundo
para encontrar nas palavras novas coisas de ver
assim: eu via a manhã pousada sobre as margens do
rio do mesmo modo que uma garça aberta na solidão
de uma pedra.
Eram novidades que os meninos criavam com as suas
palavras.
Assim Bernardo emendou nova criação: Eu hoje vi um
sapo com olhar de árvore.
Então era preciso desver o mundo para sair daquele
lugar imensamente e sem lado.
A gente queria encontrar imagens de aves abençoadas
pela inocência.
O que a gente aprendia naquele lugar era só ignorâncias
para a gente bem entender a voz das águas e
dos caracóis.
A gente gostava das palavras quando elas perturbavam
o sentido normal das ideias.
Porque a gente também sabia que só os absurdos
enriquecem a poesia (BARROS, 2013d, p.9).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 321p.

BARROS, Manoel de. *Arranjos para assobio*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013a, 31p.

BARROS, Manoel de. *Ensaios fotográficos*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013b, 62p.

BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013c, 58p.

BARROS, Manoel de. *Menino do mato*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013d, 47p.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013e, 45p.

BARROS, Manoel de. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*. Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: Ed. LeYa, 2013f, 61p.

BARTHES, Roland. *Aula: Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. 17^a ed. São Paulo: Cultrix: 2013, 107p.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Rocco, 2011, 303p.

DERRIDA, Jacques. *De que amanhã: diálogo Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, 239p.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou: (a seguir)*. Tradução de Fábio Landa. 2^a. Ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, 93p.

DERRIDA, Jacques. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012, 480p.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013, 386p.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 118p.

FERREIRA, Luciana Pereira Queiroz Pimenta. Pensando O Direito a partir do cinema e da estratégia da desconstrução: In: LIMA, Taisa Maria Macena et al. (Org) *Direito e Arte: os desafios da personalidade*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, 223 p.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Tradução de Pergentino Pivatto (et al). Coordenador. Petrópolis: Vozes, 2012, 109p.

MACIEL, Maria Esther. *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, 174p.

PIMENTA, Luciana Pereira. Universalidade nomotética no diálogo “Político” de Platão à luz das doutrinas não escritas. *Síntese*, Rev. de Filosofia, Belo Horizonte, v. 26, n. 84, 1997, p. 31-64.



JOSÉ CRUX RODRIGUES VIEIRA E A PERMANÊNCIA DA PALAVRA*

*Luis Giffoni***

Dizem que nós, os escritores, pela razão ou por instinto, buscamos a eternidade. Deve haver um fundo de verdade nessa busca. O presente momento comprova. Estou aqui para falar de um homem que, há pouco, nos deixou e não cheguei a conhecer. Não o conheci pessoalmente, é verdade, no entanto sei quem ele é. Ele está presente entre nós. Mais que presente. Ele se pereniza entre nós com sua palavra, com sua criatividade, com seu gênio. Ele nos fala com o espírito explorador dos segredos das coisas simples, com a beleza das auroras, com sua crença em valores humanos, com seu amor às tradições mineiras, com sua inventividade que o levou do conto ao romance, da crônica à História. A força das primeiras quadras que escreveu aos 16 anos adere-se ao vigor do primeiro soneto aos 18, soma-se ao primeiro protesto político aos 20, avança vida afora como viajante que saúda a encantadora Paris aos 75. É o mesmo homem que menciona a lúgubre agonia da escuridão aos 76 e, no entanto, reage em seguida para escutar o eco bendito da esperança, com o qual encerra sua obra.

É a permanência da palavra que nos permite tudo isso. Ela possibilita que eu fale de um homem que só existe em meu pensamento, cuja personalidade construí através de seus textos, sobretudo os poemas e os romances, cujo talento aprendi a admirar tão logo comecei a percorrer as páginas que nos legou em verso e prosa. As eternidades humanas são breves, senhoras e senhores, pois breve é nossa passagem pela vida. Nossas obras, no entanto, ficam. *Scribendi nullus finis.*

Cara acadêmica Yeda Prates Bernis, caro acadêmico Aloísio Garcia, caro acadêmico Rogério Faria Tavares, estimada dona Virgínia Moretzsohn Rodrigues Vieira, prezado desembargador José Marcos Rodrigues Vieira, caras Maria Virgínia Vieira de Almeida Sampaio, Maria José Rodrigues Vieira, Maria Vitória Vieira Gomide, senhoras e senhores.

Esta Sessão da Saudade homenageia José Crux Rodrigues Vieira, belo-horizontino que serviu a boa parte de Minas Gerais, como advogado, delegado, redator e assessor da Assembleia Legislativa, prefeito de Muzambinho e prefeito de Formiga, diretor geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, professor de

* Sessão da Saudade em homenagem ao acadêmico José Crux Rodrigues Vieira, em 14 de setembro de 2016.

** Escritor, professor. Eleito em 29 de setembro de 2016 para a Cadeira 33 da Academia Mineira de Letras. giffonis@terra.com.br

Português e História, entre tantos outros ofícios a que a vida o conduziu. Casado com dona Virgínia Moretzsohn Rodrigues Vieira, aqui presente, teve quatro filhos: Maria Virgínia, Maria José, Maria Vitória e José Marcos.

É, contudo, como membro que foi da Academia Mineira de Letras que hoje nos reunimos para saudar sua memória. Ele ocupou a Cadeira 33, que tem como patrono Edgar da Matta Machado, como fundador Mário Magalhães e como sucessores Aires da Matta Machado Filho e Nansen Araújo. Foi eleito em 5 de setembro de 1996, portanto frequentou esta casa por 20 anos, durante os quais ocupou cargos relevantes, por exemplo o de Reitor da Universidade Livre.

José Crux foi autor de muitos talentos. Escreveu livros de crônicas do dia a dia e um livro de contos, *Meu Velho Urso*, publicado em 2013.

Ao debruçar-se sobre a Inconfidência Mineira, produziu um longo e profundo trabalho sobre nosso Tiradentes e 106 outras personalidades que estiveram, de alguma forma, envolvidas com o levante. Os três volumes da obra “Tiradentes: A Inconfidência Diante da História” mostram o grande pesquisador e erudito que havia em José Crux, com centenas de citações de outros autores ao corroborar ou contestar as opiniões próprias e alheias. É um trabalho de fôlego, de historiador competente. São mais de 1200 páginas nas quais ele destrinça todo o movimento, do berço da revolta contra os portugueses ao enforcamento de Tiradentes e posteriores desdobramentos. Aventa hipóteses, contesta outras, sempre em defesa do protagonismo de nosso Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Aos demais, confere o papel de coadjuvantes e defende essa tese ferrenhamente.

Com humildade, José Crux se definiu como “historiador autodidata” ou “historiador de província”. A grandeza da obra fala por si – e desfaz a humildade, por desnecessária. Sua contribuição foi imensa para melhor se entender o marco principal da história mineira, como por certo poderão atestar seus colegas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual também pertenceu. A leitura de “Tiradentes: A Inconfidência diante da História” resume a visão de um homem que bebeu nas fontes primárias e secundárias da Inconfidência e tão bem nos conduz através dos meandros e desfechos da atuação de tantas personagens que até hoje habitam nosso imaginário.

Nosso homenageado também foi romancista. Legou-nos dois volumes, ambos com temática similar, a amizade sincera, a toda a prova, o culto aos valores humanos consagrados, o respeito à tradição, a busca do amor, às vezes romântico, às vezes idealista, sempre com o confronto e a tensão necessários ao desenvolvimento da boa trama.

O primeiro dos romances, publicado em 2011, chama-se “Eu Quero Acordear a Madrugada”, em que a história dos pracinhas e da Segunda Guerra, a política da época, as músicas, as musas, a mentalidade, os costumes, as brigas entre UDN-PSD-PTB, os poucos partidos em que os votos eram despejados, os anos posteriores da era Vargas e as disputas do futebol mesmerizavam o Brasil. Muito

mudou, é verdade, para tudo continuar o mesmo em nosso país.

No romance, duas décadas de história são vividas pelos protagonistas, da classe média e também dos setores menos aquinhoados pela nossa sociedade, como os amigos Alberto e Estêvão. O estilo é direto, sem grandes arroubos literários, mas entrelaça enredos e tramas com esmero e competência. Obtém-se um resultado semelhante à malha do tricô, as linhas e pontos superpostos, formando um tecido amplo e coeso. Brota do texto o retrato de uma época que se foi, porém, como foi dito antes, está viva para nós, que não a conhecemos, através da palavra, da literatura. Ave, palavra. Ave, literatura.

O segundo romance, publicado em 2013, se denomina “O Almejado”, comparação entre as vidas de dois pais, Roberto e Engrácio, e seus dois filhos, ambos batizados como Jorge, separados por grande desnível social. Roberto e seu filho são profissionais liberais de sucesso em Belo Horizonte, os outros dois são pescadores na Bahia, o que não impede o surgimento de uma forte amizade entre eles, que se traduzirá no resgate do Jorge baiano quando se envolve num assassinato em legítima defesa. Além disso, os belo-horizontinos ajudarão Jorge a resgatar seu barco, o Almejado, que dá título à obra. Novamente a amizade sincera, dedicada, desprendida e a busca de um amor ideal fazem o pano de fundo para o romance.

Pelos detalhes dos processos judiciais, José Crux colocou um pouco de sua vida profissional no romance. Pela riqueza de detalhes, talvez até certas reminiscências biográficas tenham escapado para algumas páginas.

A obra poética de José Crux merece uma análise mais acurada. Ela é longa. Inicia-se em 1936, quando o acadêmico era adolescente, com 16 anos apenas, e prossegue até 1997, quando completava 77 anos. São, portanto, 61 anos de profícua e contínua produção.

Sua carreira se inicia balizada pelo lirismo do jovem que, romântico, aos 24 anos, compôs “Dor do Amor Perdido”, com os sentimentos tão comuns à idade, bem como “Um Dia que Meus Dias Dominou”, pleno de arroubos ao Amor. Em “Oitavas Num Soneto de Camões” insere um soneto de Luís de Camões em 14 Oitavas de sua lavra, em portentosa criação dentro da criação, numa inventividade totalmente diferente dos dias de hoje em que tais práticas assumem aberrações ou mero plágio. Recriar, como José Crux fez, é arte. Copiar, como muitos fazem atualmente, é falta de talento.

Também digno de menção é seu soneto de 1941 “Quem Responde?”, no qual dialoga com o eco, extraindo bela sonoridade dos versos.

A partir do final da década de 1940, sua poesia muda. José Crux abandona a métrica e a rima e compõe versos livres, com os quais ficaria pelo resto da vida, sujeito, contudo, a eventuais recaídas. Aliás, algumas vezes ele sente saudade dos versos alexandrinos que abandonou, pois, diz ele, “o tempo é vertiginoso” e “o bardo compõe correndo” – e lamenta em 1951:

“Entretanto, com tristeza,
 Pouco a pouco, sou esquecido
 E os bichos roem, danados,
 Meu dicionário de rimas”. (In Canção do Poeta Antigo, página 239, Obra Poética I)

Enquanto isso, brota e cresce a temática que o perseguirá vida afora, o tempo, sua passagem inexorável, a luta para vencê-lo. Em “Noturno”, Crux lhe declara guerra:

“Penso que o tempo morre, que o tirano passa,
 Que perderá essa guerra e será meu escravo!” (página 244)

De batalha em batalha, o tempo vence o poeta. Ele se assume precocemente um velho, tema ao qual retornará com frequência, enquanto celebra a natureza, a vida, as auroras, o amor, além da infância e da juventude perdidas. A síntese de seu sentimento se encontra em “Três Lágrimas”, de 1959, à beira de se tornar quarentão:

“Lágrima de criança
 É arco-íris
 De chuva passageira.
 Lágrima de jovem
 É estrela que rompe um céu nublado
 E brilha um instante.
 Lágrima de velho
 É gota silente de orvalho noturno
 Para fecundar a vida”. Página 376

A partir dos anos 1970, o amor por Minas Gerais e muitas de suas cidades se impõe. Verseja sobre Belo Horizonte, Ouro Preto, Sabará, Catas Altas e muitos outros lugares em seus livros “No Fundo da Bateia” (1970-1976) e “Praça da Liberdade” (1983-1985). José Crux encontra o próprio caminho na vida, traça a sua estrada, enfrenta o tempo, enxerga nos netos a descendência e a perenidade, dá conselhos ao filho e lhe pede para compreender “as impertinências do pai”, na verdade um pai extremamente amoroso:

“O amor que tenho
 No fundo do meu peito
 É agora muito mais puro
 Muito mais santo.
 É um amor silencioso
 Que embranquece os cabelos”. 1971, BH

Também a filosofia e a poesia, com sua gravidade natural, descem até “No Fundo da Bateia”, onde encontram a dúvida.

“O vento anuncia a madrugada
Gemendo um talvez imenso
Cansado, exausto, universal
E a coruja (a filosofia) espera com a paciência dos sábios
A hora e a vez – a tal vez da certeza.

.....
Garimpeiro de mil jornadas,
No fundo da Bateia,
Ficou, enfim, puro, inigualável
O diamante: a poesia.” BH, 1973

Crux liberta-se uma vez mais e canta o mundo: o beija-flor, o ipê florido, a madrugada, a Praça da Liberdade, seu coreto, as palmeiras, os filhos, os netos, as crianças, a Serra do Curral, as cidades brasileiras e mesmo estrangeiras como Paris. A velhice, todavia, o cerceia. Percebe o fim. A fé o sustenta. Fé inabalável, outro traço de sua trajetória lírica.

O mundo também o decepciona, sobretudo os políticos. Assim encerra o “Soneto da Desilusão”, de 1984:

“Dinheiro, cargos, posições, amores
Mercadejam, barganham com ousadia
E são da pátria eternos salvadores.”

Faz 32 anos que nosso homenageado escreveu este poema. Acertou em cheio. Nada mudou no cenário brasileiro.

A descrença e a tristeza se tornam companheiras assíduas na estrada do poeta sessentão. Novamente resume em versos, em 1989, os temas de sua preferência em

“Na Esteira do meu Barco”:
“Nem peixes, nem gaviotas,
Nem marinheiros souberam,
Nem pescadores descobriram,
Nem mesmo estrelas avistaram
O porto que tanto busco.
Sou marinheiro sozinho
Que navega dia e noite,
A mão no leme da vida,
A bússola, meu coração.
Triste, tão longe do amor.” (Volume III, página 161)

Seguem-se novas recordações da infância e da juventude em Belo Horizonte: bondes, o primeiro tróleibus exposto na Praça Sete, Feira de Amostras, Mercado Velho, curso de Carnaval na Afonso Pena, a procissão do Senhor Morto saindo da igreja de São José na Semana Santa, as visitas ao Córrego do Acaba-Mundo, por coincidência perto de onde moraria durante muitos anos. Estas reminiscências pairam sobre os longos poemas “Os Velhos Também Amam”(páginas 164 a 178) e “Idos e Vividos” (páginas 294 a 313).

Senhoras e senhores. Estamos aqui para celebrar a memória deste acadêmico emérito que foi José Crux Rodrigues Vieira. Ele celebrou a palavra, em suas diversas formas de prosa e poesia. A palavra também o celebra nesta Sessão da Saudade. Que palavra escolheríamos para melhor celebrá-lo?

Ele mesmo nos dá pistas para encontrá-la. Ela está em seu último soneto publicado, “Eco Bendito”, de junho de 1997:

“Caminheiro, levanta-te da queda,
Ergue os olhos ao alto da amplidão
E rumo à aurora segue, vai, avança.
Nem espinho, nem vala a marcha veda:
Quando teu canto esmaga a solidão,
O eco bendito escutas da esperança!”

Por outro lado, a mesma palavra inaugura seu primeiro poema, 61 anos antes, aos 16 anos:

“Mas, disso tudo descubro
Uma nova semelhança:
Da tristeza da saudade
Nasce sempre uma esperança.”

Aqui se encontram o jovem e o idoso, o caminhante em início de carreira e o poeta consagrado. Nesta Sessão da Saudade, José Crux nos revela o princípio e o fim, a esperança, a palavra-síntese de sua obra. A esperança é irmã do sonho, a matéria-prima de que somos todos feitos. A vida é sempre esperança, senhoras e senhores. Há sempre esperança. Obrigado.



EM LOUVOR DE HÉLIO ARMOND*

*José Anchieta da Silva***

Recebi de dois amigos, do presidente da Academia Municipalista de Letras, Cesar Vanucci, e do acadêmico da Academia Mineira de Letras, Rogério Tavares, a missão de fazer um panegírico do Desembargador Hélio Armond Werneck Côrtes, cujo centenário de nascimento se comemora. É esta a missão que aqui me conduziu.

Ainda jovem advogado em Belo Horizonte, tive a alegria de conviver com a ilustre figura, então um dos decanos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (me refiro aos anos finais da década de setenta da centúria passada). O Desembargador Werneck Côrtes era a presença da erudição sem afetações dentre seus juízes-pares.

Nascido em Congonhas do Campo (1916) e educado em Patrocínio, no Alto Paranaíba, bacharelou-se em Direito pela Vetusta Casa de Affonso Penna (1944), e tendo lecionado em Belo Horizonte, prestou concurso público para promotor de Justiça, tendo sido nomeado para o exercício dessa função na comarca de Eugenópolis (1949), sem todavia assumir a função, porque aprovado, na mesma época, em concurso público para a magistratura, tomou posse como juiz de direito da comarca de Cláudio (1949), vindo a ser transferido, a pedido, para a comarca de Aiuruoca, que passou a considerar como sua terra do coração (1954), e daí sendo promovido para a comarca de Carandaí (1958), e para Itaúna (1961). Daí veio promovido para Belo Horizonte (1970), sempre por merecimento. Foi juiz substituto no antigo Tribunal de Alçada de Minas e promovido a desembargador de nosso Tribunal de Justiça em 1976, tendo presidido o Tribunal Regional Eleitoral (1984/1985), tendo sido, ainda, juiz corregedor e vice-presidente do tribunal, assumindo, ao fim, a presidência do Poder Judiciário em Minas Gerais (1985), coroando uma carreira de magistrado exemplar.

Foi acadêmico da nossa Academia Municipalista de Letras, a *Casa de São Francisco*, representando o seu município de Aiuruoca, e acadêmico desta Academia Mineira de Letras, onde ocupou a Cadeira nº 15. Faleceu em 28 de setembro de 1991.

Convivi muito pouco com Werneck Côrtes. Por dever de consciência, portanto, devo confessar a todos que, para declamar este panegírico, fiz uso de um

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Hélio Armond Werneck Côrtes, no dia 21 de setembro de 2016.

** Advogado em Belo Horizonte.

recurso muito prático e que recomendo àqueles que se virem na mesma situação. Corri atrás de amigos comuns e de insuspeitos escritos sobre o homenageado. Foi assim que, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas, recolhi sua biografia, servindo-me dos préstimos de Lakowsky Dolga e do prefaciador de meus trabalhos, o acadêmico Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza. Na advocacia de trincheira, fui ouvir a Jacob de Castro Máximo, homem de Itaúna, por onde passou o Werneck Côrtes-juiz, dele recolhendo a preciosa informação de que Côrtes era também um xadrezista de prestígio e vasto conhecedor da obra de Beethoven.

Nos prefaciadores dos livros de Werneck Côrtes, e aí quem me socorreu foi a secretaria desta Academia Mineira de Letras, a competente e dedicada Inês Rabelo, encontrei algumas pérolas que emolduram a apresentação à qual me propus, ao aceitar o desafio honroso.

Descobri o Werneck Côrtes que as novas gerações não podem esquecer.

Prefaciando o livro do homenageado *A Sombra das Personagens*, aliás, na verdade, produzindo um antiprefácio, assim se pronuncia Aires da Mata Machado Filho, um dos monstros sagrados dentre os pensadores mineiros da nossa geração:

“No limiar do livro, que faz o prefaciador? Retarda o convívio apetecido. Para que?”

“Quem abrir este volume logo verificará o domínio da expressão escrita que faz de Armond Werneck Côrtes prosador consciente do ofício. Desde os primeiros parágrafos, sente-se empolgado pelo escrupuloso escritor, vitorioso, quase sempre, na luta com a palavra.”

E termina o velho Aires: *“Ainda bem que raramente se lêem prefácios. O bom livro impõe-se. Dispensa conversa fiada de recepcionista.”*

Noutro tempo, outro apresentador, Martins de Oliveira, faz a apresentação de Werneck Côrtes, dele escrevendo:

“Eminente magistrado, dono de formosa inteligência, se sabe conduzir-se com brilho nas letras de PAULO, o juriconsulto admirável, em sentenças e votos que lhe revelam o trato do direito e da justiça em formulações perfeitas, tem o condão de dominar a língua e nela expor primores de primeira água. Artista, pensador, poeta, além de prosador brilhante, é acima de tudo o humanista e, assim, o filósofo. Armado cavaleiro para as lutas do espírito.”

Em seu discurso de posse nesta Academia Mineira de Letras, Werneck se ocupa do que chama de *‘Breve Depoimento sobre Dantas Motta, poeta e profeta de Monte Sião, no país das Gerais também Aiuruoca chamado’*, figura que considera *‘um dos mais autênticos rapsodos das Minas Gerais.’*

Quando Werneck Côrtes em seu discurso neste sodalício onde agora se dá a homenagem pelo seu centenário, refere-se ao presidente da Casa, com leveza e graça, diz de Vivaldi Moreira:

“Um pescador com tarrafa e rede de arrastão perto dos demais [que a ele comparados] são pescadores com anzol.” Cópia, de Vivaldi, a expressão criada por Albert Samaan, a dizer que *“escrever é a melhor forma de falar sem ser interrompido.”*

E ele próprio vai a Beethoven, que descobriu ter sido, além de grande músico, um também grande escritor, que teria respondido a si mesmo: *“Por que escreve? O que tenho no coração precisa ser expandido. É por isso que escrevo.”*

E se consola Werneck Côrtes, trazendo a texto a poesia de Carlos Drummond de Andrade, contemporâneo seu, que escreveu em verso admirável:

*Penetra surdamente no reino das palavras
Lá estão os poemas que esperam ser escritos*

Outro mineiro ilustre, Edison Moreira, palmeando a obra de Werneck Côrtes, em suas publicações mais conhecidas: *“O Menino e o Santo”*, *“A Sombra das Personagens”* e o *“Ensaio Dantas Motta, poeta de Aiuruoca”*, faz uma síntese erudita e bela da caminhada do autor, a dizer:

“O que se diz da ação do passado sobre o poeta, pode-se repetir do futuro. Pois presente não é apenas uma realização do passado, mas também uma antecipação do futuro. Como disse [ainda] Heidegger, ‘é um futuro sido’.” (Então: o presente é um futuro sido!).

Opinando sobre os livros do autor, é Oscar Mendes quem atesta daquele que assina as obras e aqui homenageado, ter sido dono de uma simplicidade de estilo, de clareza, de luminosidade clássicas. E arremata *“A dialogação, nos contos do Sr. Armond Werneck, é sempre muito viva e natural. O autor pertence a uma espécie infelizmente em vias de extinção: a do escritor que sabe escrever.”*

Caros amigos, para terminar, faço mais uma revelação. Esta breve incursão pela vida acadêmica de um Werneck Côrtes que não conheci, quase comprometeu a veneração que tinha de sua pessoa como juiz. Me fez bem. Passo a fazer uma outra pregação a partir: de hoje, darei, sem me acovardar, o testemunho de que Werneck Côrtes foi grande nas letras-letras, tanto quanto o foi nas letras-do-Direito, promovendo a Justiça com uma suavidade e com uma certeza que nos enche de saudade.



CENTENÁRIO DE WERNECK CÔRTEZ*

Lúcio Urbano**

Logo que inicio, ocorre-me o ensejo de agradecer à Academia Mineira de Letras o amável convite para falar na comemoração do centenário do acadêmico Hélio Armond Werneck Cortes, falando pela “Memória do Judiciário Mineiro”, de cuja entidade sou Superintendente.

Nascido em Congonhas, dia 6 de dezembro de 1916, filho de Octávio Werneck Cortes e de Alice Armond Werneck Cortes, cursou o primário em Além Paraíba, o ginásial no Ginásio Mineiro de Barbacena, mais tarde o Ginásio Dom Lustosa, em Patrocínio.

Bacharelou-se em direito pela Faculdade Federal da UMG, em 1944, tendo sido o orador da turma, porque vocacionado para a oratória.

Trabalhou na Rede Mineira de Viação e no SENAI.

Viu-se aprovado em concurso para Promotor de Justiça, mas não ingressou.

Em 1949, após brilhante concurso, ingressou na magistratura mineira, nomeado Juiz da Comarca de Cláudio, julgando nas comarcas de Aiuruoca, Carandaí, Itaúna e Belo Horizonte, nesta titular da 4ª Vara Cível.

Em 1976, promovido por merecimento para desembargador do TJMG, até que, em 26/8/1986, empossado como Presidente do órgão.

Vocacionado para a língua portuguesa, vitorioso em vários certames literários.

Em 1973, vem a lume a obra *O Menino e o Santo*, depois publicou *Dantas Mota, Poeta de Aiuruoca*.

Em 1986, veio *Viagem para o Reencontro*, de poesia, antes lançando *A Sombra dos Personagens*, livro de contos. Obra póstuma, *O Humano Beethoven*.

Também integrou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Em 1978, eleito membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e, em maio de 1983, ingressou na Academia Mineira de Letras, Cadeira 15, patrono Bernardo Guimarães, recepcionado pelo brilhante imortal Oscar Mendes.

Várias condecorações e medalhas recebeu, no curso da vida.

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Hélio Armond Werneck Côrtes, no dia 21 de setembro de 2016.

** Desembargador do TJMG.

Quando a Academia Mineira de Letras festeja o centenário do brilhante acadêmico, penso que cabe ligeira análise da obra “O Menino e o Santo”, reveladora do estilo, da literalidade e do talento de Werneck Côrtes.

A obra *O Menino e o Santo*, que veio à calva em 1973, relata o tempo em que a terra era habitada por Santos, que habitavam desertos inóspitos, em busca da pobreza, da castidade e da obediência, valendo-se da solidão, da prece, do jejum e dos trabalhos manuais, tudo à cata do céu.

As reflexões, sempre paradoxais, debatiam céu e inferno, Deus e demônio. Para tanto, isolavam-se em perseguição da paz, morrer para o mundo, alcançando Deus.

Por isso, penitenciam-se para vencer as lutas interiores, renúncia, flagelo, enfim morrer em terra para viver em Cristo.

Eis que surge o menino, que então perturbava o Santo, tanto que imaginava ser “demoninho”.

O menino questionava e contestava as ações do santo, tudo isso de modo inteligente.

Com isso, o Santo imaginava ter perdido a paz, sentindo-se incapacitado para a meta satisfatória.

Nesse contexto, vieram os diálogos entre o menino e o Santo.

Ao final, a morte do Santo e o desaparecimento do menino.

Vem o profundo silêncio.

Daí a relevância da consciência humana, das batalhas travadas no intelecto, dos discernimentos que se adotam, tudo isso fatos determinantes para tomada de decisão que define o posicionamento diante das coisas da vida.

A luta contra os demônios, vencida pela razão, licenciando-se a ação de agir em paz, segundo nossa consciência.

Olhar pacífico e amoroso no cotidiano ganhará a lição sublime de “que possamos aceitar com benevolência a tudo e a todos.”

“Somos responsáveis pelos pensamentos que permitimos e pelas ações que escolhemos. O céu e o inferno são estações de nossa consciência”.

Nas demais obras, Werneck Côrtes revela talento, meditação compassada, estilo, domínio da língua de Camões, reflexões sobre a vida humana.

Bem lembrada, pois, a homenagem que ora a Academia Mineira de Letras rende ao imortal Werneck Cortes, relevando que a Academia jamais esquece, antes louva e exalta o talento de seus membros.

Ao pontofinalizar, agradeço o honroso ensejo de falar nesta Casa e de recordar a obra do companheiro insigne, com quem convivi proximamente por muitos anos.

Acadêmicos, obrigado pela atenção, gesto fidalgo que jamais esquecerei.

À MEMÓRIA DE MEU PAI*

*Fernando Armond***

Prezados Senhores, Senhoras, amigos, e parentes. Em especial minha mulher, meus filhos e netos que, se não fosse Dr. Hélio, nem eu nem eles estaríamos aqui.

Pergunto: será que quando eu me for, irão comigo os sonhos de amor por que luto? Ou será que terão força suficiente para se fazerem presentes em ouros corações?

Ao contrário do Dr. Hélio, não tenho os dons da escrita e da oratória. Assim, compreendam minha ansiedade em lhes falar, particularmente nesta casa onde respiramos conhecimento e cultura.

Este é um encontro de alegria e amor, e, nessa linha, desejo conduzir minha fala.

A presença de vocês aqui e agora, que me torna envaidecido e eternamente grato, responde afirmativamente a esta indagação.

É por trazerem consigo a memória de meu pai e, com ela, a presença de seus sonhos, que vocês vieram.

Aquele que perde a capacidade de sonhar, de idealizar e elaborar propósitos e metas que lhe permitam e o conclamam a mudar seu destino, perde a capacidade de viver.

Todos nós sonhamos. Os escritores, mais ainda os que se dedicam à poesia, fazem-se de sonhos e imaginação. Alicerçados pelo conhecimento da língua, no manejo habilidoso, afetuoso e consciente das palavras, materializam suas mensagens e as trazem a nós com a competência e a comunicabilidade que só eles possuem, fazendo-as eternas (*scribendi nullus finis*)

Aqui, neste local, nesta Academia encontramos-nos na casa, no âmago das mentes criadoras.

Falar sobre Dr. Hélio é-me fácil. Convivi com ele desde que cheguei a este mundo até quando ele o deixou, muito cedo, aos 74 anos, vítima de uma armadilha que lhe preparou a vida. Concretizou-se com ela o “viver é muito perigoso” de Guimarães Rosa.

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Hélio Armond Werneck, no dia 21 de setembro de 2016.

** Filho do homenageado.

Não me atendo às datas mas aos fatos e seus significados, prossigo.

Dr. Hélio nasceu em Congonhas do Campo em seis de dezembro de 1916 (1). Ali permaneceu toda a infância e parte da juventude.

Mudou-se para esta capital onde ingressou na Faculdade de Direito. Uma vez formado (2), sentindo-se convocado pela magistratura, inscreveu-se e foi aprovado no concurso para juiz de direito.

Iniciou então a peregrinação inerente à carreira, vindo a exercer seu cargo em quatro comarcas; Cláudio, (3), Aiuruoca, Carandaí e Itaúna.

Após dezesseis anos retornou a Belo Horizonte, para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais onde, além de tornar-se um de seus desembargadores, chegou a presidi-lo.

Dr. Hélio sonhou muito. E o fazia trabalhando dentro de sua realidade material e afetiva, o que tornava possíveis seus propósitos.

Um deles, que cuidou com especial carinho, desvelo e esmero, foi o de vir a tomar assento como membro da Academia Mineira de Letras, de juntar-se aos expoentes na arte de escrever e em eternizar seu modo de conhecer, ver interpretar o mundo. Foi convidado, ainda me lembro de sua felicidade em me comunicar, para a cadeira número 15, dedicada a Bernardo Guimarães, em 23 de junho de 1983.

Foi também membro de outras entidades que perseguiam propósitos semelhantes, a saber; Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Academia de Letras de Além Paraíba, onde ocupou a cadeira número 1, como seu sócio fundador.

Doutor Hélio era simples. Gostava de viver o cotidiano das coisas. Extremamente afetivo e carinhoso em sua intimidade.

Quando no desempenho de suas funções, como era conhecido por muitos, servia-se da máscara imposta pelo que a sociedade esperava de um magistrado, a tal ponto inadequada à sua personalidade que, por vezes, eu chegava a desconhecê-lo. Não era aquele o pai, esposo e avô com quem convivia.

Contudo, bastava voltar ao convívio dos seus mais íntimos para que essa fantasia magicamente se desfizesse.

Dentre os Senhores dessa Academia e dentre os presentes tenho certeza de que muitos tiveram a graça de assim vê-lo e conviver com ele.

Gostava de caçar, pescar, ouvir e contar histórias de sua e de outras vidas. Fazia-o tão bem que nos emudecia na escuta atenta de suas dissertações.

Era rigoroso, intransigente e irascível com a desonestidade, a falta de caráter e a irresponsabilidade. Disso não abria mão em quaisquer circunstâncias, mesmo no convívio com aqueles que amava.

Escrevia com amor. Lembro-me de sua rotina: ao chegar em casa, após o dia de trabalho, banhava-se, jantava e, sempre que possível, dirigia-se ao escritório. Assentava-se à frente da máquina de escrever, que até hoje guardo como

lembrança, permanecendo assim por longo tempo, brincando com as letras, construindo suas obras.

Aposentou-se, ou melhor, foi aposentado aos 70 anos na compulsória, a contragosto, pois sempre foi um trabalhador incansável.

Em suas andanças escreveu muito e publicou quatro livros (O menino e o santo, A sombra dos personagens, Viagem para o reencontro e sua obra derradeira, O humano Beethoven, que somente foi publicado após sua morte. Dele deixei o último exemplar de que disponho, para completar a sua obra tão bem e generosamente guardada nas estantes desta Academia, o que muito nos distingue e enobrece, tanto a ele quanto a mim.

Porém, permitam-me os senhores, cabe aqui um adendo histórico: sua maior obra, em minha opinião, é um poema sobre Sansão, composto por seis mil versos alexandrinos clássicos franceses, trazendo cada um em sua composição, como certamente os senhores acadêmicos bem sabem, dois hemistíquios, dois semiversos de seis sílabas métricas com acentuação obrigatória na sexta e na décima segunda, que tiveram sua origem na época parnasiana ou simbolista no século XIX.

Trata-se, sem dúvida, da forma poética mais trabalhosa e difícil da língua portuguesa, explicando assim seu tão raro uso.

É, certamente, a mais tolhedora, limitadora da inspiração do poeta, daí o desafio aceito pelo Dr. Hélio nos primeiros anos de sua carreira, tendo exigido dele mais de três anos.

Fazem parte da galeria dos poucos que se valeram dos versos alexandrinos em suas obras, Alphonsus de Guimaraens, Guilherme de Almeida, Machado de Assis, Emiliano Perneta.

Contudo, não foi publicada. Uma vez terminada, todo escrita pela sua máquina, foi feita sem cópias (na época as opções disponíveis para tal eram apenas o papel-carbono ou a transcrição fiel).

Foi então que obsequiando a opinião de um amigo também poeta, emprestei-lhe a obra inteira para suas observações.

Dela não mais soube e não mais foi encontrada. Perdeu-se simplesmente. Enfim, assim é a vida.

Por um longo tempo meu pai tentou refaze-la, mas não lhe foi possível, sequer parcialmente.

Amigos,

Quando um escritor nos deixa, deixa órfãs milhões de palavras e umas tantas vidas de personagens que nasceriam e se perpetuariam em suas publicações.

Tenho comigo que, se vivemos com alguém todas as possibilidades que achamos poder viver, dele restam-nos as lembranças.

Se, contudo, a vida lhe é ceifada prematuramente antes que esse ciclo se complete, resta-nos a saudade.

Reafirmando estar vivendo com vocês um tempo de amor, finalizo citando novamente Dr. Hélio, em seu livro *Viagem para o reencontro*, com um verso que completa aquele que li no início de minhas palavras.

“Todas as coisas passarão um dia, na inevitável jornada para o abismo onde dorme o infinito dos esquecimentos. Somente nosso amor não passará”.

A todos vocês minha eterna gratidão.

Ao Dr. Hélio, minha saudade.



HÉLIO ARMOND WERNECK CORTES: MAGISTRADO E ACADÊMICO*

Bruno Terra Dias**

I – O que faz o intelectual?

Sertillanges não foi o único e, felizmente, também não foi o último. Mas sua escrita leve e objetiva, seu cristianismo filosófico, a razão empregada religiosamente, o neotomismo assumido, tudo o distingue como grande intelectual que transitou do século XIX ao XX. *A Vida Intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos*, é pequena grande obra que sintetiza o ser, o comprometimento, o agir mental, a virtude espiritual e o compromisso do verdadeiro intelectual, especialmente o cristão, como é da tradição cultural brasileira. Nossa herança europeia, inaugurada pela filosofia grega, amplificada pela Cidade Eterna, resgatada por Averrois, robustecida por Homero,

Virgílio, Dante, Gil Vicente, Camões, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, José Saramago, não é desdita, mas caminho e celebração, consagração, compartilhamento, pertencimento, virtude, espírito em oração e disciplina física.

O intelectual convive e compartilha, faz a expressão de seu tempo, mas conserva um sentimento de solidão e distanciamento, para ser observador e cronista, motivo e inspiração, ação em curso constante, maduro refletir do dia e da noite em plenitude. Fervor e sacrifício não lhe devem faltar, nem humildade para subordinar-se à verdade, mesmo diante dos mistérios da vida e de suas responsabilidades. Lê o melhor que houver à mão, concilia, apropria-se para sublimar e viver, anota e memoriza, desprende-se, persevera, não abandona, mantém contato com a vida, aceita e supera os momentos em que outros fraquejariam, sabe apreciar as alegrias e reconhecer o que de bom marca e registrará sua passagem e restará como imaterial herdade.

II – Comédia e vida, tragédia e morte

A linguagem dos poetas, romancistas, contistas, teatrólogos, ensaístas, dos escritores adjetivados, humildes servos da palavra e da verdade, melhor comuni-

* Sessão em comemoração ao centenário do acadêmico Hélio Armond Werneck, no dia 21 de setembro de 2016.

** Juiz do TJMG.

ca o que ao público mais amplo faz entender e homizia quando se faz hermética, dedicada a iniciados. A comédia do destino das almas, do inferno, do purgatório e do paraíso, tem um lastro de justiça que pesa condutas e valores, arrependimento e conversão, honestidade com os antigos da era pré-cristã, a sublime Beatriz. A eloquência no dirigir-se a cultos e iletrados com a mesma força, o sacro e o trivial, as dores dos pecados veniais e o sofrimento das obras dos erros mortais. Entretanto, a recompensa para o bem existe, ainda quando tão difícil seja discernir, se a simplicidade não é predicado natural daquele que busca na conveniência e na oportunidade o que a fé reprime. O jogo de claro e escuro, o *sfumato*, que permite a sensação evaporada da sublimação, somente percebida para quem tenha olhos de ver, a humildade da palavra, que comunica redenção e mistérios, tudo se concentra em um mesmo e belo livro de se ter acessível ao canto da sala, formando gerações, após ter sido formado pelo dedicado serviço de tantos, originalmente em grego e santificadamente vertido para o latim.

É de uma tradição assim, construída em séculos obscuros, de labor arriscado e solitário, que as línguas neolatinas surgiram, se desenvolveram e formaram a identidade de povos europeus que se exportaram para o novo mundo. Por mares de perigos incertos, chaveados aos incautos desprovidos de iniciação e saber, mas abertos à aventura para além da Taprobana, navegaram os argonautas da surgente modernidade renascentista à busca do tesouro mineral com que sonhava a Coroa, sem, talvez, dispor da antevisão criadora de miscigenada nação de três raças, todas polidas por padecimentos imemoriais de antepassados perdidos, alguns arrancados da origem, por desterro e escravidão, outros dizimados em guerras justas. Sangue vertendo nos porões de navios negreiros, em taperas abatidas, no suplício público para abrandar a rebeldia contra o tributo cobrado sem representação e até na Casa dos Contos, na tentativa de abafar e definitivamente sufocar o que para alguns foi sedição e para outros a eternidade da liberdade como reputação. Comédia e tragédia, vida e morte.

III – Direito e Bacharelismo em prosa e verso

O Brasil surgiu lusitano, na língua, nos costumes, nos modismos e na saudade de suas elites, agregados e párias, massacrado entre o litoral e a imensidão desconhecida, por animais fantásticos das tradições indígenas e europeias, marítimos, alados e terrestres, descritos por Taunay. Os filhos dos senhores estudaram principalmente em Coimbra, levados para se tornarem bacharéis e constituir a casta dominante nos serviços da alta administração da Colônia e do Império. Antes que o ouro das minas se anunciasse, pref]terindo em pouco até mesmo o tempo das fazendas de gado às margens do Opará, que tanto impressionaram Antonil, a quem *Cultura e Opulência do Brasil* beneficia pela posteridade, já havia o rebelde espírito de Gregório de Matos, Boca do Inferno,

que foi advogado e magistrado, notabilizado embora por uma lírica assombrosa.

Da Guerra dos Emboabas à revolta de Filipe dos Santos, a edificação do arcadismo em Vila Rica, de Cláudio Manuel, o versejo de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora, o insuperável Tomás Antônio Gonzaga e sua inspiradora Marília, as notas de uma busca que somente se realizou após mais de trinta anos do padecimento memorável. A inquietude política de Teófilo Ottoni e Bernardo Pereira de Vasconcelos, trilhando caminhos tão diversos e, ao mesmo tempo, tão importantes. A História da Revolução Liberal de 1842, no relato insuperado do Cônego Marinho, compondo uma saga inesquecível. Cruz e Souza, o Cisne Negro, que deu à loba devoradora dos sonhos, faminta, absconsa um soneto em *Ironia de Lágrimas*; simbolismo que teve correspondência no Solitário de Mariana. Será Alphonsus de Guimaraens o nome de poeta/magistrado a seguir como lume da estrada marcada pelo amor e pela religiosidade, no enlace poético onde as curvas tantas das montanhas não recomendam uma reta como caminho mais curto entre dois pontos.

IV – Cultura mineira no século XX

O século XX não foi, para Minas, o tempo delimitado por duas guerras, mas o fértil momento de conhecer e revelar, como somente em Post-Scriptum, no centenário da Academia Mineira de Letras, se poderia reconhecer. As casas de Alphonsus de Guimaraens e de João Pinheiro, ambas centenárias, são irmãs dedicadas, em campos distintos, a guardar e cultivar ciência e ficção, celebrações do tempo e do espaço, o gênio de um povo sempre a construir. A aridez sincera da alma férrea que brota da Confidência do Itabirano, o fantástico em Murilo Rubião, O menino no espelho, Osvaldo França Júnior, a imperturbável Adélia Prado, Henriqueta Lisboa, a reserva de Milton Campos, os romances históricos de Agripa de Vasconcelos, o Baú de Ossos exposto no Rio de Janeiro, o redescobrimento do barroco, de Antônio Francisco Lisboa e de Mestre Ataíde, tão distantes e tão próximos, os valores plantados para a Nação e repetidos, nos momentos difíceis, por Juscelino e Tancredo.

O estado minerador não renega origem nem vocação, exporta o seu melhor, mas reserva um cadinho para refino e aprimoramento do gosto. E os exemplos são em mancheias, prodigalidade impossível de esgotar.

Hélio Armond Werneck Cortes, alma recolhida, religiosamente mineira, que não se exportou pela escolha ponderada de ser essência guardada. Ainda assim, legou aos admiradores da boa escrita quatro livros atestadores da plúrima diversidade dos seus interesses: romance; poesia; contos e crônicas; ensaio (*O menino e o santo*; *A sombra das personagens*; *Viagem para o reencontro*; *Dantas Mota, poeta de Aiuruoca*). Uma publicação pela AML: discurso de posse (Cadeira 15; patrono Bernardo Guimarães) e de recepção do novo acadêmico (Oscar

Mendes), em 1983. Apreciava escrever em prosa, clarificando conteúdo religioso recorrente, cristianismo filosófico perceptível, romantismo latente. Virtudes como sabedoria, coragem e temperança, jamais lhe faltaram, nos feitos pessoais como profissionais. Seu repouso e lazer estavam em perceber, revolver e expor, como se tudo fosse da própria vida uma oração.

V – O novo leito

Das vinte e oito centúrias do advento de Homero e da aventura de Odisseu, na origem do relato épico do ocidente, matriz de todos os que o sucederam, ao primeiro século de nascimento de Hélio Armond Werneck Cortes, a cultura e a civilização transpuseram terras, mares e oceanos. Não há verdadeiro saber, nem inteligência, que não se ancore em mitos e feitos extraordinários de um passado que forjou valores e exigiu vontade inamovível. Assim, também, Minas e os mineiros, forjados no trabalho, na prudência, na responsabilidade e na liberdade, com vontade insuperável de ser e valer o que os oráculos anteciparam e os sonhos dos inconfidentes buscaram.

Uma nova síntese aguarda tratamento, não nos instrumentos profanos da mais longínqua mistificação, mas no espírito que opera transformação de pessoas e destinos, como nos ensinou aquele sobre quem se escreveu a mais bela e profícuca história, no livro que de comum temos em nossos lares.

Em favor de todos os presentes, acadêmicos e familiares, amigos e companheiros de estrada, a filosofia cristã e o romantismo do homenageado espargem a mesma mensagem. Ser seu intérprete e vocalizador, nesta data e nesta Casa, é tentar reviver seu caráter e sua imagem.



PERFIL DE UM EDUCADOR.*

Elizabeth Rennó

Para que possamos traçar o perfil do eminente Acadêmico Aluísio Pimenta, necessitamos entrar na nomenclatura e na análise dos processos educacionais.

Professor Catedrático de Química Orgânica e Bioquímica, Doutor em Química Orgânica e Biologia, defensor da autonomia universitária, conhecedor profundo dos processos educacionais, representante da cultura brasileira, como professor e autor de projetos nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia apresentados nas Américas, Europa, China e Japão, Aluísio Pimenta condensa em seu currículo a formação e o desempenho de um estadista.

À frente da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade do Estado de Minas Gerais, como Reitor, manteve sua característica humana na solução das vicissitudes ocorridas, solucionando problemas com sua capacidade criadora.

Ministro da Cultura, transmitiu ao país as nuances de seu temperamento e do agir consciente. O espírito mineiro permanece nos valores humanos, assentados na serra que limita seu domínio, com o ferro e o ouro de suas entranhas. Trouxe o sentido da autêntica mineiridade honesta e valiosa para o cargo que honrou.

Destas Minas, que são muitas em uma só, advém a universalidade política e humanística.

Sob a égide de um cultor autêntico do ofício de educador, exemplo dignificante para as gerações futuras, inspirador para estas considerações: Acadêmico Aluísio Pimenta; analisemos alguns aspectos relativos ao exercício educacional.

À exceção da catequese, imposição de uma cultura alheia à realidade tribal primitiva, a história da Educação no Brasil, desde o período colonial, manteve-se em movimento circular condicionado à formação das elites.

Os objetivos eram o apego às formas dogmáticas do pensamento, o fortalecimento da autoridade e a aquisição da erudição, processo em que o primeiro filho herdava a fazenda paterna, o segundo seguia a carreira eclesiástica e o terceiro ingressava nas faculdades portuguesas. Um posicionamento crítico e o desenvolvimento científico ou qualificação para o trabalho, requeridos pela base agrícola em que se assentava a economia do país, servida apenas pelo trabalho escravo, não eram cogitados.

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta, no dia 5 de outubro de 2016.

Das reformas pombalinas ao advento da República, em demanda escolar mais diversificada e voltada para a estratificação social, dominavam as oligarquias em estrutura defasada. Com o Ministério da Educação e a reforma da Universidade brasileira, em 1923, a Lei das Diretrizes e Bases e a lei 5592, há a implantação de cursos técnicos, comerciais, industriais e agrícolas, na reformulação do ensino médio. Não possibilitavam, porém, o ingresso no curso superior e frustravam o desejo do anel de doutor. A profissionalização compulsória do ensino médio foi inviabilizada pelo contexto econômico.

Apesar da política desumana dos vestibulares e Enens e das taxas alarmantes do analfabetismo, firma-se o sistema educacional em bases representadas pelos supletivos, escolas de nível técnico, cursos comunitários, Universidade de 3ª Idade, participação de empresas, proporcionando acesso maior às pesquisas e investigações científicas o uso da informática, e os projetos mantidos por entidades governamentais e particulares.

Sente-se a necessidade de formação de uma consciência crítica, uma metodologia da alfabetização, da participação democratizada da União, adequada à realidade do país, despertando a potencialidade humana.

Surge uma revolucionária terminologia em que as siglas multiplicam-se para denominar projetos inovadores e ineficazes. Uma disciplina indispensável à formação do indivíduo, a *Educação Moral e Cívica*, extinta pelo sectarismo de alguns, tinha como função principal a promoção da conscientização dos valores cívicos, incentivando o respeito à Pátria e às autoridades constituídas, aos símbolos nacionais, enaltecendo os valores morais, é lacuna no currículo escolar.

A necessidade da criação de uma consciência nacional voltada para o incentivo à qualidade da educação é, ainda, a grande proposta do Professor Aluísio Pimenta, quando Reitor da UEMG, e traduz uma exigência da nossa população. Governos e empresários empenhados na formação de recursos humanos pelo investimento na qualidade de um produto, que se deteriora, e na execução de um gradual nivelamento das diferenças sociais possibilitarão o funcionamento do ensino, formal, informal e não-formal.

Disse o Professor e Acadêmico Arnaldo Niskier, cuja informação crítica e analítica assenta-se em vários anos de magistério e mais de 40 livros lançados que *a educação no Brasil não passa de uma demagogia imensa e que as pessoas estão mais preocupadas em inaugurar escolas do que resolver o grande problema nacional: a formação e a remuneração dos profissionais do ensino.*

Que se rejuvenesçam os meios educacionais envelhecidos e desmoralizados por reformas inoperantes e que sejam uma realidade no campo das realizações profícuas e retornáveis em país que deposita a necessidade prioritária na educação e instrução da grande massa de jovens jogados ao sabor das drogas e da marginalidade.

O primeiro passo para a construção da firmeza dos caracteres, base es-

trutural do fortalecimento de uma nação, é ministrar o ensinamento, a educação básica, para que o jovem ou mesmo o adulto seja efetivado no exercício da cidadania plena e consciente.



HOMENAGEM AO PROFESSOR ALUÍSIO PIMENTA*

*Dijon Moraes Junior***

Na qualidade de atual Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, tenho a satisfação de me pronunciar nesta Cerimônia da Academia Mineira de Letras que, em sessão solene, homenageia o professor Aluísio Pimenta.

As qualidades pessoais do professor Aluísio Pimenta explicam a sua grande trajetória de vida: coragem, tenacidade, integridade e disponibilidade para servir como homem público incansável na defesa das causas políticas, educacionais e sociais.

Falar sobre o professor Aluísio Pimenta é discorrer sobre uma vida dedicada às causas sociais, às grandes questões humanitárias, aos direitos humanos, à política e à educação, dentre vários outros valores por ele sempre defendidos. Este último tópico aqui mencionado, o da educação, despontou de maneira especial no projeto de vida deste protagonista múltiplo que operou entre a ciência e a arte, entre a cultura erudita e a popular, entre as tradições regionais e a contemporaneidade global.

Conheci o professor Aluísio Pimenta ainda quando era estudante e ele voltando do exílio que a ditadura lhe impôs por mais de dezessete anos longe do seu país, mas, de forma particular longe de Peçanha, “seu pequeno berço” e da sua amada pátria chamada Minas Gerais: Aluísio Pimenta da luta contra o “Regime Militar” e das “Diretas Já”, corajoso e estoico soldado a favor de seus ideais e de seu povo, líder incontestado entre seus muitos colaboradores seja no Governo de Minas, na ONU através do BID, no Ministério da Cultura, nas Reitorias da UFMG e da UEMG e na Presidência da Fundação João Pinheiro.

Certa vez, quando Ministro da Cultura, por defender a identidade brasileira, foi ironicamente apelidado pela mídia paulista como “O Ministro Broa de Milho”. Mais tarde, afirmou assim aos jornalistas “Nunca me magoei com os jornais de São Paulo. Prefiro um jornal que me ataque a um jornal fechado pela ditadura”.

O professor Aluísio Pimenta nunca deixou de nos surpreender, seja participando de um simples evento promovido por estudantes, realizado com escassos recursos, seja em pomposas solenidades de primeiro escalão de Governo, onde o

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta no dia 5 de outubro de 2016.

** Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais.

sempre presente Aluísio Pimenta se comportava com o mesmo garbo, dando aos eventos em que participava a mesma dimensão de importância.

Isso pode ser comprovado pela quantidade de Diretórios Acadêmicos que levam o seu nome em diversas Faculdades, Centros Universitários e Universidades de Minas e do país, podendo ser destacado o Diretório Acadêmico Aluísio Pimenta da nossa Faculdade de Educação – FaE, em Belo Horizonte, e também o nome do futuro Campus da UEMG a ser construído aqui na capital.

Como grande cavalheiro que foi, na aceção maior do termo, nunca escondeu o seu encantamento e respeito pelas mulheres. Por considerá-las seres especiais, portadoras de inteligência e intuição singulares, fortaleza e também doçura, sempre encontrou maneiras de tê-las em suas equipes de trabalho. E esta, é outra faceta preciosa de sua personalidade: a total ausência de preconceitos, a valorização do ser humano pelo que tem de melhor dentro de si, sem distinção de sexo, cor, credo ou posição social.

O sonho do professor Aluísio Pimenta em ver uma Universidade *multicampi* levando o desenvolvimento e o conhecimento às diversas regiões densas e povoadas, mas desassistidas de ensino superior em Minas, concretizou-se por meio da Universidade do Estado de Minas Gerais, a nossa UEMG, da qual o professor Aluísio Pimenta foi o primeiro Reitor, tendo emprestado seu prestígio e reconhecimento pessoal em nível nacional e internacional para a concepção, crescimento e consolidação desta importante Instituição.

Se hoje podemos falar de uma Universidade com vinte e dois mil estudantes, mil e oitocentos professores, cento e sessenta cursos superiores, presente em dezessete cidades de Minas Gerais, indo do Pontal do Triângulo Mineiro ao Vale do Jequitinhonha, passando pelo Sul, Sudoeste, Zona da Mata e Campos das Vertentes, com diversos programas de mestrado e doutorado e um rico projeto de Pesquisa e Extensão, é porque tivemos na origem um protagonista de primeira ordem que concebeu nossa UEMG com grandeza e altivez.

É interessante notar que o professor Aluísio Pimenta ocupou diversos cargos, como já dito, em Minas, no Brasil e no exterior mas é na UEMG que a figura do professor se torna mais emblemática, como um verdadeiro guia intelectual e espiritual, como um messias predestinado a lutar pelas causas da educação, da cultura e contra as desigualdades existentes entre nossas diversas regiões do Estado. Hoje, setenta e cinco por cento dos estudantes da UEMG são oriundos de escolas públicas de Minas e do Brasil, o que legitima a sua vocação como Universidade plural, pública e gratuita, que propicia oportunidades de acesso e permanência de alunos de diferentes níveis econômicos e sociais aos cursos superiores, incluindo-se os de menor poder aquisitivo.

Professor Aluísio fez, portanto, da educação, e em especial da educação superior, sua arma contra a ignorância e a pobreza. A preservação da sua memória é muito importante para manter acesa a chama e a rota de seu projeto maior,

que consistiu em consolidar, de forma pública e de qualidade, a Universidade do Estado de Minas Gerais, e fazer deste “Ateneu” a verdadeira Universidade de todos os mineiros. Por isso cumprimento, novamente, os membros e dirigentes da Academia Mineira de Letras por esta generosa e oportuna iniciativa.

No período de sua gestão, como Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, e também com sua ampla visão de mundo, o professor Aluísio Pimenta lutou bravamente não só pela sua consolidação, mas, de igual forma, por sua conceituação como *universitas*, no sentido mais pleno da palavra. Assim, no âmbito da UEMG, o professor Aluísio criou, à época, o incipiente e pioneiro Núcleo de Relações Internacionais, para que a Universidade garantisse, no futuro, a sua conexão com as Universidades do exterior. Implantou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, para que a Universidade não se esquecesse das suas raízes africanas e incentivou a participação da mulher em todos os níveis da recém-instituída Universidade, por achá-las excluídas do processo de construção das instituições públicas que projetavam o futuro do Brasil.

Hoje a UEMG tem em vigência cerca de cento e quarenta Acordos e Convênios Internacionais com diversas Universidades do exterior, e Programas de Duplo Título de Graduação com renomadas Instituições europeias.

Ele garantiu também, e o fez de maneira intensa, a presença da Universidade junto à população e à comunidade em geral. Entre os vários programas extensionistas por ele propostos e desenvolvidos, merece especial destaque o “Liberdade Cultural”, apresentação artística semanal, levada a cabo aos domingos, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, com artistas consagrados ou desconhecidos. Hoje promovemos a “Semana UEMG”, onde simultaneamente, em dezesseite cidades mineiras, realizamos mais de seiscentas atividades extensionistas junto à população local onde as suas Unidades Acadêmicas se encontram inseridas.

Por tudo isso, o professor Aluísio permanecerá sempre na memória de todos nós pelo seu vínculo de amor à Universidade do Estado de Minas Gerais; porque, mesmo fisicamente frágil, nunca cessou o seu interesse pela UEMG, razão e causa maior de seu projeto como educador; nunca cessou o seu empenho em torná-la sempre grande, em vê-la como uma força motriz na história de Minas Gerais.

Aluísio Pimenta foi, sem dúvida, um homem de visão. Alguém para além de seu tempo. Um empreendedor, criativo e perseguidor obstinado dos ideais democratas republicanos, mas sobretudo um ativo guerreiro pelo progresso de Minas e do Brasil pela sua arma que sempre foi a educação. O tema educação, tão caro ao professor Aluísio, é, para mim, “a sua referência e a lembrança maior que guardo comigo” e, tenho nestes seus dizeres a chave de interpretação da sua motivação maior:

Só a educação fará do Brasil um país fácil de governar, difícil de dominar e impossível de escravizar.

Interessante notar que esta máxima do professor Aluísio Pimenta se aplica tanto aos tempos remotos quanto aos atuais do Brasil, o que nos demonstra o quão pouco avançamos nesta pauta e o quanto ainda devemos avançar em busca de um modelo educacional que contemple o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior e que venha sustentar o crescimento do nosso país.

À guisa de conclusão, eu gostaria de parafrasear o escritor mineiro Pedro Nava, que dizia: *mineiro é leite do mesmo queijo, milho da mesma espiga e fubá da mesma saca.*

Hoje permito-me acrescentar que nós e o professor Aluísio Pimenta somos páginas do mesmo livro.

Por isso, só poderia dizer em nome de todos os estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes que compõem a comunidade de referência da UEMG:

Obrigado professor Aluísio Pimenta, nosso dileto, sempre e eterno Reitor.

Muito obrigado.



SAUDAÇÃO AO PROFESSOR ALUÍSIO*

*Antonio Carlos de Albuquerque***

*“Pai, o senhor está velho,
já fez o seu tanto...
agora, o senhor vem, não carece mais...
o senhor vem, e eu, agora mesmo,
quando que seja, a ambas vontades,
eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...”*
A Terceira Margem do Rio – Conto de Guimarães Rosa

No trecho citado de Guimarães Rosa, o sentido latente da opção do pai é que haja alguém que ouse desafiar as regras estabelecidas, que proponha o novo, o diferente, o inesperado, num apelo marcado pela urgência.

Um povo, que recorda e aviva figuras que se tornaram beneméritas, no palco ruidoso da vida e dormem o sono da paz, se enobrece e se dignifica.

A morte ao encontrar uma vida pura assemelha-se à noite estrelada posto que, nas trevas da morte, rutilam as virtudes.

O Professor Aluísio Pimenta, no mundo, se não impôs à admiração e à estima pública por outros feitos que não fossem as suas eminentes qualidades morais, os seus límpidos predicados, que a justa fama apregoou sempre, engrinaldando-lhe o nome respeitabilíssimo com a auréola dos mais nobres e elevados conceitos.

Foi brasileiro aguerrido pelos afetos que lhe despertavam o desejo incendiado de ver a sua Pátria próspera, afortunada, que ele amava estremecidamente, com todo o ardor de sua alma generosíssima.

O professor venerando, cujos cabelos alvejaram no nobre serviço da Educação, digno de honra pela plenitude do seu apostolado, caro pelas suas virtudes, precioso na cultura de Minas, serviu de modelo de coragem, de zelo abrasado, de verdadeiro sacerdote, daquele que se sacrifica.

Trago-lhes em ligeiros traços a estatura moral desse venerando mestre, que pensou, trabalhou, lidou pelos ideais do bem do Brasil, e para quem a vida foi uma frágua de labores insanos e um voto ardente pela felicidade do outro.

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta no dia 5 de outubro de 2016.

** Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Ao anoitecer da sua longa existência, penso que Aluisio Pimenta podia repetir a frase veraz de São Paulo: “Eu combati o bom combate, cheguei ao termo da minha carreira, trazendo a fé; só me resta a coroa de glórias que o Senhor reserva para os que O temem e O amam”.

PARA QUE HOUVESSE UM COMEÇO O HOMEM FOI CRIADO

Deixo-me guiar, agora, pelo pensamento de Agostinho, escrito em seu livro a *Cidade de Deus*. Ele nos adverte: “Para que houvesse um começo, o homem foi criado”.

O *homo temporalis*, a criatura temporal, que é mortal, foge ao tempo pelo pensamento. O que eu preciso deixar claro é que não estou suprimindo dados biográficos, mas indicando uma maneira de compreender a imbricação do nascimento, do trabalho e da morte.

Aloisio Pimenta formou-se em Farmácia em 1945 pela Faculdade de Odontologia e Farmácia da UFMG. Em 1947, por concurso, tornou-se docente livre de Química Orgânica e Biológica da Faculdade de Farmácia da UFMG.

Ascendeu de imediato na carreira acadêmica chegando, em fevereiro de 1964, após eleição de lista tríplice, ao cargo de Reitor – o mais jovem até aquele momento. Modernizou o ensino universitário planejando as reformas da Universidade, importantes passos para a implantação do Campus universitário da Pampulha, e lutou pela autonomia universitária.

Entretanto, em fevereiro de 1967, em virtude do sudário do AI – 5 caído sobre os seus ombros foi-lhe imposta a aposentadoria compulsória.

O jovem argonauta traçou logo o caminho que deveria trilhar, convicto à Moral que sempre praticou, intemerato a partir de 1967/1968, esteve como professor visitante no Instituto de Educação da Universidade de Londres;

À luz da fé, a inteligência antevê novos horizontes nos quais serenam as conturbações. É por isso que, de certa feita KANT, o filósofo do criticismo, escreveu:

“Duas coisas há que me enchem a alma de respeito e admiração– o firmamento esmaltado de estrelas, por cima de nós, e a lei moral dentro de nós, reverberando os fulgores da razão, que então se faz consciência”.

É a consciência a própria razão, que se sente forte porque tem a certeza de princípios e leis no meio da agitação do espírito.

Recordando certamente Gonçalves Dias, regressou a Minas a convite do Governador Tancredo Neves e assumiu a Presidência da Fundação João Pinheiro, ocasião em que, juntamente com Jovelino Soares dos Santos, estivemos juntos para falar de um trabalho a ser desenvolvido para o Conselho de Política Financeira para os bancos comerciais estaduais mineiros.

Tornou-se Ministro de Estado da Cultura em 25 de maio de 1985.

Em 1991, assume a reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais, com o desafio de concretizar a sua implantação dois anos após a data da criação.

Ainda em 16 de outubro de 1999, torna-se sócio efetivo do IHGMG, vindo a ocupar a cadeira 89, cujo patrono é Francisco Campos, na gestão de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, então Presidente.

Está resumido o conjunto de labores fatigantes enfrentados por Aluísio Pimenta para atingir o escopo de sua altíssima carreira, nesta gloriosa terra de Minas Gerais.

Para ser apóstolo é necessário ao homem converter a sua alma em vaso transparente, não reter cativa a verdade, falar com a doçura da brisa e possuir o vigor de mártir, advertência escrita por Sinfrônio de Castro, professor, sacerdote e escritor barbacenense. Professor Aluísio Pimenta assim o foi.

Há em nós um sentimento nobilitante: é o patriotismo. Quem o diz é Dom Silvério escrevendo aos prelados diocesanos em suas circulares, outro sol de Minas.

“A Pátria que temos obrigação de servir e defender não é só o solo que pisamos. Ela é um conjunto de realidades que envolvem e prendem o homem em todos os momentos da vida e ainda depois da morte”.

O civismo é atributo de cada um brasileiro, e não apenas do Estado, pois temos a obrigação de prestar à Pátria os misteres que ela de nós exige para sua conservação e honra.

Saúdo o atual Presidente do IHGMG – Dr. Aluizio Alberto da Cruz Quintão que elaborou reflexão curtíssima e criativa sobre a Pátria, no último 7 de setembro, possibilitando aos consócios o necessário dever na sociedade que em tudo se liquefaz, trazendo inúmeras manifestações de muitos de nós posteriormente.

Coragem, Dr. Aluísio!

Aceita, venerável Mestre Aluísio Pimenta, pela tua humildade, pelo teu saber, pelo teu ardente batalhar na Educação, na Ciência e na Cultura e máxime pela constelação das tuas virtudes, aceita a homenagem que te ofereço, no tocoso rendilhado da minha palavra.

Nove de maio de 2016: o seu corpo foi para o cemitério do Bonfim para não se desligar da capital de Minas e será a data que comprova esta união vencedora do tempo. Professor Aluísio Pimenta, de Peçanha. Das Minas e do Brasil.

AOS QUE VÃO NASCER*

*Roberto do Nascimento Rodrigues***

Neste momento conturbado do país, em que a frágil democracia brasileira foi profundamente abalada, intelectuais como o Professor Aluísio Pimenta nos fazem muita falta.

Intelectual humanista, ele foi, antes de tudo, um democrata.

Em 1964, foi nomeado para o cargo de reitor da UFMG pelo presidente João Goulart, poucos meses antes do golpe militar-civil ser consumado.

Sua posição em favor da democracia e da autonomia universitária o colocou em permanente tensão com o governo golpista, cujo desfecho foi a sua aposentadoria compulsória, por meio do AI-5, o que o levou ao exílio por 16 anos.

No seu desterro, distante do Brasil, atuou em várias universidades e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em projetos das áreas de educação, ciência e tecnologia em países da América Latina, Europa e Ásia.

De volta ao Brasil, em 1983, assumiu a presidência da Fundação João Pinheiro, em um momento crítico da vida nacional: o ocaso do regime militar vinha combinado com uma profunda crise econômica, que levou o Estado nacional ao colapso fiscal e financeiro e o país à escalada destrutiva da hiperinflação.

Os acontecimentos o conduziram, em 1989, a se lançar como candidato a vice-presidente do Brasil da chapa liberal encabeçada pelo empresário e deputado federal paulista Guilherme Afif Domingos, na primeira eleição presidencial direta do país desde o fim da ditadura.

Naquele pleito histórico, foi o primeiro a denunciar as tentativas da grande mídia de influenciar indevidamente a disputa eleitoral em favor do candidato Fernando Collor de Mello, que venceu a eleição de 1989, mas teve o mandato abreviado em 1992, em razão de um processo de impedimento.

Nos anos 1990, o Professor Aluísio foi reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) até o final daquela década, quando, finalmente, se aposentou, sem abandonar, no entanto, a sua militância partidária, profissional e intelectual.

Ele nunca foi ideologicamente identificado com a tradição política e intelectual da esquerda, mas se manteve coerentemente alinhado com os

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta no dia 5 de outubro de 2016.

** Presidente da Fundação João Pinheiro.

princípios democrático-liberais e seus ideais humanistas compromissados com a justiça social.

Devo confessar que não sou um profundo conhecedor da obra do Professor Aluísio, mas seus escritos mais visíveis, que ganharam notoriedade por meio da divulgação jornalística, são ilustrativos de suas principais preocupações intelectuais a respeito de um conjunto amplo de problemáticas contemporâneas.

Da leitura desses trabalhos, grande parte deles reeditada em seu livro “Sociedade e Atualidade”, lançado em 2000, podemos extrair algumas importantes inferências.

E vou me atrever, neste momento, a expor a minha interpretação particular e muito literal de algumas dessas formulações do Professor Aluísio, que, embora concisas, são analiticamente profundas.

Em primeiro lugar, cabe reconhecer que as temáticas abordadas por ele em seus artigos de opinião foram muito diversas, abrangendo suas áreas de predileção intelectual, como a educação; a cultura; a questão distributiva da renda e da riqueza; o desenvolvimento econômico e social; a ciência e a tecnologia; e a política internacional, dentre outros assuntos que, ao longo de sua vida, catalisaram seus interesses profissionais e acadêmicos.

Desses escritos, eu sublinharia cinco aspectos suscetíveis de serem extraídos do entendimento formado pelo professor Aluísio acerca do funcionamento normativo das sociedades contemporâneas:

A educação como elemento crucial do desenvolvimento de uma sociedade.

O desenvolvimento da sociedade só é possível em um contexto institucional que assegure a distribuição equitativa da renda e a inclusão social.

Esse progresso econômico e social pode ser alcançado apenas sob a vigência da democracia.

A democracia sempre se faz acompanhar da soberania nacional.

A soberania nacional é concretizada apenas por meio da educação do povo.

É por essa concepção singular de mundo que o professor Aluísio faz falta ao Brasil de hoje, que parece se resignar em ter um sistema econômico capaz de gerar e reproduzir desigualdades em escala ampliada sem paralelo na história e no mundo.

Ouso inserir nessas minhas breves palavras alguns trechos de um poema que, talvez, o professor Aluísio teria recomendado a seus alunos e colegas da UFMG no distante março de 1964 e, provavelmente, arrolaria outra vez em agosto de 2016.

Trata-se de um poema de Bertolt Brecht, endereçado **“Aos que vão nascer”**:

*É verdade, eu vivo em tempos sombrios.
Palavra inocente é tolice.*

*Uma testa sem rugas indica insensibilidade.
Aquele que ri apenas não recebeu ainda a terrível notícia.
Que tempos são esses, em que falar de árvores é quase um crime, pois implica
silenciar sobre tantas barbaridades?
Aquele que atravessa a rua tranquilo não está mais ao alcance de seus amigos
necessitados?*

...

*Vocês que emergirão do dilúvio em que afundamos, pensem, quando falarem de
nossas fraquezas, também nos tempos sombrios de que escaparam.
Andávamos, então, trocando de países como de sandálias, através das lutas de
classes, desesperados, quando havia só injustiça e nenhuma revolta.*

*Entretanto sabemos: também o ódio à baixeza deforma as feições.
Também a ira pela injustiça torna a voz rouca.
Ah, e nós que queríamos preparar o chão para o amor não pudemos nós mesmos
ser amigos.*

*Mas vocês, quando chegar o momento de o homem ser parceiro do homem, pen-
sem em nós com compreensão.*

Termino ressaltando que a visão ideal e normativa do Professor Aluísio pode ser sintetizada em uma única frase, que ele repetia à exaustão, quase como um mantra.

Dizia ele:

*A educação de nosso povo é a grande arma que fará deste país uma nação fácil
de governar, difícil de dominar e impossível de escravizar.*

Repito: é por essa concepção singular de mundo que o professor Aluísio faz falta ao Brasil de hoje.



SERVIDOR PÚBLICO ALUÍSIO*

*Hugo Pereira do Amaral***

Aluísio Pimenta teve uma vida pública extremamente fecunda: professor, reitor, membro de organizações internacionais de planejamento, ministro de Estado da Cultura e, novamente, reitor, sua vida foi feita de dedicação exemplar à promoção do bem comum.

Sua liderança se exercia sem pose e sem artifícios engenhosos. Na verdade, ela se exprimia, espontaneamente, pelo seu próprio exemplo de servidor público que experimentava em si mesmo a imperiosa busca da coerência entre o que se diz e o que se faz.

Penso que para o Professor Aluísio nada lhe era mais estranho do que a eloquência retórica que é, quase sempre, inadequada para exprimir a verdadeira vida, e acolhe e abriga na ênfase a impositação do trivial. Com efeito, tendo sido criado no contexto de uma cultura ainda muito impregnada pelo bacharelismo retórico, sua formação científica aborrecia a ociosidade do discurso enfático.

Demonstrava elevada compreensão das exigências morais que se impõem ao servidor público de uma universidade mantida pelo Estado brasileiro. O nobre título de “servidor público” foi por ele singularmente realçado e enobrecido.

Teria sido, então, o Professor Aluísio Pimenta movido pelo desejo exclusivo e incondicional de somente servir ao interesse geral? Evidentemente que não. Ele era um ser humano e não uma farsa humana. Como todas as pessoas, vale dizer, gente e não estátua monumentalizada de si mesmo, era motivado por múltiplos, algumas vezes contraditórios, interesses.

A ambição, a busca pelo reconhecimento, os erros de avaliação compunham também a tessitura de sua, de nossa ação. A meu ver, a fecundidade dessa experiência se radicou nesta recusa de dissimular nossas pobres existências em virtudes atléticas, vale dizer, sócias da mentira, ocultando, assim, o que havia de falível, de incerto, de equivocado em nossa experiência humana, demasiadamente humana.

O reitorado de Aluísio Pimenta, como se sabe, marca decisiva inflexão na história da UFMG. Em 1964, a Universidade se organizava à maneira de uma confederação de Escolas e Faculdades isoladas que mantinham, entre si, ténue

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta no dia 5 de outubro de 2016.

** Professor.

vínculo acadêmico, ainda que se esboçassem, sobretudo a partir da década de quarenta, iniciativas e projetos capazes de convertê-la numa instituição detentora de predicamentos efetivamente universitários.

No ano de 1963, quando Aluísio Pimenta tomou a decisão de postular sua candidatura ao reitorado, foram realizados, sob sua coordenação, inúmeros estudos, para fixar a linha diretora da reforma da UFMG. Todos seus colaboradores se esforçavam para pensar grande, e ele agia com a grandeza peculiar de um ser generoso. No seu caso específico, não estava interessado em postular uma função para desfrute pessoal, mas estava comprometido com a concretização de um projeto exigente de Universidade.

Há consenso em reconhecer que o Professor Aluísio infundia um entusiasmo, sem falhas, em todos nós que, sob sua liderança, trabalhávamos pela reestruturação da UFMG. A convicção e o empenho que nos mobilizavam fluíam também de um momento de nossa história em que se apostava numa transformação profunda da sociedade brasileira. Parecia possível, por meio de reformas de base, reduzir a odiosa desigualdade que plasmara, historicamente, o Brasil.

Já tínhamos tido, em agosto de 1961, experiência bem sucedida de resistência democrática a uma tentativa de golpe militar que se seguiu à confusa experiência presidencial de Jânio Quatros. E, em seguida, a presidência de João Goulart empenhou-se em colocar na ordem do dia um elenco de reformas estruturais que, implementadas com critério, poderiam dar nova configuração social ao nosso país.

Não vem ao caso relatar as vicissitudes que abortaram esse grande projeto nacional. No entanto, evocá-lo aqui se justifica para boa compreensão do quadro histórico que animava os esforços e as esperanças daquela época.

Em três de fevereiro de 1964, se deu a posse do reitor Aluísio Pimenta. Seu discurso de posse enunciava as grandes linhas de seu reitorado e convocava a comunidade universitária para sua necessária reforma. Os primeiros grupos de trabalho começaram a ser constituídos, e o trabalho se iniciava.

No entanto, esquecíamos de um detalhe: a história brasileira é frequentemente madrasta de si mesma. Em primeiro de abril, a verdade de nossas elites tradicionais se fez presente, através de um golpe de composição militar e civil. A agenda reformista foi, num primeiro momento, substituída por uma caça às bruxas em nome do combate à corrupção e à subversão.

Lembro-me bem dos sentimentos contraditórios que nos dominaram naqueles dias: indignação, espanto, perplexidade, e, no fundo, tristeza e sideração diante do destino adverso.

O golpe foi dado, segundo seus protagonistas, para combater a ação revolucionária do governo do presidente João Goulart. Segundo eles, visava também a preservar a democracia. Dito isso, curiosamente, o movimento se autodefiniu como revolucionário e, para defender a democracia, começou a eliminar muitas de suas garantias fixadas pela Constituição de 1946.

Não se tratava, contudo, de nova versão, tão frequente em nossa história, da piada pronta, mas do início de dolorosa e longa experiência autoritária, que se desdobrou em várias fases.

Há farto registro testemunhal e histórico da experiência da UFMG no decorrer do reitorado de Aluísio Pimenta. Desejo apenas destacar um traço marcante, nesse cenário inesperado, da conduta do professor Aluísio Pimenta.

Como sabemos, contextos de grande polarização são sempre acompanhados por um cortejo de injustiças, mentiras e manipulações sem fim. Aluísio Pimenta deixou claro, logo de início, que a Universidade, sendo instituição de Estado e não de governo, não devia fidelidade a uma usurpação. E, valendo-se do que sobrara da ordem constitucional, pautou sua conduta sem curvar-se aos ditames inaceitáveis da nova ordem.

Em junho de 1964, destituído do reitorado por uma intervenção do comando militar, resistiu com sucesso, tendo contado até mesmo, nessa ocasião, com a solidariedade de membros da universidade que sustentavam o movimento golpista.

Explicitava-se, a meu ver, neste episódio, um traço marcante da personalidade de homem público de Aluísio Pimenta e que me marcou profundamente: a recusa de se encerrar na prisão confortável do maniqueísmo. A capacidade de construir pontes, de se colocar na posição do adversário e, pela persuasão, se possível, alcançar, em certas circunstâncias, um consenso razoável.

Não é posição fácil pois exige a conciliação da retidão de um caráter com a busca da boa vontade que deve animar nossa vida em comum. E não é atitude de fácil entendimento, pois se contrapõe às leis da violência que presidem tão profundamente a vida humana.

Termino aqui essa singela homenagem que presto à memória do saudoso Professor Aluísio Pimenta. No dia de seu sepultamento, diante de seus restos mortais, pensei na significação perene que conferiu à sua fecunda existência, e um sentimento de profundo reconhecimento me invadiu. Com efeito, é pela recordação do passado que a significação de uma vida se torna, novamente, presente. E é bom e consolador que seja assim.



SESSÃO SAUDADE*

Sônia Pimenta**

1. Saudações

Cumprimento as autoridades presentes nesta tarde festiva. O Reitor da UFMG, Jaime Arturo Rodrigues, o Reitor da UEMG, Dijon de Moraes, o Presidente da Fundação João Pinheiro, Roberto Rodrigues, e em especial a querida Professora Emérita Ângela Vaz Leão.

Aos acadêmicos na pessoa da acadêmica Elizabeth Rennó e do querido Acadêmico Olavo Romano (meu ex-professor).

Aos parentes e amigos do professor Aluísio Pimenta e a Wanda, sua companheira nos últimos 14 anos, pela dedicação e carinho com que cuidou dele, especialmente nos últimos 4 anos. E uma saudação especial à Toninha, que cuidou com tanto carinho e profissionalismo do nosso saudoso pai. Uma saudação especial à nossa querida Gu, nossa companheiro de tantas jornadas.

2. Estou aqui hoje falando em nome da família Pimenta. Em nome de minha mãe Ligia (*in memoriam*) e de seus filhos e filhas Sônia, Aluísio César, Cristina e Ricardo, seus netos e netas Paloma, Gabriel, Pablo e Brian, Adriana e Joana, Pedro e Gustavo, meus sobrinhos, Tiago (*in memoriam*) e Luciana, meus filhos, das bisnetas Julliette e Emily June, bisneto Gabriel, e de seus irmãos Lermينو e Arlindo e sua irmã Anita, e seus inúmeros sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, afilhados e afilhadas.

3. Decidimos em conjunto com toda a família falar do homem, do indivíduo Aluísio Pimenta uma vez que os demais falaram do homem público. Utilizarei a primeira pessoa do singular, mas estarei sempre falando em nome de toda a família.

* Sessão da saudade em memória do acadêmico Aluísio Pimenta no dia 5 de outubro de 2016.

** Filha do homenageado

4. A vida pessoal de Aluísio Pimenta:

Me baseio nesta parte nas memórias de toda a família, mas, principalmente, nas reminiscências descritas no livro que seu pai e meu avô Ruy Pimenta escreveu e publicou *UM PAI REALIZADO – Reminiscências*”, sua autobiografia na qual narra sua vida em Peçanha e São Sebastião dos Pintos, hoje, Nelson de Sena. Os dois primeiros filhos do casal Ruy Pimenta e Reduzinda Braga Pimenta foram Ruy Pimenta Filho, o Ruyzinho, e Neuza. Meu avô relata que à época do nascimento de Aluísio – o terceiro, de uma família de 10 filhos – viviam todos em Peçanha. Minha avó Reduzinda era professora e ele viajava comprando e vendendo café. Segundo Ruy Pimenta, “com a gestação da esposa cada vez se adiantando mais, as visitas que fazia à casa em Peçanha passaram a se dar duas vezes por mês, muito embora isso prejudicasse um pouco os negócios. A chegada do novo herdeiro estava programada para agosto”.

O dia do nascimento de Aluísio, 9 de agosto de 1923, em Peçanha: era aniversário do Toquito, diretor da banda de música e, como Ruy Pimenta era membro da banda, compareceu como parte da tocata. O fato de meu avô ser músico e tocar flauta magistralmente influenciou muito meu pai, que criou várias bandas de música Brasil afora e desenvolveu gosto especial por música clássica. Esse interesse o influenciou sobremaneira, ainda mais quando ele e minha mãe foram fazer doutorado em Química Orgânica no Instituto Superiore di Sanità, em Roma, em 1953. Me contou que quando um aluno seu ia para o exterior fazer Doutorado dizia a ele/ela: “a primeira coisa que deve fazer quando chegar à cidade onde vai estudar é assistir a bons concertos, óperas, balés e visitar museus de arte. Depois, comece a estudar”. Em Washington, trabalhou como especialista em Educação no BID, onde aproveitava a tecnologia que começava a se desenvolver para colecionar centenas de fitas de vídeo de aulas de literatura americana, britânica, concertos de piano e de orquestras de todo o mundo. Após 16 anos no exílio, em 1983, retornou ao Brasil para ocupar a presidência da Fundação João Pinheiro a convite do Governador Tancredo Neves. Trouxe consigo o amor pela tecnologia e pela música e construiu em sua casa uma sala especial com acústica adequada para compartilhar com parentes e amigos sua coleção maravilhosa de vídeos e CDs.

Retornando a 9 de agosto de 1923, segundo meu avô Ruy, por volta das 8 horas da noite, na cidade de Peçanha, no aniversário de Toquito, o diretor da banda de música da cidade, um portador o chamou com urgência. Minha avó Zinda entrara em trabalho de parto. Vovô Ruy passou na farmácia para pegar medicamentos usuais para um parto daquela época e buscou o médico que estava em sua residência. Descreveu também Ruy Pimenta em seu livro: “Às 9 horas da noite veio ao mundo meu terceiro filho a quem demos o nome ‘Aluísio’, em homenagem ao escritor de estética naturalista Aluísio de Azevedo”, que Ruy muito admirava. Ele possuía todos os livros de Aluísio de Azevedo em casa. “O corti-

ço”, “O mulato”, “Casa de pensão”, dentre outros. Durante sua infância, meu pai sofria de crises de bronquite. Era fraco pequeno e muito louro, o que o levou a ter o apelido de Anu Branco. Em um dia de grande crise de bronquite e febre alta foi cuidado por um médico prático, que descobriu que ele estava com sarampo. Depois do grande susto, decidiram batizá-lo, ainda convalescente, em domicílio, aproveitando a oportunidade da estadia do Padre Davino, que foi também seu padrinho, já que a família era muito religiosa.

Em 1925, conseguiram uma casa em São Sebastião dos Pintos, onde meu pai passou grande parte de sua infância. Sua mãe professora e o pai dono de farmácia. Era nessa farmácia que meu avô mantinha seus livros naturalistas, que eram proibidos para crianças e adolescentes. Meu pai ia à farmácia e pegava os livros escondido. Contou-me várias vezes que devorava os livros, muitas vezes à luz de lamparina. Foi a partir daí que tomou gosto pela leitura, o que influenciou para o resto de sua vida. Esse fato foi mencionado quando foi empossado na cadeira da Academia Mineira de Letras, em 1996.

Para fazer o curso ginásial, foi para Peçanha e depois para um colégio interno, em Conceição do Mato Dentro. Aos 17 anos, mudou-se para Belo Horizonte para estudar Farmácia. Ainda com 17 anos, passou a lecionar em vários colégios começando, assim, sua trajetória de professor e, posteriormente, homem público. Em relação a São Sebastião dos Pintos gostaria de mencionar uma mensagem que recebi de Dalmo Andrade, que reside ainda na cidade. “ O Acadêmico Aluísio Pimenta, filho ilustre de São Sebastião dos Pintos, nunca nos esqueceu em nossas dificuldades e sempre marcou presença em todas as ocasiões. Lealdade e companheirismo sempre foi seu lema.”

5. Nossa infância, adolescência e vida adulta com nosso pai Aluísio Pimenta

Mesmo muito assoberbado com o trabalho, sempre foi um marido, pai e avô muito presente em nossas vidas. Em nossa infância em Belo Horizonte, dedicava seus fins de semana à família e aos nossos momentos de lazer. Aos domingos, após participarmos da missa das crianças às 8h da manhã, no Convento dos Irmãos Dominicanos, íamos para o clube da Lareira criado por ele, tio Ruy e vários amigos, entre eles o saudoso José Nunes Braga, seu colega desde o ginásio em Peçanha até o Curso de Farmácia na UMG. Deliciávamos-nos na enorme piscina, campos de vôlei e futebol com os primos e primas filhos do tio Ruy. Visitávamos também nossos avós maternos e paternos. Todo verão passávamos pelo menos 15 dias em alguma praia no estado de São Paulo, o que não era usual na época, mas ele fazia questão de nos proporcionar esses passeios. Em 1968, não foi reconduzido reitor da UFMG, apesar de ter sido escolhido o primeiro da lista tríplice. Foi o reitor mais jovem da UFMG, com 39 anos. Há alguns meses, pouco

depois de seu passamento, participei de uma reunião com o atual reitor Jaime e me emocionei ao rever seu quadro na galeria de ex-reitores, com os olhos muito verdes e cabelos muito negros. Nossa vida passou em minha cabeça como um filme. No exterior, a partir de 1968, em Londres nos fins de semana nos levava aos maravilhosos museus da cidade. Em Santiago, do Chile e em Washington, o mesmo incentivo a frequentar museus, ir a concertos, balés e ler bons livros. Na capital americana, tivemos o privilégio de frequentar ótimas Universidades. Tornou-se avô em 1976 com o nascimento de Paloma, sua primeira neta, que seguiu os passos dos avós e é PhD em Química, residindo e trabalhando na Empresa Colgate em Nova Iorque. Como avô, deu o mesmo incentivo que tivemos para os estudos e a cultura. Posteriormente, seu neto Pedro formou-se em Farmácia, seguindo a mesma trajetória.

Lembro-me que, ao voltar ao Brasil em 1983, todos os sábados levava meu filho Tiago – que completaria, no dia de hoje, 5 de outubro, 37 anos – a um *shopping* para comprar livros e CDs a fim de completar a coleção que possuía em sua casa.

Papai era uma pessoa que não reclamava nunca da vida. As únicas vezes que o vi triste foi quando seus pais e seu irmão Antônio faleceram e estava proibido de vir ao Brasil por causa da ditadura militar. A outra ocasião foi no passamento de meu filho Tiago. Eram tão amigos e companheiros que trocavam confidências. Papai me contou que perguntou a Tiago, à época adolescente: “Você já namora?” e Tiago respondeu: “Não, vô, hoje a gente fica!” E meu pai disse: “Vivendo e sempre aprendendo com os netos, filhos, sobrinhos e jovens”. Foi companheiro de minha mãe Ligia na saúde e na doença, nas alegrias e nas tristezas até o último dia de sua vida. Aprendemos com ele muitas coisas boas, sua generosidade, companheirismo, dedicação e amor, sempre imensos. Desde a infância nos deu proteção, segurança e carinho. Na adolescência nos deu a possibilidade de escolha, nos transmitiu força, lealdade e cumplicidade. Mostrou-nos a importância de sermos socialmente participativos, de valorizar os estudos, o trabalho, a música e todas as artes, mas principalmente de irmos ao encontro da conquista de nossos sonhos. Papai nos ensinou a respeitar e aprender com as diversidades culturais; a lutar contra a exclusão econômica, as desigualdades sociais, de gênero, de raça e outras. Um ser humano de inteligência emocional excepcional. Um educador nato, inclusivo – defensor da educação emancipatória e dos direitos humanos, da liberdade de expressão e do protagonismo jovem. Uma pessoa simples e complexa, mas apaixonante. Agradecemos o seu apoio incondicional nas nossas escolhas pessoais e profissionais. Sem seu apoio e da mamãe não teríamos chegado até aqui. Obrigado, pai. Seus filhos Sônia, Aluísio Cesar, Maria Cristina e Ricardo.

Para concluir o que acabamos de agradecer, gostaria de recitar uns versos do poeta Castro Alves. Papai declamava para nós o poema “Navio Negrei-

ro”, bastante longo, na íntegra. Castro Alves era um poeta baiano do século 19 (1847-1871), terceira geração de poetas, conhecido como o Poeta dos Escravos. 1. poesia lírico-amorosa onde a mulher aparece real e sensual 2. Poesia social-liberdade, justiça, campanha contra a escravidão. Navio Negreiro faz da poesia social contra a escravidão. O poema demonstra as preocupações sociais de nosso pai. O poema é muito longo. Papai o recitava todo. Escolhemos alguns versos do início do poema e da parte V a última parte: *I ‘Stamos em alto mar em pleno mar... Doudo no espaço. Brinda o luar – dourada borboleta. E as vagas após eles correm... cansam como turba de infantes inquietos.*

Parte V: *Vozes d’África – recria poética da cena: Senhor Deus dos desgraçados. Dizei-me Vós, Senhor Deus. Se a loucura... se é verdade tanto horror perante os céus?! O mar, porque não apagas co’a esponja de tuas vagas, de teu manto este borrão? Astros! Noites! Tempestades! Rolai das imensidades! Varrei os mares, tufão!*

Quem são estes desgraçados? Que não encontram em vós mais que o rir calmo da turba? Que excita a fúria do algoz? Quem são se a estrela se cala; se a vaga à pressa resvala, como um cúmplice fugaz, perante a noite confusa... dize-o tu, severa musa libérrima, audaz. São os filhos do deserto, onde a terra esposa a luz. Onde vive, em campo aberto. A tribo dos homens nus... São os guerreiros ousados, que com os tigres mosqueados combatem na solidão. Ontem simples, fortes, bravos. Hoje míseros escravos. Sem luz, sem ar, sem razão...

São mulheres desgraçadas. Como Agar o foi também: Que sedentas, alquebradas, de longe... bem longe vêm... Trazendo com túbios passos Filhos e algemas nos braços. N’alma – lágrimas e fel... Como Agar, sofrendo tanto, que nem o leite de pranto, tem que dar para Israel.

Lá nas areias infndas. Das palmeiras no país, nasceram crianças lindas, viveram moças gentis. Passa um dia a caravana. Quando a virgem na cabana. Cisma da noite nos véus... Adeus, ó choça do monte... Adeus palmeiras da fonte, adeus, amores... adeus...

Depois, o areal extenso. Depois, o oceano de pó. Depois no horizonte imenso. Desertos... Desertos só... E a fome, o cansaço, a sede. Ai! quanto infeliz que cede, e cai p’ra não mais se erguer, Mas o chacal sobre a areia. Acha um corpo que roer.

Ontem a Serra Leoa. A guerra, a caça ao leão. O sono dormido à toa. Sob as tendas da amplidão. Hoje o porão negro, fundo, infecto, apertado e imundo.

E o sono sempre cortado. Pelo arranco de um finado, e o baque de um corpo ao mar.. Ontem plena liberdade, a vontade por poder... Hoje, cúm'lo de maldade; Nem são livres p'ra morrer.... Prende-os à mesma corrente – férrea, lúgubre serpente – nas roscas da escravidão. E assim zombando da morte dança a lúgubre coorte. A som do açoite... Irrisão...

Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus, se eu deliro, ou se é verdade tanto horror perante os céus!! Ó mar, porque não apagas co'a esponja de tuas vagas do teu manto este borrão? Astros! Noites! Tempestades! Rolai das imensidades, varrei os mares, tufão! [...]"

Obrigada, Academia Mineira de Letras, por ter tornado Aluísio Pimenta imortal!

A Família Pimenta.



ANGÚSTIA E A POROSIDADE DAS FRONTEIRAS*

Ivete Walty**

Comemorando e rememorando os 80 anos de publicação do livro *Angústia*, de Graciliano Ramos, torna-se interessante retomar alguns comentários feitos pelo próprio autor, em *Memórias do cárcere* (1987), sobre o livro e sua recepção. Considerando que o autor, no momento da publicação, encontra-se preso por determinação do governo Vargas, importa ressaltar como o romance atravessa as paredes da prisão, reencenando espaços de Maceió no ato da escrita:

“(...) o Farol, o Aterro, a praia, coqueiros e navios repisados no último romance, inédito, feito aos arrancos, com largos intervalos. Certas passagens desse livro não me descontentavam, mas era preciso refazê-lo, suprimir repetições inúteis, eliminar pelo menos um terço dele. (RAMOS, 1987, p.41, v. 1)

Esboça-se uma relação entre o narrador do romance e o escritor, criando laços também entre tempos diversos:

“O rótulo de tintas vivas, colado ao vidro, forçava-me a um lento recuo no tempo. A sala de jantar da minha casa em Pajuçara reconstituía-se. Era noite. Sentado à mesa, entranhava-se na composição de largo capítulo: vinte e seis dias de esforço pra matar uma personagem, amarrar-lhe o pescoço, elevá-la a uma árvore, dar-lhe aparência de suicida. Esse crime extenso enojava-me. ((RAMOS, 1987, p.184, v.1)

A escrita é encenada rompendo outra barreira, agora entre a ficção e a vida:

O meu Luís da Silva era um falastrão, vivia a badalar à toa reminiscências da infância, vendo cordas em toda parte. Aquele assassinato, realizado em vinte e sete dias de esforço, com razoável gasto de café e aguardente, dava-me impressão de falsidade. Realmente eu era um assassino bem chinfrim. O delírio final se atamancara numa noite, e fervilhava de redundâncias. Enfim não era impossível canalizar esses derramamentos. O diabo era que no livro abundavam desconexões, talvez irremediáveis. ((RAMOS, 1987, p.42, v.2)

O autor apontando elementos fragmentários e redundantes da narrativa, resume-a em sua impossibilidade de ser resumida. A escrita vai riscando a arriscando a produção e a recepção da obra, indiciando pistas de leitura:

* Aula proferida da Universidade Livre da AML no dia 20 de outubro de 2016.

** Professora PUC-Minas/CNPq.

Não me arriscaria a trazer para o cubículo, por intermédio de minha mulher, o romance falho. Embora ele valesse pouco, era-me desagradável perdê-lo. (...) Ali a personagem central estava parada, revolvendo casos bestas, inúteis: um sujeito a aporrinhar-se porque uma fêmea safada lhe fugia das garras, outro a encher dornas, uma criatura cansada a lavar garrafas. Onde me haviam aparecido aquelas duas figuras, um homem triste a encher dornas, uma mulher a sacolejar-se em ritmo de ganzá? Bem, anos antes, quando eu metia preposições em telegramas, consertava sintaxe na Imprensa Oficial, via lá embaixo, sob um telheiro, o indivíduo magro a mover-se entre pipas, a encher dornas, a mulher sacudindo-se, lavando garrafas. Perto, montes de lixo e cacos de vidro. Essas coisas se repetiam no livro om insistência irritante. ((RAMOS, 1987, p.275, v.1)

Na casa de correção, o romancista recebe o livro impresso e julga-o com o rigor que caracteriza seu trabalho:

Enfim o romance encencado veio a lume, brochura feia de capa azul. A tiragem, de dois milheiros, rendia-me um conto e quatrocentos e esta ninharia ainda significava para mim grande vantagem. (...)

A leitura me revelou coisas medonhas: pontuação errada, lacunas, trocas horríveis de palavras. A datilógrafa, o linotipista e o revisor tinham feito no livro sérios estragos. Onde eu escrevera opinião pública havia polícia; remorsos em vez de rumores. Um desastre. (RAMOS, 1987, p.252, v.2)

Além disso, comenta as primeiras leituras do texto, como a da colega de prisão, *Nise da Silveira*, comparando-as com a sua própria:

Contudo, alguns leitores faziam vista grossa aos defeitos e me condenaram firmes o pessimismo. Nise interrompia o crapaud, esforçava-se por mostrar na minha narração capenga belezas que eu nem de longe percebia. Certa manhã Eneida saiu do cubículo e avizinhou-se de mim, pálida, os olhos fundos:

– Li o teu romance de cabo a rabo, e não dormi um instante, apanhei uma insônia dos diabos. Pavoroso! ((RAMOS, 1987, p.252, v.2)

Remete ainda o leitor à repercussão do livro nos jornais:

“Vi nos jornais cinco ou seis colunas a respeito do caso triste, em geral favoráveis. Não diziam grande coisa. Limitavam-se a jogar louvores fáceis, pareciam temer ferir-me apontando os erros, como se fosse um estreante, e desviavam-se da matéria. Arriscara-me a fixar a decadência da família rural, a ruína da burguesia, a imprensa corrupta, a malandragem política, e atrevera-me a estudar a loucura e o crime. ((RAMOS, 1987, p.253, v.2)

Outra vez apresenta traços do romance que reputa como “caso triste”, expressão que, como o “pavoroso”, usado por Eneida, torna-se ambígua porque refere-se ao livro e seus possíveis defeitos, mas também à situação do país aí encenada, em um jogo entre o privado e o público, sempre na travessia de paredes.

Em função de tal travessia, marcada pela porosidade das fronteiras, importa-nos remeter a Bákhtin e outros teóricos que mostram como a literatura

encena a linguagem, construindo uma imagem do processo mental que a sustenta, para mostrar como o romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, teatraliza tal processo.

Não por acaso, da imagem do muro e/ou da parede, recorrente no texto, pode-se fazer um operador de leitura marcado pelo paradoxo: aquilo que separa, une. A porosidade das fronteiras abarca a relação entre Luís da Silva e o outro, representado por todos os personagens que cruzam o texto; entre a casa e a rua, entre o rural e o urbano, entre a lei e o crime, entre o íntimo e o público, entre a língua popular e a literária.

Em relação ao primeiro elemento, Lúcia Helena, trabalhando com a ideia de duplo, mostra como Julião Tavares, objeto de aversão e admiração, seria uma face do narrador. Diz a autora:

De costas para o rival, vê no espelho refletida não a sua imagem aparente, mas a do seu avesso que ele quer ignorar e desprezar, porque, não sendo ele, esta imagem representa tudo aquilo que intimamente deseja alcançar e não consegue. (HELENA, 1983, p.66)

Se contrapomos, no entanto, essa duplicidade com outra cena de espelhamento como a dos vagabundos, podemos asseverar que não se trata apenas de explicitação de conteúdos latentes presentes no inconsciente de Luís da Silva, mesmo porque a ideia não é de superfície e profundidade, tudo está à tona do texto, girando recorrentemente, seja para positivar, seja para negar. Não sem razão, o segundo parágrafo do livro já alude aos vagabundos:

Há criaturas que não suporto. Os vagabundos, por exemplo. Parece-me que eles cresceram muito, e, aproximando-se de mim, não vão gemer peditórios: vão gritar, exigir, tomar-me qualquer coisa. (RAMOS, 1983, p.7)

Em outras cenas, são outros os que vão lhe dar ordens, o chefe da repartição, por exemplo: “*Estava tão abandonado neste deserto... só se dirigiam a mim para dar ordens*” (p.26)

Luís da Silva, seja recusando estar com o outro, seja submetendo-se a ele ou perdendo-se no meio deles, espelha, mais que desejos íntimos a se oporem a normas e condutas sociais, o jogo experiencial da linguagem, marcado pelo movimento parabólico e recursivo (MORIN, 2001, 2003). A imagem do delírio condensa essa organização textual em que tudo é começo e fim:

16384. Um colchão de paina. Milhares de figurinhas insignificantes. Eu era uma figurinha insignificante e mexia-me com cuidado para não molestar as outras. 16384. Íamos descansar. Um colchão de paina.” (RAMOS, 1983, p. 235)

Luís Bueno, em arguta análise de *Angústia* no contexto do romance de 30, mostra, como vivendo entre duas ordens político-sociais, “*para Luís da Silva (...) absolutamente todos são o outro (...)*”. “*O mesmo não há, só o outro*” (BUENO, 2009, p. 636)

Rogério Silva Pereira, em tese de doutorado sobre o romance de Graciliano Ramos, discute o lugar de Luís da Silva como intelectual entre duas ordens. Conclui, no entanto, que Luís da Silva, intelectual impossibilitado de falar, mudo como o papagaio de Vitória, opera uma revolução privada e leva para seu colchão de nuvens somente os vagabundos, daí excluindo o avô e o pai e sua ordem opressiva. Diz Rogério Silva, referindo-se à imagem do sururu utilizada por Luís da Silva em sua autoimagem:

A imagem do sururu, o mexilhão de Alagoas com que Luís da Silva se compara (...), mais do que representar um homem fechado em si mesmo, serve para marcar essa reclusão na intimidade e na vida privada – entendida como oposta à vida pública. (PEREIRA, 2003, p.175)

Se em lugar de nos fixarmos no personagem/narrador Luís da Silva como figura autônoma, tomamo-la como estratégia textual, enunciador construído pelo autor com faces diversas, sempre no jogo entre o eu e o outro, podemos perceber, justamente por isso, que, como observa Luís Bueno, Graciliano Ramos “logra a mais bem-acabada fusão entre vida íntima e vida social que o romance de 30 foi capaz de urdir” (BUENO, 2009, p.641). Na verdade, não se trata de fusão, pois nenhuma das duas instâncias se apaga do início ao fim da trama romanesca. Trata-se, sim, de uma intercorrência. Isso porque o texto se constrói como um processo de cruzamento de histórias e de trajetórias, concretizando o que Doreen Massey (2008) conceitua como espaço, essa construção relacional, aberta, múltipla, não acabada e sempre em devir, marcando-se pela coetaneidade. Nesse sentido, Graciliano Ramos move-se em rumo contrário à tendência aplainadora da modernidade, pois a história de Luís da Silva não é apenas sua, de Marina e de Julião Tavares, nem só de seu avô, pai, Quitéria e outros a ele diretamente ligados, mas também da mulher que lava garrafas e do homem que enche as dornas, da prostituta da rua da Lama ou da grávida em quem esbarra na rua. Histórias de proprietários de terra com nome e sobrenome ao lado daquelas de anônimos, de autoridades como os desembargadores e de criminosos, trajetórias de comerciantes e capitalistas atravessadas por vagabundos e andarilhos. Não se faz necessário nomear aqui essas várias histórias e trajetórias, importa antes mostrar algumas estratégias que confirmam esse movimento de interseção, esse cruzamento de parábolas, que faz divergir espaços e temporalidades rompendo com a força centrípeta de um modelo único.

Retomemos, então, a figura do muro e/ou da parede para percebermos como, paradoxalmente por meio dessa imagem de limite se processam tais interseções, levando o íntimo e o público a dialogarem recursivamente no texto, tanto no espaço como no tempo.

A relação de D. Rosália e o marido viajante ilustra um dos aspectos do íntimo que se faz público, não só porque a atividade sexual atravessa as paredes do quarto com seus ruídos, mas porque atravessa também as paredes do eu a se exhibir em desejos:

“Estávamos os três na mesma peça, eu rebolando-me no colchão estreito, picado de pulgas, respirando o cheiro de pano sujo e esperma, eles agarrados, torcendo-se espumando, mordendo-se. Aquilo ia prolongar-se por muitas horas. Depois o silêncio, o cansaço, a luz da madrugada, o sono, a parede, nos afastariam. (RAMOS, 1983, p. 106)

Não havia regulamento, nem janela, nem mostruário. O que havia eram duas camas próximas.” (RAMOS, 1983, p. 107)

O que se passava na cama de D. Rosália era quase público (...). (RAMOS, 1983, p. 108)

Assim como na infância, da escola Luís via a casa defronte, atravessando-a com seu olhar, na idade adulta ouve os ruídos da cena de sexo, vivenciando-a. Além daquele que aquele que vê, como observa Luís Bueno, o narrador exercita os sentidos da audição e do olfato para aproximar instâncias de ordens diversas. As cenas do banho de Marina ilustram com propriedade esse mesmo movimento:

O banheiro da casa de seu Ramalho é junto, separado do meu por uma parede estreita. Sentado no cimento, brincando com a formiga ou pensando no livro, distingo as pessoas que se banham lá. Seu Ramalho chega tossindo, escarrega e bate a porta com força. (...) D. Adélia vem docemente, lava-se docemente e canta baixinho: – “Bendito, louvado seja...”. Marina entra com um estouvamento ruidoso. Entrava. Agora está reservada e silenciosa, mas o ano passado surgia como um pé-de-vento e despia-se às arrancadas, falando alto. (...) Em seguida mijava. Eu continha a respiração e aguçava o ouvido para aquela mijada longa que me tornava Marina preciosa. (RAMOS, 1983, p.138)

Os ruídos configuram ações; percebe-se o arrancar de botões, o ato fisiológico ou mais tarde o cuspe, as apalpadelas no ventre e nos seios intumescidos pela gravidez.

Outra parede, outro muro se concretiza como suporte da frase revolucionária: *“Proletários, uni-vos.” Frase essa que para o narrador “seria copiada a carvão no muro de uma igreja de arrabalde.” (RAMOS, 1983, p.170)* Nesse sentido, faz-se interessante recorrer a Benjamin em sua referência às ruas:

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, as tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa ou melhor que o quadro a óleo no salão do burguês; os muros com ‘défense d’afficher’ (proibido colocar cartazes) são sua escrivania, as bancas de jornal, suas bibliotecas. (BENJAMIN, 1989, p. 194)

Veja-se que o muro do bairro sujo, cheio de lixo, morada de maloqueiros e “crianças barrigudas e amarelas” faz-se cartaz a incitar ações políticas. Mas,

mais do que isso, registra uma sintaxe outra: “Isto era escrito sem vírgula e sem traço, a piche. Que importavam a vírgula e o traço?” (RAMOS, 1983, p.170). Inicialmente ressalta-se a oposição entre o narrador e os revolucionários e sua sintaxe desregulada. Essa contraposição, porém, é rasurada na medida em que aquele que diz ter-se afastado dos vagabundos por sua língua escrita cuidada e regulada se interroga sobre seu lugar no mundo:

Aquela maneira de escrever comendo os sinais indignou-me. Não dispenso as vírgulas e os traços. Queria fazer uma revolução sem vírgulas e sem traços? Numa revolução de tal ordem não haveria lugar para mim. Mas então?

– Um homem sapeca as pestanas, conhece literatura, colabora nos jornais, e isto não vale nada? Pois sim. É só pegar um carvão, sujar a parede. Pois sim. Moisés que se arranje. (RAMOS, 1983, p.170-171)

O intelectual que já questionara sua função de escritor de encomenda, de frases certinhas e bem arranjadas no papel, é ironicamente colocado diante do muro que o interpela: quatro interrogações, ao lado de duas vezes a expressão “pois sim” evidenciam a possibilidade de outra sintaxe, de outra ordem social. O mesmo mecanismo pode ser verificado em *Memórias do cárcere* na cena relativa à sintaxe dos paranaenses a incomodar o escritor prisioneiro. Se o movimento da narrativa, tanto no referido livro, como no aqui analisado, prima pelo jogo entre atração e repulsão, confirma-se o diálogo entre as sintaxes possíveis, entre as ordens sociais possíveis.

A esse respeito, vale deter-nos sobre a imagem do parafuso também intermitente na narrativa. Ao contrapor-se aos vagabundos ressaltando a impossibilidade de diálogo entre eles e culpando a literatura por isso, o narrador registra a interrupção de algumas trajetórias, daqueles “mortos nos hospitais, nas cadeias, debaixo dos bondes, nos rolos sangrentos das favelas.” (p.118). É então que faz sobressair a imagem do parafuso:

Alguns, raros, teriam conseguido, como eu, um emprego público, seriam parafusos insignificantes na máquina do Estado e estariam visitando outras favelas, desajeitados, ignorando tudo, olhando com assombro as pessoas e as coisas. Teriam as suas pequeninas almas de parafusos fazendo voltas num lugar só. (RAMOS, 1983, p.118)

Mais uma vez o questionamento atinge o eu e o outro, o narrador e o escritor em sua constante interrogação sobre seu lugar social. Mais do que isso, no entanto, o que se observa é que as voltas do parafuso na narrativa nunca estão em um lugar só, antes configuram-se como um movimento espiralado, em que o que volta, mesmo que semelhante, nunca é igual. É o mesmo movimento narrativo estrategicamente utilizado pelo autor, quando faz o narrador se pintar como uma das criaturas encaracoladas “*que, tendo corrido mundo, se resignam a viver num fundo de quintal. Olhando canteiros murchos, respirando podridões, desejando um pedaço de carne viciada?*” (RAMOS, 1983, p.119)

Daí a importância de se examinar com mais cuidado o quintal e o lixo em sua relação com a rua, outra contraposição que parece opor privado e público, quando, na verdade os aproxima. O quintal da Rua do Macena contém, metafórica e metonimicamente, elementos da vida íntima do narrador, da família, da repartição, da vida sócio-econômica.

O meu horizonte ali era o quintal da casa à direita: as roseiras, o monte de lixo, o mamoeiro. Tudo feio, pobre, sujo. Até as roseiras eram mesquinhas: algumas rosas apenas, miúdas. Monturos próximos, águas estagnadas, mandavam para cá emanções desagradáveis. Mas havia silêncio, havia sombra. (RAMOS, 1983, p.40)

Outra vez a cerca não é suficiente para separar o cá e o lá, o eu e o outro; os sentidos captam o lixo, seu cheiro, aproximando-os. Além da casa de Marina e tudo que ela significa de atração e repulsa, há a mulher que lava garrafas e o homem triste que enche dornas, o jogo de gato e rato, há o dinheiro enterrado de Vitória. Tudo isso representa metonimicamente as relações sociais e o próprio sistema capitalista, além de conter as rasuras desses relacionamentos e os germes da revolução.

Bom lembrar com José Carlos Rodrigues (1995) que o lixo ameaça, não apenas pelo risco de doenças, mas principalmente por sua natureza disforme, inclassificável e incontrolável. No lixo está a desordem que, paradoxalmente, contém a ordem representada em seus restos; justamente como a sintaxe sem vírgulas e traços. Na cena do que seria o delírio final tais elementos se aproximam mais marcadamente, não por acaso em superposição com a imagem da parede:

Moisés levantava-se, despedia-se. Eu escondia as mãos na coberta, enrolava o pano debaixo do queixo e tremia, pedia-lhe com os olhos que não me deixasse só entre aquelas paredes horríveis. Agora Moisés havia me abandonado, e eu batia os dentes como um caititu. As paredes cobriam-se de letreiros incendiários, de lágrimas pretas de piche. As letras moviam-se, deixavam espaços para serem preenchidos. Estava ali um tipógrafo emendando a composição. E o piche corria, derramava-se no tijolo. Ameaças de greves, pedaços da Internacional. Um, dois... Impossível contar as legendas subversivas. Havia umas enormes, que iam de um ao outro lado do quarto; umas pequeninas, que se torciam como cobras, arregalavam os olhinhos de cobras, mostravam a língua e chocalhavam a cauda. As letras tinham cara de gente e arregaçavam os beiços com ferocidade. A mulher que lava garrafas e o homem que enche dornas agitavam-se na parede como borboletas espetadas e formavam letreiros com outras pessoas que lavavam garrafas, enchiam dornas e faziam coisas diferentes. (RAMOS, 1983, p. 233-234)

A longa citação justifica-se por resumir a reflexão aqui conduzida, já que a parede do quarto encena o processo da escrita, seu jogo recursivo, na medida em que letras e personagens já não se distinguem como os elementos do lixo. Tudo se deforma, ressaltando outro traço da narrativa, seu traço expressionista.

O piche que escorre, misturando letras e faces, concretiza a alteração do traço antevisto na percepção dos pés do pai morto ou das ancas de Marina por trás da cerca do quintal, projetando as “*sombras que se misturam à realidade e (me) produzem calafrios*” (RAMOS, 1983, p.7). O mundo “empastado e nevoento” contém os enforcamentos vividos e imaginados com suas cobras e cordas, ou seja, todas as histórias retalhadas, todas as trajetórias em interseção.

A imagem da grávida, de “barriga monstruosa” sintetiza bem esse traço expressionista: “*Agora havia duas imagens distintas: uma barriga que se alargava pela cidade e a mulher que mostrava apenas um pedaço de cara.*” (RAMOS, 1983, p.137). Mais do que a contra-face de Marina ou da própria mãe, interessa-nos ressaltar o jogo narrativo a aproximar intermitentemente imagens distintas, em um movimento de ordem e desordem, nomeação e anonimato, alienação e revolução, íntimo e público. Movimento este que pode ser relacionado ao que Doreen Massey, citando Jean-Luc Nancy, mostra justamente como a noção do político advém de “*uma comunidade sofrendo, conscientemente, a experiência de seu compartilhamento*” (MASSEY, 2008, p. 219).

Nesse sentido, apontar o caráter expressionista da obra como derramamento do íntimo sobre a realidade, seria, mais uma vez, fixar na personagem narradora e não na elaboração textual. Pode-se falar de expressionismo sim, mas há que se quebrar a dicotomia entre interior e exterior, mudando o conceito de realidade. A anamorfose reforçada pela nebulosidade, pela fragmentação, pela intermitência mostra antes o processo cognitivo humano via linguagem em sua organização da realidade, sempre construída. Assim, não há prioridade do íntimo, já que este não se separa da ordem social em toda a sua complexidade. Importa, pois, realçar, usando as palavras de Maria Luiza Ramos, que “a luta contra a burguesia foi também um dos temas comuns na pluralidade de frentes abertas do expressionismo, que se afirmou desde o início como um movimento essencialmente político” (RAMOS, 2000, p.197). Assim, mais do que “a aspiração de se manifestar o interior do eu” (RAMOS, 2000, p.198), o que contrariaria a concepção de linguagem com que aqui se trabalha, interessa-nos apontar no caráter expressionista da narrativa o jogo entre realidade e fantasia, lembrando com Barthes que a fantasia não é o contrário de racional e lógico (Cf. Barthes, 2003, p.10).

Graciliano Ramos mostra, pois, como o íntimo é parte integrante da ordem social, o caos parte integrante do cosmos. Por isso mesmo, a cidade, ordem em que se insere o país no momento de enunciação do livro em questão, exhibe irreversivelmente a relação eu/outro, sua natureza política na difícil natureza de viver juntos.

Ao percorrer as ruas fazendo o trajeto entre a casa e a repartição, passando pelos cafés, freqüentando a Rua da Lama ou a do Sol, Luís da Silva é metonimicamente um elo da rede política a incorporar o rural e o urbano, a ordem conservadora e o sonho revolucionário. O muro é, então, metáfora metonímica do

próprio livro, barreira e porosidade, em que as letras se movem, deixando espaços para serem preenchidos.

Não há contrários, há coetaneidade. Luís da Silva tem suas histórias contadas em cruzamento com outras histórias, o que não deixa perder as subjetividades, mesmo aquelas refugadas. Cruzam-se os caminhos, as histórias em sua pluralidade de ritmos. A escrita, com suas reticências, sua sintaxe mista, seu jogo de luzes e sombras, impede o aplainamento e faz ecoar vozes diversas do eu, do outro, do outro do eu inserido no jogo social.

Referências Bibliográficas

BÁKHTIN, Mikhail. A interação verbal. In: BÁKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Laud e Yara F. Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 110-127.

BARTHES, Roland. *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos..* Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.

CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do novelo*. São Paulo: Ática, 1983.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução: Hilda Pareto Maciel. São Paulo: Bertrand Brasil, 2009.

MORIN, E. *O Método 2; a vida da vida*. Tradução: Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORIN, E. *O Método 1; a natureza da natureza*. Tradução: Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PEREIRA, Rogério Silva. *O intelectual no romance de Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. (Tese de doutorado).

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. São Paulo: Record, 1983.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. V 1 e II. São Paulo: Record, 1987.

RAMOS, Maria Luiza. Um latente manifesto: uma leitura de *Amar, verbo intransitivo*. In: *Interfaces: literatura, mito, inconsciente, cognição*. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2000, p.175 – 199.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

HOMENAGEM AO ACADÊMICO ALMIR DE OLIVEIRA *

Elizabeth Rennó

O Acadêmico Almir de Oliveira viveu entre o Direito, a Literatura e a História. Escritor e jornalista foi diretor da Faculdade de Juiz de Fora, sub-reitor da Universidade daquela cidade, Professor Emérito e catedrático.

Possuidor da palavra plena, a que traduz a verdade, no dizer de Mallarmé, pesquisador e autor do passado de sua cidade, foi palestrante brilhante.

A Academia Mineira de Letras, onde ocupava a Cadeira de número 32, cujo Patrono é o Marquês de Sapucaí, guarda o rico legado que nos deixou, mais de duas dezenas de obras.

Almir de Oliveira distinguia-se pelo trato afável e ameno.

Devo a ele a amizade que nos uniu e a cooperação para meu ensaio *Lira Marília*, enviando-me subsídios para este trabalho, meu discurso de posse na Academia Feminina Mineira de Letras.

Esta Sessão de Saudade comemora o seu centenário, em que a imortalidade acadêmica se comprova pela perpetuidade da memória e da obra de seu integrante. Ao preservar os tesouros do passado que se gravaram na escrita, os valores presentificam-se na vivência do espírito voltado para a ética e para a cidadania plena.

A este defensor atento dos Direitos Humanos, a nossa saudade.

* Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do acadêmico Almir de Oliveira no dia 26 de outubro de 2016.

O ALTO MERECIMENTO DE ALMIR DE OLIVEIRA*

*Wanderley Luiz de Oliveira***

Convidados que fomos pelos familiares de Almir de Oliveira, representamos, nesta oportunidade a Associação de Cultura Luso-Brasileira e o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, do qual o homenageado foi fundador, em 1956, e seu primeiro presidente.

Almir de Oliveira, representante dos homens de letras de Juiz de Fora, pelo seu valor próprio, o alto merecimento de sua obra de historiador, de pesquisador lúcido e escritor de raros dons, ingressou na Academia Mineira de Letras em 22 de setembro de 1983, onde tomou posse na Cadeira nº 32, patrono Marquês de Sapucaí (1793-1875). Ocupada, inicialmente, por seu fundador, Mário Franzen de Lima (1886-1936), teve como seu 1º sucessor Heli Menegale (1903-1982); o 2º sucessor foi Almir de Oliveira (1916-2015); e o 3º sucessor, Carlos Bracher (1940-....), cuja posse, em 6 de maio de 2016, aos 75 anos, tivemos o prazer de prestigiar, saudado pelo eminente acadêmico e Secretário de Estado de Cultura, Dr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, sendo recepcionado pelo então Presidente da Instituição, o insigne acadêmico Olavo Romano.

Nesta noite, homenageamos o imortal Almir de Oliveira, cujo perfil, a seguir, delineamos:

Sempre de bem com a vida, gostava do mundo, em particular, e do Brasil, como um todo, com as suas peculiaridades regionais.

Acreditava que o Brasil ainda seria uma grande potência internacional, onde não haveria miséria, nem ignorância, e onde os inescrupulosos fossem minoria ínfima.

Gostava dos livros, que foram seus companheiros fiéis, desde a juventude, e escrevia sobre diferentes assuntos, sem se perturbar.

Admirando os filósofos, os que estudavam o homem e a sociedade, os prosadores e os poetas, comovia-se diante da Grécia e da Roma antigas, no que elas tinham de arte e de saber. Gostava da música erudita, da antiga à moderna, principalmente a romântica, além da autêntica música popular brasileira e a dos povos de cultura latina.

* Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do acadêmico Almir de Oliveira no dia 26 de outubro de 2016.

** Presidente da Associação de Cultura Luso-Brasileira, Vice-Presidente da Academia de Letras da Manchester Mineira, Membro do Conselho Curador do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Biógrafo autorizado de Almir de Oliveira.

Amava a língua portuguesa e irritava-se diante de sua corruptela pelos anglicismos e outras influências estrangeiras desnecessárias.

Devotava-se à família, onde encontrava razões para viver e recebia tanto carinho, sendo em suas ocupações profissionais sempre solidário com os colegas e grato aos seus professores e alunos.

Emotivo, participava dos sofrimentos e alegrias dos que estavam mais próximos dele, assim como doía-lhe a miséria que degrada grande parte do mundo e a violência que destrói injustamente tantas pessoas.

Detestava os fanáticos de todos os tipos e nutria repulsa pelos demagogos, que se utilizavam do povo em proveito próprio, sentindo ojeriza aos opressores de qualquer espécie.

Amava a liberdade, que nos eleva, e não suportava a licenciosidade, que nos diminui. Gostava da disciplina e detestava a desordem de qualquer natureza, ou sob qualquer pretexto. Não aceitava a violência como solução para os problemas da sociedade, desconfiando dos revolucionários que pregavam o uso da força.

Cria no Direito como meio de atingir a Justiça e tinha posição política definida, desde a juventude, embora mudasse de opinião mais de uma vez, quando necessário. Entretanto, sempre se recusava a disputar cargos públicos, por entender que a república presidencialista continuava a ser um erro, contribuindo, assim, para o atraso político do Brasil e favorecimento à corrupção.

A questão social sempre lhe interessou, e quando teve que escolher entre a solução comunista e a integralista, optou pela segunda. Acabou verificando que nenhuma das duas servia, pois ambas nos conduziam para o estatismo autoritário. Ficou com a solução oferecida pela doutrina social da Igreja, expressa nas encíclicas papais a partir de Leão XIII.

Católico praticante, não era supersticioso e tinha muito respeito por todas as religiões, pois entendia que todas nos conduzem a Deus. A figura de Jesus fascinava-o, mesmo estando convencido da imensa dificuldade de os homens seguirem fielmente seus passos, como podemos comprovar por nós mesmos.

Almir nunca alardeou ter feito realizações notáveis, pois julgava-se pessoa comum, com defeitos e qualidades, como todo mundo, fruindo com dignidade tudo de bom que a vida pudesse lhe ofertar.

Nonagenário, pôde dizer que não foi omissos em sua vida transcorrida em Juiz de Fora, pois como advogado, professor e jornalista, cumpriu o seu dever, sem as deslustrar.

Aliás, como advogado, liderou o serviço jurídico da mais importante empresa da cidade – a Companhia Mineira de Eletricidade – e organizou e chefiou a Associação Comercial, nunca perdendo uma causa por inépcia ou desleixo.

Como professor, deu conta modestamente do seu recado e angariou muitos amigos entre os seus alunos e colegas. Iniciou o ensino de Introdução aos Estudos Históricos na Faculdade de Filosofia de Letras de Juiz de Fora, contribuindo, assim, para melhorar o ensino de sua Faculdade, quando foi seu Diretor.

Projetou seu nome no país com a criação dos Encontros Brasileiros de Faculdades de Direito, realizando aqui o primeiro deles, que resultou na reforma do currículo do Curso de Bacharelado.

Empenhou-se na criação da Universidade Federal de Juiz de Fora e no Conselho Universitário, com posições muito claras e definidas. Defendeu a criação do “campus” e a mudança da Universidade para lá. Por sua iniciativa, a UFJF foi a primeira a ter uma cadeira de Direitos Humanos Fundamentais, em nível de graduação, onde ele lecionou por sete anos.

Jornalista, foi o primeiro repórter junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora, após a ditadura estadonovista, e o primeiro a fazer o comentário regular dos trabalhos dos Vereadores. Combateu os erros dos políticos locais, sendo, por isso, duas vezes processado, quando foi absolvido pela Justiça Mineira.

Redator-chefe do *Diário Mercantil* e diretor da *Folha Mineira*, procurou honrar a tradição do bom jornalismo de Juiz de Fora.

Nosso homenageado publicou livros, opúsculos, muitos artigos e pronunciou diversas conferências.

O mais, ver-se-á no seu *curriculum vitae*.

Almir considerava momentos relevantes de sua vida sua formatura em Direito, seu casamento, sua aprovação e doutoramento como catedrático de Direito Internacional Público. Também foi-lhe importante sua nomeação como Diretor da Faculdade de Direito que o formou, bem como sua admissão no Instituto dos Advogados Brasileiros e a outorga do título de Professor Emérito da UFJF.

Almir de Oliveira, um autêntico paladino das liberdades de pensamento e de ação, por seu dignificante trabalho, fez jus a premiações e reconhecimento público, tantas vezes demonstrado.

Outros momentos relevantes foram o nascimento de seus filhos, netos e bisnetos, a comemoração dos seus oitenta anos, o da publicação do seu primeiro livro, *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*, bem como aqueles em que foi condecorado pelo Estado de Minas Gerais e pelo Município de Juiz de Fora.

“Almir de Oliveira amou os livros, vendo neles fonte de prazer e de instrução e, movido por um acendrado desejo de estudar, sonhou ser jornalista, desejou ser escritor. E venceu. Venceu pelo próprio esforço, ou melhor, acreditando em si mesmo e na capacidade do seu trabalho. Renomado advogado e jornalista culto, amante dos bons clássicos, versado em humanismo, soube pôr sua pena a serviço do povo, defendendo-lhe a verdade e os direitos” – como escreveu, há 70 anos, a escritora Cleonice Rainho.

“Possuidor de extensa bibliografia, suas teses são sempre originais e baseadas na mais percuciente e ampla pesquisa. Com uma série de estudos históricos de primeira plana, Almir de Oliveira ganhou renome nacional pela importância

e diversidade de seus trabalhos, todos fundados em documentos fidedignos, apresentados numa prosa límpida e escorreita. Sua chegada a esta Casa foi, pois, natural e saudada com os melhores auspícios na votação unânime e consagrada – tal como devem ser as lãureas que se não cobiçam, mas coroam a frente dos autênticos trabalhadores intelectuais” – discursou o Presidente da Academia Mineira de Letras, acadêmico Vivaldi Moreira, em 22 de setembro de 1983.

“Daí, as severas exigências que sua obra cultural impõe a quem se atreve a analisá-la” – como bem disse, ao finalizar seu discurso de saudação, naquela data, o notável acadêmico Oílham José.

“Último representante do bacharelismo, entre nós, Almir de Oliveira foi, em suma, um humanista a quem o Direito descortinou muitos caminhos e cobriu de merecidas glórias. [...] A história que nele teve um cultor lhe guardará o nome” – reconhece o insigne Jurista e Escritor Dr. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, membro do IHGJF.



ALMIR DE OLIVEIRA: 1916 – 2016*

*Ivone Zimmermann***

Excelentíssima Senhora Elizabeth Rennó Fernandes de Castro Santos, mui digna presidente desta Academia Mineira de Letras; Excelentíssimo Senhor Olavo Celso Romano, Ex-Presidente, desta Casa de Cultura; Excelentíssimo Senhor Rogério Faria Tavares, Acadêmico e Coordenador deste Evento; Excelentíssimo Senhor Dilermando Rocha Galvão, Presidente da Academia Juiz-forana de Letras; Excelentíssima Senhora Maria Helena de Oliveira, Presidente da Academia de Letras Manchester Mineira de Juiz de Fora; Excelentíssimo Senhor Wanderley Luiz de Oliveira, Presidente da Associação Luso-Brasileira de Juiz de Fora; Caríssimos familiares do Acadêmico Almir de Oliveira: Senhor Lúcio Vanelli de Oliveira e esposa, Senhora Dione de Oliveira Vilela e Senhora Thaís Vanelli de Oliveira; Ilustres Senhoras e Senhores que aqui vieram partilhar conosco este especial momento.

A Academia Mineira de Letras celebra, nesta data, o Centenário de Nascimento de um de seus membros – o Acadêmico Almir de Oliveira, que ocupava a Cadeira 32, cujo patrono era o Marquês de Sapucaí. Ocupava, também, a Cadeira 23, da Academia Juiz-forana de Letras, da qual foi um dos fundadores, tendo como patrono João Luiz Alves.

Mineiro de Espera Feliz, nascido em 8 de julho de 1916, filho de Aldemar de Oliveira e Isaura Assis de Oliveira, viveu em Carangola, Raul Soares e Ponte Nova, antes de se radicar em Juiz de Fora. Seu primeiro emprego, aos 13 anos, foi como alfaiate. Estudou no Colégio Machado Sobrinho e no Colégio São José, em Juiz de Fora, onde serviu ao Exército Brasileiro durante cinco anos. Casou-se com Joanna Vanelli de Oliveira e, dessa união, nasceram os filhos: Igor Vanelli de Oliveira, advogado, ex-diretor da Faculdade de Direito da UFJF; Dione Vanelli de Oliveira, advogada e psicóloga; Lúcio Vanelli de Oliveira, engenheiro e Thaís Vanelli de Oliveira, pedagoga.

Almir de Oliveira possuía os diplomas de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora, hoje Universidade Federal de Juiz de Fora, concluído em 1943, e o de Doutor em Direito, em 1963, pela mesma instituição de Ensino Superior.

* Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do acadêmico Almir de Oliveira, no dia 26 de outubro de 2016.

** Da Academia Juiz-Forana de Letras.

Em seu currículo constam outros cursos:

- **Auxiliar de Comércio, pelo Instituto Comercial Mineiro de Juiz de Fora**, em 1933;
- **Língua Italiana**, pela Società Dante Alighieri, de Roma, em 1941;
- **Folclore**, pelo Centro de Estudos Sociológicos de Juiz de Fora, em 1963;
- **História de Minas Gerais**, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, em 1964;
- **Compreensão da Idade Média**, pelo Departamento Acadêmico Tristão de Athayde, da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, em 1964;
- **Heráldica**, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, em 1964;
- **Significação do Direito**, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1964;
- **Iniciação ao Pensamento de Teilhard de Chardin**, pela Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, em 1966.

Suas atividades docentes tiveram início em 1945, como professor de Prática Jurídica Geral e Comercial no Colégio Santa Catarina e na Escola Técnica de Comércio Machado Sobrinho, ambos em Juiz de Fora, em 1945 e 1947, respectivamente. Também como:

- Professor de Direito Administrativo no Curso de Preparação ao Concurso para Postalista, no Instituto Vianna Júnior, em Juiz de Fora, em 1947;
- Professor de Economia Política no Colégio São Paulo de Belo Horizonte, em 1946;
- Professor de História Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora, em 1948 e em 1952;
- Examinador de História nos Exames de Suficiência para professores, realizados pela Cades, em Juiz de Fora, em 1957;
- Professor de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Juiz de Fora, de 1948 a 1950; e o de Direito Internacional Público, na mesma Faculdade, a partir de 1951;
- Professor Catedrático, por concurso público de títulos e provas, de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- Professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, de 1955 a 1958;

- Professor visitante da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970;
- Professor fundador de Direitos Humanos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora a partir de março de 1976;
- Membro de Bancas Examinadoras de diversos concursos, de 1971 a 1979.

Livros Publicados:

- **“Gonzaga e a Inconfidência Mineira”**, da Série Brasileira, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1948;
- **“Poetas e Prosadores de Juiz de Fora”**, edição própria, Juiz de Fora, 1950;
- **“A Solução Jurídica do Problema da Paz Internacional”**, edição própria, Juiz de Fora, 1960;
- **“As Duas Inconfidências”**, Edições Caminho Novo, Juiz de Fora, 1970;
- **“Os Manuscritos do Mar Morto”**, Separata da Revista do Instituto Histórico de Juiz de Fora, n.º 6, 1971;
- **“O Parsifal de Wagner”**, edição própria, Juiz de Fora, 1977;
- **“Democracia e Direitos Humanos”**, sob os auspícios do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, Juiz de Fora, 1983 (com dedicatória ao prezado colega e bom amigo, Wilson de Lima Bastos, em 30/12/1983);
- **“No Vale do Paraibuna”**, Crônicas, Edições Caminho Novo, Juiz de Fora, 1986 (com dedicatória à Academia Juiz-forana de Letras);
- **“Quadrilha Política”**, Crônicas, Edições Caminho Novo, Juiz de Fora, 1988 (com dedicatória ao prezado amigo, colega e confrade Wilson de Lima Bastos, com a constante amizade, em 22/11/1988);
- **“Curso de Direitos Humanos”**, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2000, (dedicado à Academia Juiz-forana de Letras, em 22/9/2000);
- **“Musa Bissexta”**, Editar, Juiz de Fora, 2007 (dedicado à Academia Juiz-forana de Letras, em 24/6/2007).

Judith Felix de Lade, advogada, membro da Academia Juiz-forana de Letras, falecida neste ano de 2016, a primeira brasileira a se habilitar e ser aprovada para o cargo de Delegada de Polícia, publicou, em 2010, “Homenagem a uma grande personalidade: Almir de Oliveira”, pela Editora Mago Cultural, Juiz de Fora. A escritora faz uma retrospectiva da vida e obra de Almir de Oliveira, inserindo alguns dos seus poemas e escritos dele e sobre ele.

Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues, também integrantes da Academia Juiz-forana de Letras, lançaram em 2002 o livro “Letras da Cidade”. Trata-se de um recorte do olhar de escritores nascidos ou radicados em Juiz de Fora. Almir de Oliveira foi um deles. Em versos, ele descreveu Juiz de Fora:

Minha cidade, outrora tão formosa, do casario baixo e de sobrados, mais requintado aqui, mais acolá singelo, dos floridos jardins fronteiros, perfumados, servidos de gradis de ferro lanceolados...

Entre os artigos de Almir de Oliveira publicados estão:

- **A assistência social nos ideais da Inconfidência**, no *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, em 5/5/1945;
- **Weiß, Rot, Schwarz, Gelb - Trotzdem eine harmonische Einheit**, (Traduzindo do alemão: Branco, Vermelho, Preto, Amarelo - Apesar disso uma harmoniosa união), no jornal político, *Das Parlament*, em Bonn, Alemanha, em 9/9/1964;
- **A guerra e o Direito Internacional**, na revista *Lumina Spargere*, da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1964;
- **Composição Étnica do Brasil**, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, 1967;
- **O aumento do capital autorizado das Sociedades por Ações**, na revista *Ajuris*, 1975.

Publicou ainda:

- **O Marechal Hermes da Fonseca**, conferência comemorativa do centenário, a convite do Comandante da 4ª Região Militar, na *Revista Militar Brasileira*, publicada em opúsculo pela Edições Caminho Novo, Juiz de Fora, 1956;
- **Prescrição do direito de ação trabalhista**, edição própria, Juiz de Fora, 1963;
- **Os Direitos Humanos e o Direito Civil Brasileiro**, in Estudos Jurídicos em Homenagem ao Professor Orlando Gomes, organizado pela Universidade Federal da Bahia, Editora Revista Forense, Rio de Janeiro, 1979.

Entre as conferências proferidas estão:

- **Rui Barbosa**, na Associação das Ex-Alunas da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, publicada na revista *Voz da Ex-Aluna*, da mesma

- associação, em 15/8/1949;
- **Alguns aspectos da vida de Dante**, na Associação de Cultura Ítalo-Brasileira de Juiz de Fora, em 26/4/1952;
 - **A Imprensa, sua missão e sua liberdade**, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora, em 13/5/1956, publicada no *Diário Mercantil*, de 20/5/1956; na revista da UFJF, *Tabulae*, de 1971 e na *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, nº 4, de 1972;
 - **A democracia e os direitos e deveres do homem**, no Instituto de Cultura Superior de Juiz de Fora, em 26/5/1964, publicada na *Lumina Spargere*, da UFJF, 1964;
 - **Olavo Bilac e a idéia de segurança nacional**, na TV Industrial de Juiz de Fora, a pedido do Comandante da 4ª Região Militar, em 16/12/1967, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, nº 4, de 1969 e em separata;
 - **A formação do bacharel em Direito**, no IV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, em Belém, PA, em 30/7/1974, publicada na revista *Estudos Jurídicos*, da Escola de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. V, nº 13, de 1975;
 - **Neutralidade, um instituto em crise**, na Sociedade Brasileira de Direito Internacional, no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, em 4/7/1972, publicada na *Revista de Informação Legislativo do Senado Federal*, nº 43, de 1974.

Conferências não publicadas:

- **A Itália no mundo e no Brasil**, na Casa d'Italia, a convite do vice-cônsul da Itália em Juiz de Fora, em 10/7/1956;
- **O Panamericanismo**, na Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, de Juiz de Fora, em 15/4/1959;
- **O julgamento de Eichmann e o Direito Internacional**, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFJF, em 29/4/1961;
- **A imprensa em Juiz de Fora**, no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, 16/11/1978, durante a Exposição de Artistas de Juiz de Fora.

Participação em congressos, simpósios e conferências:

- II Encontro de Advogados de Minas Gerais, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, em Juiz de Fora, em agosto de 1961;
- XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela Socie-

- dade Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, em julho de 1956;
- XI Congresso Nacional de Jornalistas, promovido pela Confederação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Curitiba, março de 1966;
- I Congresso Nacional de Professores de Ensino Superior, promovido pela Associação dos Professores de Ensino Superior do Ceará, em Fortaleza, outubro de 1971;
- I Jornada Latino-Americana de Metodologia do Ensino do Direito, promovida pela Faculdade de Direito da Fundação Universidade de Bagé, RS, em agosto de 1972;
- I Encontro da Comissão Internacional Permanente de Juristas para Estudos do “Status” Jurídico dos Países sem Litoral Marítimo, promovido pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em abril de 1975;
- VI Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, promovido pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Fundação Educacional da Região de Blumenau, SC, em outubro de 1976.

Atividades administrativas e técnico-científicas:

- Diretor da “Folha Mineira”, de Juiz de Fora, de 1953 a 1964;
- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora de 1964 a 1971;
- Membro do Conselho dos Amigos do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, a partir de 1972;
- Chefe do Serviço Jurídico da Companhia Mineira de Eletricidade, de Juiz de Fora, a partir de junho de 1972;
- Membro de Comissões de Verificação, designadas pelo Conselho Federal de Educação para doutorados e bacharelados em Direito.

Sociedades Culturais e Científicas a que pertenceu:

- Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais;
- Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (fundador);
- Instituto de Direito do Trabalho de Juiz de Fora (fundador);
- Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro;
- Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política, Rio de Janeiro;
- Associação Cultural Brasil-Estados Unidos de Juiz de Fora;
- Sociedade Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro;
- Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, Juiz de Fora;
- Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Rio de Janeiro;
- Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Juiz de Fora (fundador);

- Academia Mineira de Letras;
- Academia Juiz-forana de Letras.

Títulos Honoríficos recebidos:

- Medalha de Honra da Inconfidência Mineira, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais (com diploma);
- Medalha Comemorativa do Centenário do Museu Mariano Procópio e Estrada União e Indústria, conferida pelo Município de Juiz de Fora (com diploma);
- Medalha “Cidade de Tiradentes”, comemorativa do 250º aniversário da criação da Vila de São José del-Rei, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais (com diploma);
- Personalidade do Ano de 1970, no Setor Cultura, de Juiz de Fora, conferido pelo jornal “Diários Associados”, de Juiz de Fora;
- Sócio Benemérito da Associação de Cultura Ítalo-Brasileira, de Juiz de Fora.

O Projeto **Diálogos Abertos**, iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura da UFJF, iniciou-se em 2007, a partir de entrevistas concedidas a pesquisadores, por personalidades que contribuíram para transformar o panorama cultural, econômico, social e político. A série de depoimentos foi idealizada e coordenada pelo professor José Alberto Pinho Neves, do Instituto de Artes e Design da UFJF e resultou em livros.

Em 15 de julho de 2008, no Museu de Artes Murilo Mendes (MAMM), Almir de Oliveira foi um dos notórios homens e mulheres convidados a prestar depoimento. Seus entrevistadores foram Ismar Zagherro, José Alberto Pinho Neves, Nilson Leão, Paulo Medina, Paulo Nader, Wilson Cid.

Questões políticas, acadêmicas, trabalhistas e literárias foram apresentadas e discutidas. No entanto, o que me tocou mais profundamente foram alguns depoimentos de Almir de Oliveira:

“Não sou capaz de projetar o futuro, mas penso que mudamos a fisionomia de Juiz de Fora. A cidade cresceu demograficamente e economicamente. Hoje, o comércio é muito mais ativo e amplo. Não prosperamos industrialmente, como seria de desejar. Então, falo no advento da Universidade, que deu um toque diferente na fisionomia de Juiz de Fora, que hoje é uma cidade educacional, com um número expressivo de estabelecimentos de ensino em todos os níveis. Ultimamente, várias escolas superiores do Rio de Janeiro se instalaram aqui. Estamos cumprindo nosso destino de cidade educacional.”

“Não sinto que tenha recebido uma influência que marcasse o meu modo de ser. Fui estimulado pelo meu pai, um homem que queria que não fôssemos como ele e fez tudo o que pôde para isso. Era exigente demais. Meu pai fora apenas alfabetizado, mas queria ver os cadernos desde o curso primário, queria saber como andavam as notas e pressionava mesmo. Quando chegamos a Juiz de Fora, a primeira coisa que fez foi me matricular no Machado Sobrinho. Esta foi sua primeira providência. Depois, me arranhou um emprego para eu pagar o colégio, porque ele não podia pagar para mim e para os outros irmãos, que eram menores. O grande estímulo que tive dele, um estímulo de exigência.”

“O gosto que tenho pelos livros começou muito cedo. Lá em casa há um retrato muito “posudo”, em que estou em frente a um pequeno armário de livros, mas com ares de dono de biblioteca. Sempre gostei de ler. Meu pai estimulava, pois também gostava de ler. Era um homem que morava na roça, em Espera Feliz, e foi trabalhar no arraial, ocasião em que fez três anos de curso primário, com professores que apareciam de vez em quando.”

“Acabei publicando um livro de versos porque minhas filhas acharam esse trabalho na gaveta e viram a necessidade de publicá-lo.”

A uma pergunta de Ismair Zaghetto sobre a esposa, dona Joaninha Vanelli de Oliveira, Almir de Oliveira respondeu:

“É muito emocionante. Para resumir tudo, gostaria de dizer que desejo a todos que se casem, que tenham uma união igual à minha. Tive realmente uma grande companheira, muito compreensiva, colaboradora fora do comum, que às vezes fazia correções em meus textos. Uma mãe extremosa, uma companheira de todas as horas. Viajamos duas vezes para a Europa. Joaninha sabia ver aquele mundo velho, tinha curso de normalista e lia muito. Então, estava sempre com o espírito aberto para aprender mais. Influenciou muito a minha vida, estimulando, advertindo sobre coisas que não deveria fazer, por não convir. Enfim, muito obrigado pela referência.”

Algumas informações extras:

Esta Academia Mineira de Letras, fundada em Juiz de Fora, em 25 de dezembro de 1909, por Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho e um grupo de intelectuais, entre eles, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Brant Horta, Heitor Guimarães, Dilermando Cruz, foi transferida, em 24 de janeiro de 1915, para esta capital, hoje, majestosa, neste endereço. Duas colegas confradeiras, da Academia Juiz-forana de Letras, Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues, citadas anteriormente, lançaram em 2009 o livro que faz parte da biblioteca desta Instituição, “Machado Sobrinho, Notícias da imprensa sobre a

Academia Mineira de Letras”, que teve o prefácio de Murilo Badaró, então presidente da mesma, e a apresentação de Kleber Halfeld, na ocasião, presidente da Academia Juiz-forana de Letras. Essas duas eminentes pessoas deram todo o apoio às escritoras, da mesma forma que o ex-presidente da República, na época, Senador Itamar Franco e muitos outros que trabalham em prol da cultura.

A Academia Juiz-forana de Letras, à qual pertencço, nasceu por iniciativa de um grupo de pessoas que tinham o mesmo ideal: criar uma Entidade que representasse os intelectuais da cidade. Almir de Oliveira foi uma dessas personalidades. Em 22 de dezembro de 1982, com discurso proferido pelo presidente desta Casa de Cultura, Vivaldi Wenceslau Moreira, ocorreu a instalação da Academia Juiz-forana de Letras, bem como a escolha de seu patrono, o Professor Joaquim Ribeiro de Oliveira. A primeira diretoria eleita foi assim constituída: Presidente: Wilson de Lima Bastos (que doou à Entidade, onde hoje funciona, um grupo de salas); vice-presidente: Sinval Batista Santiago; Primeiro Secretário: Dulcídio Monteiro da Fonseca; Segundo Secretário: Creusa Cavalcanti França; Tesoureiro: Hobbes Albuquerque; Bibliotecário: Marisa Rodrigues Tavares d’Agosto. Com o falecimento do presidente, Wilson de Lima Bastos, após 16 anos de profícuo trabalho, a presidência da Academia Juiz-forana de Letras passou para Kleber Halfeld, que também a presidiu com muita determinação, durante alguns mandatos. Após o seu passamento, a presidência foi entregue ao acadêmico Dilermando Rocha Galvão, aqui presente, que está em seu segundo mandato.

A atual bandeira da cidade de Juiz de Fora é de autoria de Almir de Oliveira e ele foi eleito patrono da Sala de Imprensa da Câmara Municipal.

Faleceu em Juiz de Fora, em 2 de junho de 2015, em consequência de falência múltipla dos órgãos. O advogado, professor, escritor, historiador e jornalista Almir de Oliveira chegou bem perto dos 100 anos, bem vividos.

Exerceu o cargo de presidente do Conselho de Amigos do Museu, no período em que seu vice era o jornalista e confrade como ele, da Academia Juiz-forana de Letras. Por ocasião de seu óbito, Ismair Zaghetto declarou em referência a ele, publicado no *Tribuna de Minas*:

“Quando fez 80 anos, disse já estar na hora de deixar o Conselho. Fiz um apelo, pela sabedoria dele. Ele acabou ficando. Ganhamos muito com a presença dele. Ele deixa um legado muito rico. O processo cultural de Juiz de Fora se empobrece com a saída dele de cena. Era um jornalista, um literato de primeira linha, um pensador e historiador de muito respeito. Era uma figura humana muito rica, que sempre demonstrou um amor imenso pela cidade”.

“Também o membro desta Casa Literária e Secretário de Cultura, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, que havia noticiado o triste acontecimento ao presidente na época, senhor Olavo Romano, deu o seguinte depoimento ao referido periódico: “Almir de Oliveira foi um notável homem de letras e estudioso da história de Minas Gerais, deixando-nos um legado cultural de valor singular”.

Apesar de dotado de privilegiada inteligência, com vasta e diversificada produção literária, magnífico legado para a posteridade, ele era uma pessoa receptiva, simples, humana, alegre, prestimosa, sociável e muito família.

Em sua posse na Academia Juiz-forana de Letras, em 11 de março de 1994, iniciou o seu discurso, com a seguinte frase:

“Ingresso nesta ilustre Academia com a certeza de que nela estarei como o menos ilustrado de seus componentes e convicto de que, dentre todos, serei o menos expressivo.”

Celebremos juntos esta festa de gratidão a essa personalidade ímpar que foi Almir de Oliveira!

O meu muito obrigado a todos pela atenção.



COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE MEU PAI, O ACADÊMICO ALMIR DE OLIVEIRA*

*Dione de Oliveira Vilela***

É com muita alegria e não pouca emoção que estou hoje aqui para participar desta homenagem a meu pai e, em nome de minha família, dar a conhecer um pouco do Almir com que poucos aqui tiveram a oportunidade de conviver tão intimamente como nós, seus filhos, genros, noras, netos e bisnetos.

Não vou falar do escritor, porque possivelmente os estudiosos de seu legado intelectual o farão muito melhor e com muito mais isenção.

Herdei de meu pai o gosto pelos livros. Sempre que me encanto com um escritor, me pego a pensar como será a vida daquele autor. Como vive e o que pensa além de sua obra? Que pai ele é? Que marido? Que amigo? Seus gostos, seu temperamento, seu caráter e coisas assim.

Em relação a este escritor em especial, o autor de *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*, *As Duas Inconfidências* e muitos outros, eu pude ver os dois lados: o homem e o literato.

E é desse homem que quero trazer um pouco para vocês, não só por minhas observações, mas pelas palavras dele próprio, tiradas de alguns de seus registros, que ficaram sob minha guarda após seu falecimento.

O pai Almir sempre foi muito exigente. De poucas palavras e pouco riso, deixando bem claro para nós, seus filhos, quem era a autoridade em nossa casa. Não admitia descuidos nos estudos, nas palavras e na conduta moral. Nem pensar em confrontá-lo ou contradizer uma ordem dada.

Além de sua preocupação com nossa formação moral, tinha também preocupação com nossa formação cultural; nos incentivava a boas leituras, a boa música e a frequentar ambientes culturais onde pudéssemos enriquecer nosso pensar e apurar nosso gosto estético.

Não era um pai dado a afagos. Mas, por outro lado, inspirava muita segurança, nos sentíamos protegidos ao lado dele. Vivíamos com a sensação de que nada de mal poderia nos acontecer, porque tínhamos um pai forte. Nossa irmã mais nova, Thaís, dizia sempre que não tinha medo de ladrão, porque, se o ladrão entrasse em nossa casa, nosso pai o prenderia.

* Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do acadêmico Almir de Oliveira no dia 26 de outubro de 2016.

** Filha do homenageado.

A preocupação com a formação do caráter sempre foi uma pauta em nossa educação. Além de fazê-lo com o exemplo, fazia-o também com palavras, nos orientando na escolha de amigos, de ambientes, de leituras. Tinham, ele e nossa mãe, profundo senso de responsabilidade na formação de seus filhos. Dizia continuamente: “Eu não trabalho para lhes dar luxo. Trabalho para lhes dar conforto e uma educação intelectual e moral decentes.” Recordo-me que, quando meu irmão Igor passou no vestibular de Direito, meu pai lhe comprou uma caneta-tinteiro e lhe disse: “Sei que alguns pais de seus amigos lhes deram um carro por terem passado no vestibular. Se você fizer bom uso desta caneta que estou lhe dando, poderá ter o carro que quiser.” Lendo seus registros, descobri que meu avô tinha feito algo parecido:

“Quando completei 21 anos, tornando-me maior segundo a lei, meu pai deu-me um tinteiro de prata e cristal. Conservo-o sobre a mesa. Terá sido um convite à manifestação livre do pensamento. Assim o entendo.” E complementa, referindo-se ainda a meu avô: “Herdei-lhe este amor à liberdade de expressão que me incompatibiliza com todos os sistemas e regimes políticos que sufocam a opinião.”

Esta herança foi um dos grandes legados que ele nos deixou e que vem se perpetuando em seus filhos, netos e até nos bisnetos: o amor pela liberdade de expressão.

O marido Almir era extremamente zeloso de seu relacionamento. Tinha enorme respeito por nossa mãe, bem como profunda admiração pela companheira que elegeu por toda a vida.

O profundo amor a ela se manifestava em seu jeito muito carinhoso de tratá-la, nas diversas poesias que lhe dedicava, nas sucessivas homenagens que lhe fazia publicamente ao proferir uma conferência, ao homenageá-la em seus escritos, ao tê-la como primeira leitora de tudo quanto escrevia. Era um eterno enamorado e assim foi enquanto viveu. Não soube viver sem sua Joaninha, quando ela partiu. Em seus registros, encontrei muitas passagens em que fala da saudade doída e da imensa solidão:

“Era setembro, quando o namoro começou para nunca mais terminar, aquecendo o casamento, até ser substituído por esta saudade que não tem fim. Pensando bem, o casamento só fez dar mais intensidade ao namoro. E, a cada oportunidade, nós o referíamos num momento a sós, na dedicatória posta num livro, ou no cartão que acompanhava um presente. Tínhamo-nos como namorados, além de marido e mulher. Os dois sonetos, que lhe fiz, por ocasião dos quarenta anos de nosso casamento e das nossas bodas de ouro, dizem isso:

*Hoje volto meus olhos ao passado
E contemplo teu vulto de menina*

*E sinto teu olhar cheio de luz
A iluminar-me o ser, a vida, tudo!*
(verso do Soneto de 40 Anos de Casados)

*Cinquenta primaveras são passadas
Cinquenta anos de amor tão bem vividos
E aqui chegamos hoje enternecidos
A bendizer as longas caminhadas*

*E é tudo tão bonito que, afinal
Nós podemos confiantes proclamar
– Iremos de mãos dadas pela vida...*
(versos do Soneto das Bodas de Ouro)

E, recordando em seu diário a partida da pessoa amada, escreveu:

“Vivemos de mãos dadas e de mãos dadas estávamos no preciso momento em que ela expirou, mansamente, sem um gemido sequer, como sempre desejou que fosse.

“O amor autêntico eu o vivi, nós dois o vivemos até o fim de sua vida. Resta-me o culto de sua memória, a recordação dos muitos anos que vivemos juntos, amando-nos verdadeiramente.”

Dos livros, posso dizer que foram outro grande amor de sua vida. Já nascemos com uma biblioteca formada, que foi só crescendo à medida que crescíamos nós. Era como uma irmã mais velha, que estava ali para nos ensinar das coisas que não sabíamos. Tínhamos por ela um grande encantamento. E ai de quem lhe faltasse com o respeito, estragando um livro ou empurrando-os para o fundo das estantes. Era bronca na certa!

Era seu recanto predileto da casa, onde se recolhia ao anoitecer para estudar, fazer suas leituras, escrever seus livros e artigos e se entregar a profundas meditações sobre a vida. Ali vivia o poeta Almir, o escritor, o pensador, só com suas reflexões e curtindo uma solidão de que ele gostava. A oportunidade ímpar de estar consigo mesmo. E referindo-se a esses momentos:

“Estar só é uma situação em que muita gente tem estado e estará ao longo da vida. É uma contingência a que nem sempre se pode escapar. Mas é preciso saber estar só. Pois estou só na noite que se vai alongando. Penso. Recordo. Reconstituo imagens e momentos. Revivo o que foi vivido. Como se eu houvesse filmado pedaços de vida e agora os projeto em uma tela, a tela da memória. São rostos, palavras, gestos. A capacidade de recordar é tão forte, que é comum ouvir palavras e sentir perfumes. Quando se sabe estar só, é bom. Agora estou só e sinto que é bom”.

Era um espírito inquieto. Nunca foi dado a crenças e tinha uma profunda ânsia de conhecimento em relação à natureza humana e a Deus: “Penso que se deve exaltar no homem o espírito, seja lá como for que o concebamos, mas sem esse aniquilamento do corpo. É tão errado renunciar à materialidade da vida quanto à sua espiritualidade.”

“Vejo Deus como o Criador do Universo, não sei bem como, mas que no momento da Criação deixou nela todas as energias dispostas à realização de um amplo programa. Nesse programa, tudo incluído, também o homem, segundo sua dose de energia e as leis da biologia, que ele mesmo vai descobrindo para proveito próprio. Para mim tudo já está aí, desde o princípio. E o homem desenvolve-se sem mais essa interferência pessoal de Deus a corrigir aquilo que o próprio homem, dotado de capacidade criativa, vai fazendo de bom e de ruim. E acredito mais, o bem, segundo uma concepção universal que dele se tem, acabará, com o decorrer dos séculos, por eliminar o mal por meio de um processo evolutivo da humanidade.”

Nosso pai dava um imenso valor às amizades. Era um amigo leal e dedicado. Em seus registros, encontrei profundas manifestações de afeto aos muitos amigos que fez ao longo de sua vida. Amigos de infância, de juventude, da vida intelectual, da vida do magistério e da advocacia. Enfim, das instituições que frequentou. Falava de todos com muito entusiasmo. Recordo-me de que certo dia, poucos meses antes de seu falecimento, perguntei-lhe, ao vê-lo muito silencioso, em que estava pensando. Ele respondeu: “Eu estou pensando em meus amigos. Sinto-os todos aqui comigo agora!” Sorriu, fechou os olhos e assim continuou por longo tempo, embevecido em suas recordações.

Para eles, os amigos, escreveu trovas e poesias que lia para nós em muitas ocasiões! Em seu último livro, “Musa Bissexta”, dedicado à nossa mãe, ele incluiu muitos desses sonetos em homenagem a vários de seus queridos amigos.

No Prólogo de Musa Bissexta destacou:

“O que não foi feito para ela, inspirado nela, espelha instantes de recolhimento ou de encantamento pelo mundo exterior, ou se relaciona a amizades queridas e declaradas.”

Integridade moral, coerência e humildade eram parte integrante de sua personalidade. Sempre firme em suas posições, nunca se deixava seduzir por afagos de seres mal-intencionados. Repudiava-os profundamente.

Destacava-se pela cordialidade no trato: fosse com seus alunos, funcionários ou pessoas que o procuravam para uma entrevista ou mesmo lhe pedir uma orientação sobre algum tema de seu conhecimento. Era sempre solícito naquilo que lhe era possível atender.

Nunca se envaideceu pelos títulos que recebeu ao longo de sua vida. Embora os valorizasse, acolhia-os com uma alegria discreta, própria das pessoas que conhecem os verdadeiros valores da vida. Sempre se referia a si mesmo como “professor Almir”, embora fosse um catedrático com direito ao “doutor”. Dizia que era um tratamento pedante para se referir a si mesmo. E ele tinha verdadeiro horror aos pedantes.

No discurso de sua posse nesta Academia diz:

“Venho para ser, conscientemente, o mais modesto de todos, o menos dotado de virtudes literárias, o portador menor e de menos expressiva bagagem.”

E sabemos que não era falsa modéstia e sim a expressão de seu verdadeiro sentir que ao longo de sua vida pudemos ver se manifestar em muitas ocasiões em que se referia a si mesmo ou que ocupou algum cargo de destaque em sua vida profissional.

O professor Almir foi para mim um exemplo de mestre. Só consegui entender o carinho e admiração que seus alunos e ex-alunos tinham por ele quando fui, eu mesma, sua aluna na Faculdade de Direito. Suas aulas eram estimulantes, criativas e nos faziam pensar. Nunca o vi desqualificar um aluno por seu pouco saber. Pelo contrário, estimulava nossa busca da pesquisa para a ampliação de determinado conhecimento. Suas aulas eram práticas, assim como suas provas. Além disso, tratava-nos com muito respeito e cordialidade. Não se punha naquela posição, tão comum, do acadêmico que olha para seus alunos com o ar arrogante de quem tudo sabe. Mais tarde, quando me tornei professora no Colégio Logosófico de Brasília, a docência do professor Almir foi fundamental na minha atuação junto a meus alunos. Ele compartilhava com alegria as conquistas de seus ex-alunos:

“É bom encontrar os ex-alunos que nos ficaram amigos. De vez em quando, encontro um por aí, quando viajo. Muitos estão bem situados na vida, seja como advogados, seja na magistratura, seja no Ministério Público. E sempre me distinguem, com o que demonstram que não foi em vão que convivemos na faculdade. Essa amizade é um prêmio que fica do trabalho feito.”

Assim como exerceu grande influência em mim no gosto pela leitura e na busca pelo saber, estendeu essa influência a muitos de seus descendentes. Como se alegrava ao ver seus filhos e netos se encaminhando e se dedicando com muito amor ao Magistério, às Letras, ao Direito e as Artes! Quantas e quantas vezes o vimos buscar em suas estantes algum livro que poderia ser de interesse da área de atuação de um neto! Isso lhe dava imensa satisfação. No íntimo sabia que tinha plantado ricas sementes em todos nós!

Sempre foi um crítico ferrenho dos arrogantes, dos hipócritas e dos embevecidos pelo poder. Chamava-os de “pobres de espírito”. Havia uma frase muito

comum em sua fala, quando se tratava de certas pessoas: “Se comprar o fulano pelo preço que ele vale e vendê-lo pelo preço que ele acha que vale, o sujeito ficará rico!”

Tinha profundo apego à vida pela oportunidade que ela podia lhe oferecer em termos de conhecimento. Para nós, dizia na altura de seus noventa e tantos anos que não era hora de morrer, pois tinha muito ainda que aprender:

“Gostarei de viver ainda muitos anos com saúde e lúcido para aproveitar o que o mundo tem de bom. Principalmente no plano das coisas espirituais – das artes, das letras, das ciências. Talvez um dia, quando me cansar de viver, quando a vida não puder ser vivida por mim como pretendo, ou quando perder a consciência da vida, eu aceite a ideia de morrer. Até lá, não!”

Infelizmente não chegou aos 100, como gostaria. Faltou bem pouco. Mas foi, atendendo ao seu desejo, quando já cansado de viver, a vida não podia mais ser vivida por ele. Escrevendo sobre sua existência, ele registrou:

“Assim, logrei atingir, sem maiores méritos – nunca, porém, sem nenhum –, a razoável posição que ocupo na sociedade provinciana onde vivo. Esforcei-me. Aceitei o desafio da vida! Obedeci a meu pai, que me exigiu esforço e me impediu de aceitar a derrota. Prezo muito o que tenho. Não é muito. Gostaria que fosse mais. Materialmente, não. Contento-me em ter para viver com decência e dar a minha família um conforto de pequeno burguês. Não me preocupo com a riqueza material. Não a persigo. Prefiro progredir mais no terreno do espírito. Se conseguirei, o tempo dirá.”

Coube ao Lucio, nosso irmão, a prerrogativa de estar diariamente ao seu lado nos últimos dois anos de sua vida quando, já com a saúde frágil, necessitava de maiores cuidados.

Me recordo das muitas vezes que eu telefonava para ele de Brasília ou quando ia passar alguns dias em sua companhia em Juiz de Fora e ele não se cansava de dizer:

“O Lúcio é tão dedicado a mim! Cuida tão bem de mim e não me deixa faltar nada!” Seus olhos transmitiam uma profunda ternura nessas horas e suas palavras eram a representação do homem que sempre soube ser grato por tudo que recebeu da vida.

Dizia mais, e nós filhos sempre fomos testemunhas disso: “Engraçado, né! O Lucio foi o único de vocês que conseguiu, com seu jeito maroto e brincalhão, me fazer dar boas risadas! Hoje cuida de mim!!!!”

Enfim, algo que muito me encanta na trajetória de vida de nosso pai é que ele viveu o suficiente para, com coerência, reflexões e humildade, rever muito de suas antigas crenças, conceitos e preconceitos. Foi capaz de promover mudanças

em seu pensar e agir, levando desta vida um patrimônio espiritual maior do que recebeu quando aqui chegou. Recordo-me de ele dizer, não poucas vezes, quanto gostaria de voltar no tempo para poder viver junto a nós, seus filhos, o que via seus genros e filhos vivendo junto aos seus: a manifestação clara e espontânea de reciprocidade no afeto que ele, Almir, achou por bem reprimir, por medo de perder a autoridade, pois assim haviam lhe ensinado.

Espero ter trazido para todos os senhores um pouco desse Almir que nem todos tiveram a oportunidade de conhecer.

Embora com muitas imperfeições, como ele mesmo dizia, por serem elas uma condição do ser humano em evolução, nosso pai foi para nós um exemplo de tudo quanto se espera de um grande homem e de um pai: amor à família, ao saber, dignidade, caráter, dedicação e esforço constante de superação. Esse foi seu grande legado, que esperamos poder oferecer aos nossos herdeiros; e eles aos seus, com vistas à construção de uma humanidade melhor e mais justa.



DARCY RIBEIRO ASSUME A CENA

*Petrônio Braz**

Peço vênia para, retroagindo em uma das dimensões do espaço-tempo, prestar uma homenagem, deferida pela lembrança, ao ex-presidente desta Casa, Murilo Badaró, de saudosa memória, não ao político que admirei, mas ao intelectual que enobreceu esta Academia.

Quando da posse do acadêmico Manoel Hygino dos Santos neste sodalício, ele – Murilo Badaró – disse-me:

– Nós somos os últimos.

Referia-se ele ao grupo de colegas do Curso Ginásial, do internato do Instituto Padre Machado, aqui em Belo Horizonte.

Após a diáspora em 1945 perdemos muitos contatos. Mas, eu não fiquei como o último. Existem alguns outros espalhados pela vastidão deste país. Poucos que ainda resistem às leis irrevogáveis da Natureza.

Neste momento, o importante é a honra de ter sido convidado pelo acadêmico Rogério Faria Tavares, coordenador da Universidade Livre desta Instituição, a falar de um conterrâneo, a dizer sobre Darcy Ribeiro, que tão bem preservou na memória a sua origem, e de uma de suas magníficas obras literárias.

É o objetivo deste nosso encontro.

Em um primeiro momento, embora já leitor de suas obras, busquei exaustivamente reconhecer, identificar Darcy Ribeiro. Diante da grandiosidade de seu valor humano pareceu-me um ser imaginário. Um ser onipresente que teria vivido no Norte de Minas, nos primórdios da ocupação portuguesa, buscando entender os conflitos entre a barbárie e a civilização, presente entre os habitantes primitivos da terra em fase de colonização, identificando-se com eles. Teria ele convivido com os Guaíbas, Natus, Crixás. Xacriabás, Caiapós, senhores absolutos das terras do Grande Sertão, adotado depois por Guimarães Rosa?

Não! Ele viveu muito depois.

Nasceu no Norte de Minas, é bem verdade, já em plena República, dizendo os registros que em 26 de outubro de 1922. Assim, diligenciei encontrá-lo em Montes Claros, mas ele havia buscado o Mundo.

Onde e como encontrá-lo?

Indaguei e, indagando, deparei-me com ele no Rio de Janeiro. Ali, descobri um ser humano com uma mentalidade socialista evoluída, muito acima dos que

com ele partilhavam espaços dentro de uma sociedade conservadora: Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil. Mas, não era um, eram inúmeros Darcys. Vi o político, o idealista, o professor, mas logo a minha mente ficou túrbida. Não era mais o Rio de Janeiro, era Brasília, a nova capital da República brasileira e ali fiquei perplexo. Ele, no alto do Poder, criando universidade.

Na imprecisão, retornei no tempo e embrenhei-me pelo interior do Sertão e lá me deparei com um Darcy ensolarado, estudando a natureza humana através de pesquisas entre os índios.

De retorno à civilização, foi-me informado que ele, deserdado pela Pátria, estava longe da própria casa. Mas ele havia levado consigo o seu deslumbramento com a sociedade indígena e a força da sua identidade. Lá, bem distante, ele escreveu *Maíra*, seu primeiro trabalho literário de ficção.

Acomodei-me.

Esse Darcy, que estava fora de casa, com certeza era o mesmo que eu havia encontrado no Rio de Janeiro, em Brasília ou entre os índios. Ele voltaria. Voltou e foi, mais uma vez, um dos mais importantes líderes políticos e um dos mais conceituados intelectuais do país, e novamente dividiu-se em campos outros de atividades produtivas.

Plácidos ouvintes.

Deram-me, e não podia ser diferente para não abusar da tolerância dos que aqui se encontram presentes, cinquenta minutos para ver Darcy Ribeiro e comentar sobre *Maíra*, mas para dizer sobre ele eu precisaria de uma eternidade. Para dissecar *Maira* teriam que me dar um século, pois ele é a metáfora de Jesus Cristo, como observa o professor Márcio Adriano Moraes.

A dimensão do conteúdo de *Maíra* ainda não foi delineada. Para se compreender o livro é preciso buscar o Darcy Ribeiro que está dentro dele. Não me proponho a fazer uma análise literária do livro, mesmo porque, o relevante é fixar o fato histórico-literário de sua edição; comemorar o quadragésimo aniversário de seu lançamento, e é o que estamos fazendo de forma coletiva, sem necessidade de definir a sua estrutura e delimitar a sua essência.

Encontrei, e li, inúmeras biografias do imortal Darcy Ribeiro, mas a mais sucinta, e, por isso mesmo não completa, mas que se adapta ao tempo pré-estabelecido, informa que ele é mineiro, de Montes Claros. Antropólogo, professor, ensaísta e romancista, diplomou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), especializando-se em Antropologia. Foi etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios e fundou o Museu do Índio, assim como criou o Parque Indígena do Xingu. Organizou e dirigiu o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia, tendo sido professor de Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1955-56). Participou com

Anísio Teixeira da defesa da escola pública; criou a Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor; foi ministro da Educação do Governo Jânio Quadros (1961) e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart, tendo sido um dos líderes das reformas estruturais. Com os militares no Poder, teve os direitos políticos suspensos e foi exilado. Viveu em muitos lugares da América Latina, tornando-se assessor de Allende, presidente chileno. No exílio, escreveu dois romances, entre os quais, *Maíra*. Retornou ao Brasil em 1976 e foi anistiado em 1980. Foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro. Atuou com dinamismo em vários setores educacionais. Foi eleito senador da República em 1990. Além de obras sobre etnologia, antropologia, educação, sociologia, publicou vários livros. Em 1995, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Brasília (UnB), fundada por ele na década de 60. Ele foi eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11, sucedendo a Deolindo Couto na Academia Brasileira de Letras.

André Luís Lopes Borges de Mattos, analisando a antropologia no Brasil, observa que

“Darcy Ribeiro foi, sem dúvida, um dos antropólogos brasileiros que mais diversificaram suas atividades e, dentre esses, aquele cuja atuação política alcançou maior repercussão na esfera pública. Sua trajetória parece, por isso, expressar um daqueles momentos de convergência entre a história das ideias e a história das ações, que, em tempos de especialização acadêmica, parecem se tornar cada vez mais raros”.

Esclarece ainda Borges de Mattos que Darcy Ribeiro com suas investigações no campo da antropologia da civilização queria explicar o Brasil.

Quando Darcy Ribeiro ficou encantado em 17 de fevereiro de 1997, o cronista Zuenir Ventura assim se manifestou:

“Morreu o grande pajé, foi embora o nosso bom selvagem, subiu aos céus o nosso feiticeiro. A utopia ficou sem sua encarnação. A política, a ética, a erótica e a poética perderam sua rima rica”.

Luminares acadêmicos e acadêmicas.

Um livro, para ser entendido, é preciso que o leitor, tanto quanto possível, penetre subjetivamente no interior criativo do Autor. Li *Maíra* pela terceira vez, ou mais precisamente risquei, rabisquei e fiz anotações à margem de cada folha.

Mas isto, todos os que leram também fizeram.

No livro *Testemunho*, Darcy Ribeiro nos revela fases de sua formação intelectual e expõe seus pensamentos. Nele dá um depoimento da escrita de *Maíra*:

O esquema de Maíra, em suas linhas gerais, já o definia como um romance da dor e do gozo de ser índio. Retomando, ali, minhas memórias, consegui encarnar, dar vida ao drama de Avá, uma espécie de índio-santo sofredor, na sua luta impossível para mudar de couro, deixando de ser um sacerdote cristão para voltar à sua indianidade original. (...) Só fui completá-lo em 1974/75, para sair da tensão em que me afundei depois da operação de câncer. Suponho até que foi aquela experiência de ver a morte cara a cara, minha morte, como uma possibilidade real e concreta, que desatou as peias e me deu a coragem de expressar-me carnalmente como se requer de um romancista.

Celso Furtado, em pronunciamento na Academia Brasileira de Letras, destacou que:

“foi a experiência de viver a morte antecipada que precipitou Darcy na maravilhosa aventura de montagem intelectual do edifício de uma cultura há milênios cristalizada, a partir do esboço de personagens captadas ao vivo. A comprovação de seu gênio está na intuição que o iluminou, de que, para realizar essa obra, deveria valer-se da dupla linguagem da etnografia e da ficção literária, do que resultou essa criação vertiginosa que é ‘Maíra’. A desnorteante construção do romance se apoia no contraponto de duas criaturas humanas desgarradas de suas matrizes culturais e em luta desesperada para recuperar a própria identidade.

“A jovem loura – Alma – e o jovem indígena – Isaías – são levados por forças de um destino sem apelo, pois quem se desgarra de suas raízes culturais está perdido. Alma pensa encontrar a salvação realizando-se na plenitude como fêmea para quem nada que é humano é estranho, num retorno ao vigor da natureza primeva. Isaías perde-se como um sonâmbulo na tentativa vã de integrar o imaginário de duas culturas em uma mesma metafísica. E os dois são arrastados inexoravelmente à autodestruição, rejeitados pelos mundos místicos em que se haviam refugiado.

“Combinar os recursos de duas linguagens – a filosófica e a literária – é experiência de que temos belos exemplos desde os ‘Diálogos’ de Platão até o teatro de Sartre. Mas integrar duas linguagens que traduzem dois sistemas de cultura, isto é, os valores de dois mundos essencialmente distintos, é uma aventura intelectual, creio, sem precedente. Dou ênfase a essa constatação factual porque foi a partir dela que me convenci do valor universal da obra de Darcy Ribeiro”.

Pondo em relevo a sua formação sociológica e suas convicções socialistas, Darcy Ribeiro traz, como um dos pontos altos do livro, a história de um índio que, adotado por um padre, foi persuadido a seguir o sacerdócio. Convencimento por uma imposição de natureza religiosa, em busca de uma salvação pós-morte. Ele questiona sua verdadeira fé e entra em conflito por ter abandonado seu povo.

Seria possível transformar Avá, o substituto natural de Anacã (chefe dos *mairuns*) do clã do jaguar, em Isaías um servo do Deus católico, privado de sua liberdade?

Mas, por que Isaías e, não José, Pedro, Davi ou outro nome bíblico? Darcy Ribeiro poderia ter escolhido outro nome cristão para o índio transmutado em padre.

Com essa dúvida fechei o livro e abri a Bíblia.

O Isaías bíblico tornara-se profeta através de uma visão do trono de Deus, acompanhado por serafins, em que um desses seres angelicais teria voado até ele trazendo brasas vivas do altar para purificar seus lábios a fim de purificá-lo de seu pecado. Mas, é o próprio Darcy que nos dá essa referência:

Entre eles um me fala sem pausa nem termo. É o da boca queimada pela palavra de Deus: Isaías.

Brasas que queimaram a consciência do Isaías de Darcy Ribeiro pelo curso de sua existência.

Apesar da palavra onisciente do narrador, que perpassa boa parte dos capítulos do livro, estão presentes os narradores em primeira pessoa, representados principalmente por Isaías e Alma quando eles fazem suas reflexões.

Isaias tornou-se o nome cristão de Avá, um índio *mairum* que saiu da sua tribo para se tornar padre. Encontra-se na Itália. Lamenta por sua raça desprestigiada e queria que Deus mudasse sua origem. Entretanto, tem a certeza de sua origem e que ele representa a sua nação. Sabe que pertence a um povo inviável, e se compara aos excluídos: judeus, ciganos, bascos. Existe um grande conflito interior: Isaías que quer ser padre, e o Avá, índio *mairum* do clã jaguar.

“Minha desgraça foi uma caxumba que interrompeu meu destino. Veio o padre Vecchio me curar e disse logo que não podia me tratar ali na aldeia, me levou para a Missão. Lá fiquei. Também lá não era tratado como os outros. Nem brincava com eles. Sofria o serviço dos padres em cima de mim de dia e de noite. Sobretudo do padre Vecchio. Seu esforço não era para uma conversão: era reformar uma alma. Metido naquela moenda, eu acabei querendo, desejando, aspirando a ser missionário. Senti que tinha nascido para isso, que Deus necessitava de mim. Nesse rompante, saí para Goiás Velho, para São Paulo, para Roma. Volto agora depenado. E eu fui a mairunidade. Agora sou um índio qualquer” (p. 184).

Sou levado a crer que Darcy não transportou um índio para o Vaticano. Ele nos mostrou que a evolução cultural não pode saltar etapas, não ocorre através de rupturas forçosamente impostas. Ele em verdade reviveu no Século XX os conflitos, a violência da colonização, presentes nos aldeamentos dos Séculos anteriores nascidos de uma errônea tutela governamental e religiosa, com recrutamentos amplos, sem respeito à autonomia dos povos indígenas.

Mais uma vez tive que me afastar do livro, deixá-lo à margem para rever a História.

Quando se fala em Missões, em recrutamento indígena, somos levados aos jesuítas, na vigência do *Padroado Regis*. Eles não buscaram uma interação como vista por Darcy Ribeiro. Presos aos princípios romanos que instituíram a Inquisição, impuseram uma integração das comunidades indígenas à cultura religiosa dos caríbas. Era objetivos dos jesuítas, entre outros de natureza política: difundir o catolicismo entre os índios a qualquer custo, catequizando-os e transmitindo-lhes a língua do conquistador.

Observa o professor Jânio Marques Dias em seu livro “Em busca da Religiosidade Sertaneja” que:

Desde o início da colonização do Brasil, Século XVI, o catolicismo português foi usado como gesto impositivo aos habitantes das terras brasileiras sem restrições e preocupações ao já existente sistema religioso e social dos índios (pag. 85).

O contato do branco com o índio, pela interação, não pela integração, é o que se pode extrair de *Maíra*, vendo-se a interação como o contato respeitoso das especificidades de uma e de outra cultura.

Mas, Darcy Ribeiro também defendeu a integração gradativa do índio através de etapas de evolução sociocultural, de programas graduais de educação por temer os efeitos negativos do isolamento nas Reservas, em prática na atualidade histórica brasileira.

Ainda, em *Maíra*, Darcy Ribeiro nos traz um espaço urbano representado principalmente pelas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. Há um momento em que Isaías está em Roma. Existe um espaço lendário no tempo da formação do mundo: A vila de Corruptela onde o beato Xisto faz suas pregações. Mas o espaço predominante é a aldeia *mairum*, Tribo criada e denominada pelo Autor.

Darcy transporta a branca Alma para um mundo que não é o seu e nos mostra o choque de culturas. O livro é intercalado por descrições da natureza, que é o cenário fundamental da trama.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras ele confessa

“que somos uma nação etnicamente unificada e coesa, sem qualquer contingente oprimido a disputar autodeterminação. É verdade que uns quantos povos indígenas, para nossa vergonha, ainda estão reclamando a propriedade dos territórios em que viveram desde sempre e o direito de continuarem vivendo dentro de sua própria Cultura. Eles são tão poucos, e o que pedem é tão insignificante, que a dignidade nacional não há de negar-lhes. Isso seria fatal, hoje, já não para o nosso destino, mas para a nossa honra”.

Apenas para informar, ou lembrar a quem já leu, o romance é dividido em

quatro partes, recorrendo a títulos de um ritual católico, com uma estrutura de missa em latim: *Antífona* (o canto de abertura), *Homilia* (é a parte da missa em que se faz uma pregação sobre o Evangelho), *Cânion* (é a parte central) e *Corpus* (parte que se refere à eucaristia, à comunhão).

Darcy Ribeiro nos esclarece que:

“A primeira versão de ‘Maíra’ me saiu por razões terapêuticas. Eu a escrevi para sair da ‘surmenage’ em que caíra no meu exílio uruguaio, e que já não me dava paz nem para dormir ou para ficar acordado. Estava extenuado pelo esforço de escrever o primeiro texto de minhas teorias antropológicas: O processo civilizatório. [...] Meu programa de cura foi ir para uma pensão de repouso, proibido de tocar no livro que me deixava insano. [...] fui procurar repouso, durante o inverno, numa hospedaria de verão. Tão aberta aos ventos frios que o gerente recomendou que me hospedasse na casa de uma velha italiana. Fui ter lá. A cama era fofa, e a lareira estava sempre acesa. [...] Comecei, instantaneamente, a escrever ‘Maíra’. Creio que ele preexistia dentro de mim, como uma possibilidade, pronto a ser vomitado. [...] ‘Maíra’ lá ficou esquecido [...] A segunda versão de ‘Maíra’ me surgiu inesperadamente numa prisão a que fora recolhido ao retornar ao Brasil, em 1969. [...] Consentiram, em algum momento, em me dar papel e uma esferográfica péssima com que comecei a reescrever ‘Maíra’ desde o ponto zero, porque não tinha qualquer anotação da tentativa anterior. [...] O que era claro para mim desde o princípio era a história de vida do índio Isaías. [...] O Avá, ao final, rompe com a Igreja para voltar à tribo. [...] O que fiz, na verdade, foi romancear a história verdadeira de Tiago Kegum Apoboreu, índio bororó que os salesianos quiseram ordenar. [...] A terceira e derradeira versão de ‘Maíra’ eu escrevi no meu segundo exílio, em Lima (Peru). [...] Outra vez não tendo anotação nenhuma dos exercícios anteriores, tive que recommençar. Foi uma beleza. [...] Descobri que a estrutura de ‘Maíra’ era a da missa católica, e tudo reescrevi com essa intencionalidade. Vira bem que o tema verdadeiro de ‘Maíra’ era a morte de Deus, que morria porque o mundo ‘mairum’ estava condenado, não tinha salvação. [...] Não tive nenhum escrúpulo em misturar mitos, lendas e contos de tantos povos, mesmo porque conheço bem meus índios. [...] Estou certo de que qualquer índio brasileiro, lendo a mitologia inscrita em ‘Maíra’, a achará perfeitamente verossímil. No enredo de ‘Maíra’, tomam sentido principalmente minhas observações diretas do gozo e da dor de viver de todos os índios com que convivi por muitos anos” (p. 19/22).

No capítulo “O mundo alheio”, da parte “Cânion”, os *mairuns* perguntam coisas de religião, se *Maira* é realmente filho de Deus, se ele é mesmo como ouviram falar, ou como os cristãos falam dele. *Maira* seria, assim, uma metáfora de Jesus Cristo inserida no mundo índio.

“Um dia o Velho Ambir quis sentir suas criações. Arrotou e lançou o arrote no mundo para ser seu filho” (p. 147). “O filho de Deus estava ali, disperso, quando viu, um dia, passar por perto nosso antepassado Mosaingar, que chamou sua atenção. Maíra gostou, quis ver o mundo com seus olhos. Baixou, vestiu-se na pele de Mosaingar e, bem dentro dele, fez para si mesmo um oco, um útero” (p. 148). “Filho de não sei quem, já vou parir? Veja bem, você nasce sem pai. Não sururuquei com a verga de Deus. como é que você vai nascer, se não é filho do Sem-Nome? [...] Ora, Mosaingar, nossa mãe, não se importe. Você vai parir dois gêmeos. Não somos filhos de Deus. Somos os pais do homem que há de ser” (p. 150).

Darcy Ribeiro foi buscar no Rio de Janeiro a jovem “Alma”, de 23 anos, carioca e loira, formada em Psicologia pela PUC, fala francês, conversa com a irmã Petrina num Convento. O pai de Alma está morto e ela decide seguir os caminhos de Jesus. Quer ir para as Missões do Iparanã com as francesas. Assume-se pecadora e está disposta a redimir seus pecados servindo a Deus.

Ilustra Antonio Candido que:

“Os destinos cruzados de Isaías e Alma formam a substância da linha narrativa central e mostram como Maíra é o livro de um antropólogo que assume plenamente a condição de escritor, ao fundir o conhecimento da vida primitiva com a experiência da civilização, combinando os ângulos de visão dos dois mundos, sem qualquer exotismo pitoresco. Maíra foi produzido por um homem que conhece a fundo a sociedade do índio e a sociedade do branco, que sabe qual é o resultado catastrófico do seu encontro, mas que supera a tentação de mostrar este como espetáculo, porque o seu alvo é uma visão em profundidade. Esta assegura o poder de convicção do livro e é devida não apenas ao saber etnológico, mas também à técnica narrativa, escolhida e praticada com firme discernimento” (CANDIDO, 2007:382).

Senhoras e senhores acadêmicos,

Em *Maira* o Autor em verdade nos confunde com sua versatilidade, com o seu cromatismo, com a dispersão utilizada. De uma linguagem culta nos conduz a termos chulos e até pornográficos, palavras em inglês, em latim e na língua tupi, como sabiamente selecionou o professor Márcio Adriano Moraes:

“Explode aqui e ali em frondes que amanhecem umas vestidas de gala em azul-celeste, em carmim ou escarlate; outras, em hábitos monacais que vão do branco prateado ao roxo episcopal e dele ao amarelo mais budaquimer. O esplendor de cores das frondes acende desplante, o verde-louro verdejante, frisando verdes-cinzas, verdes-gaios, verdes-musgos, verdes-verdes, verdes-crés”.

(p. 56). *Apesar de muitos termos chulos, a linguagem, muitas vezes, é poética, musical, com muitos jogos de palavras, como neste trecho em que o metanarrador está com a palavra: “Ai vida que esvai distraída, entre os dedos da hora, tirando da mão até a memória do tato dos meus idos” (p. 207). Lirismo: “A nudez, aprendi ontem, é o ato íntimo, secretíssimo, da mulher e do homem que, sozinhos no mundo, se desatam um diante do outro para o amor e a contemplação” (p. 330). Linguagem barroca: “Senhor todo-poderoso.....roso, roso, Aquele que era.....era, era” (p. 189). Esse jogo de ecos lembra um célebre poema de Gregório de Matos: “Na oração que desaterra.....aterra/ quer Deus, que, a quem está o cuidado.....dado”. Termos e Linguagem Indígena: “o Uruantãremu que há de ser tuxaua” (p. 55). “Né tuxauareté ypy, rancuãí ibá” (p. 289). “Ñanderuvuçu ou peteĩ, pytu avytepy añoñ ojicuaã” (p. 133). Linguagem chula (pornográfica): “eu nunca tinha trepado uma mulher sequer. De punheta estava cheio” (p. 273) “Mas o melhor que lhe dei são essas duas bolas doloridas de tesão, esse pau pica caralho fudedor” (p. 285). “Dentro da Canindejub eu me sinto mamado, chupado, sugado pela carapuá branca e peluda dela” (p. 289).*

Instruídos ouvintes.

Aqui, falamos de um imortal sem mostrar, por incapacidade de conhecê-lo, o verdadeiro Darcy Ribeiro.

Dissemos de *Maíra* e falamos em Isaiás e Alma, mas não nos aprofundamos em outros personagens presentes na obra e que são muitos, e não nos referimos à descrição realista da vida na selva. Mas, para nos atermos às intervenções dos processos missionários na cultura indígena basta destacarmos um dos encontros entre Isaiás e Alma:

“Isaiás e Alma estão novamente no rio. Isaiás fala a Alma o motivo do choro e do escândalo das índias. Elas reclamavam, em idioma mairum, das freiras que estão estragando a fertilidade das meninas mairunas. Pedem ao Avá que mate a todos, os homens, que não são homens, e as mulheres más. Levar com ele os meninos e as meninas para a aldeia. Alma percebe que ela está “renascendo” enquanto Isaiás está “morrendo”

A castidade das meninas levada ao extremo pelas freiras, impedindo-as de *sururucar* e estabelecendo, de forma indireta, o controle de natalidade.

Após quarenta anos de seu lançamento, o livro *Maíra* continua atual. Permanece perene no contexto cultural, presente nas bibliotecas públicas e particulares, desgastado pelo tempo e pelo uso, pelas incontáveis leituras de um mesmo volume. Através de anotações, de comentários, de resumos acadêmicos está presente, pela informática, em todos os lares brasileiros.

Muito, e muito teria ainda que informar, mas, afastando-me da grandiosidade do livro e retornando ao Sertão norte-mineiro, a Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco, como mais uma comemoração dos quarenta anos do lançamento do livro *Maira*, em parceria com a “Fundação Darcy Ribeiro”, instituiu, a “Medalha de Honra Darcy Ribeiro”.

Quero, ainda, dizer que Darcy Ribeiro tinha um ideal: Publicar uma Biblioteca Básica Brasileira, para ser distribuída gratuitamente a todas as Escolas. Faleceu sem realizá-lo, mas a Fundação Darcy Ribeiro, sob o comando de Paulinho Ribeiro, transformou o sonho em realidade.

Na quinta-feira, feriado de **Corpus Christi do ano da graça de 2015, confortavelmente despreocupado à frente da televisão a ver um filme, recebi a visita do amigo Paulinho Ribeiro, ilustre presidente da Fundação Darcy Ribeiro. Trazia-me ele a tiracolo, se possível assim transportar uma coleção de quarenta livros, em complemento aos dez anteriores que me havia ofertado, integrantes da Biblioteca Básica Brasileira, um sonho de Darcy Ribeiro tornado real.**

Nada me agrada mais do que receber um livro. Quarenta, então, um prêmio lotérico. Os cinquenta livros da BBB complementam, com destaque, a minha modesta estante.

Não há destaques, mas nos referimos especialmente a Euclides da Cunha, Darcy Ribeiro, Alcântara Machado, Capistrano de Abreu, Tomas Antônio Gonzaga, Visconde do Rio Branco, Coelho Neto, Afonso D’E. Tauxem, Joaquim Manoel de Macedo, João Ribeiro, Machado de Assis, Manoel Antônio de Almeida, Rui Barbosa, Tobias Barreto, Silvio Romero, Araripe Júnior, José de Alencar, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Américo Vespúcio, e outros e outros e outros.

A BBB, como informa Paulinho Ribeiro, tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro:

“O Brasil e os Brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criações literárias”.

O projeto já havia antes editado cem obras de escritores diversos, dentro da mesma linha acima referida e, para tanto, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um Comitê Editorial, que desenhou o projeto.

A BBB foi formulada para ser lançada a partir de 1962, mas foi obstaculizada pela implantação do Regime Militar, pelo que somente após a “abertura” teve prosseguimento, com a edição dos livros pretendidos.

Observa Paulo Ribeiro, presidente da Fundação Darcy Ribeiro, que:

“impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com apoio dos Correios e da Petrobrás (...) um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade”.

Foram editadas dezoito mil coleções para distribuição gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Um presente ao Brasil e aos brasileiros.

BORGES DE MATTOS, André Luís Lopes. *Darcy Ribeiro e a antropologia no Brasil* (1944-1956), Unicamp.

MARQUES DIAS, Jânio. *Em busca da Religiosidade Sertaneja*, Editora UNIMONTES, 2015.

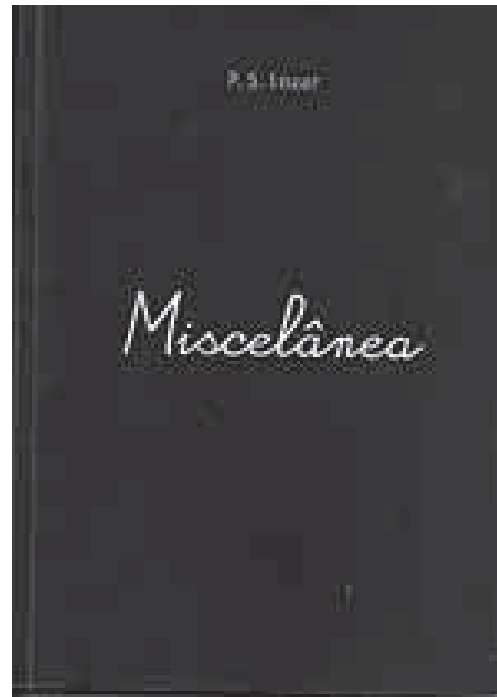
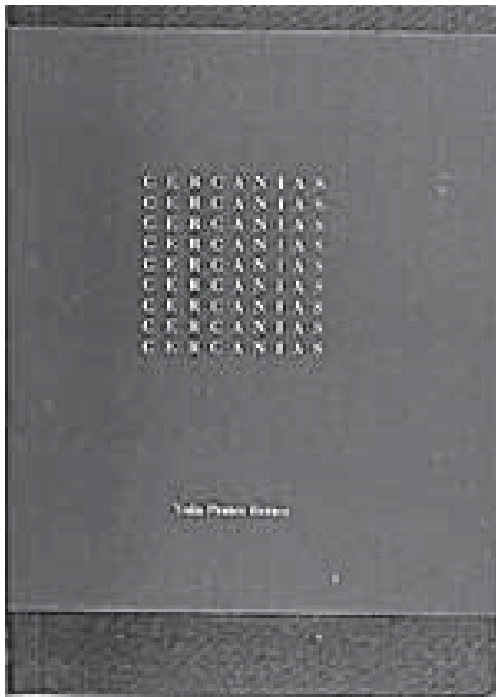
MORAES, Márcio Adriano. *Estudo da obra Maíra – Darcy Ribeiro*, inédito.

RIBEIRO, Darcy *Maira*, 19ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

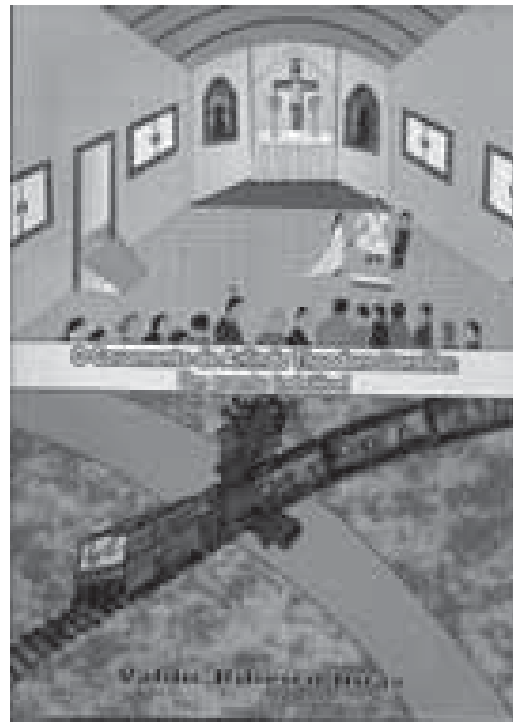
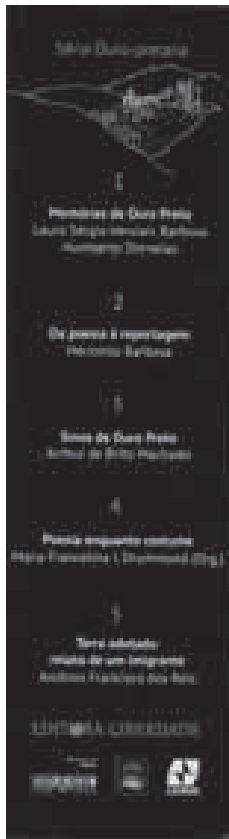
RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990:206.



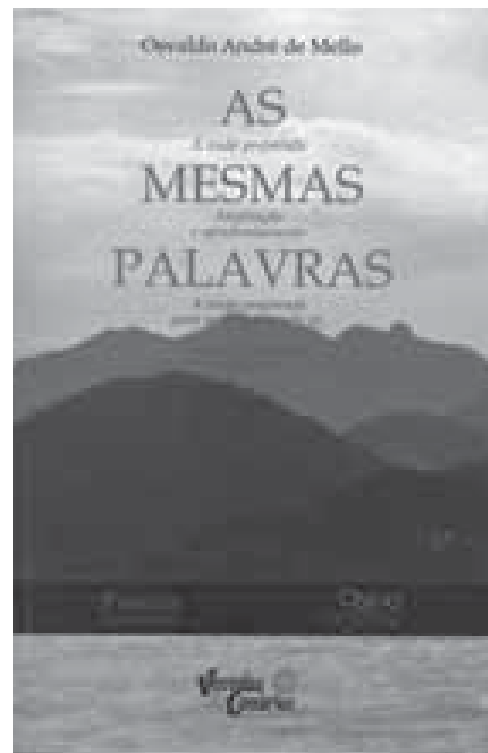
OBRAS RECEBIDAS



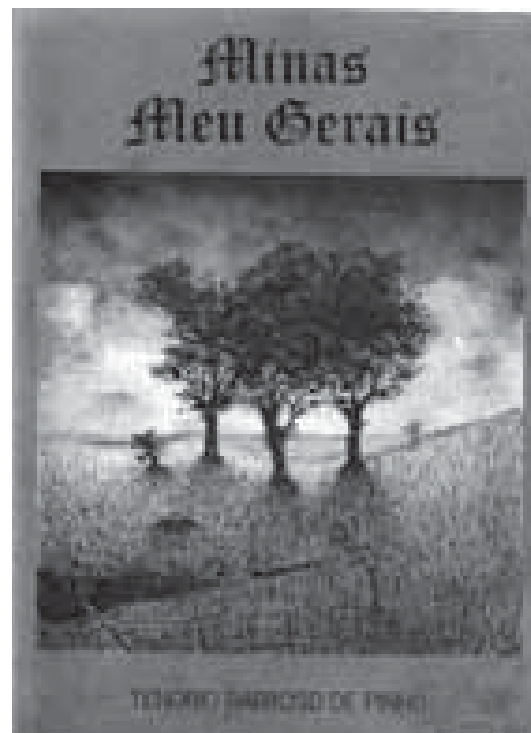
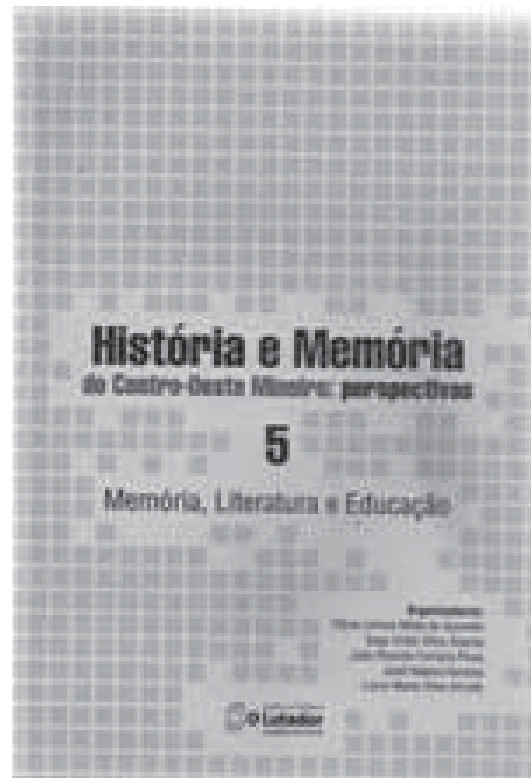
OBRAS RECEBIDAS



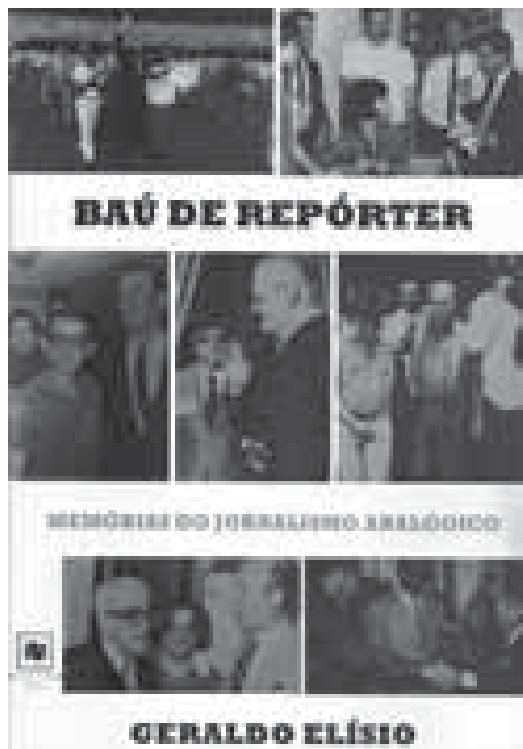
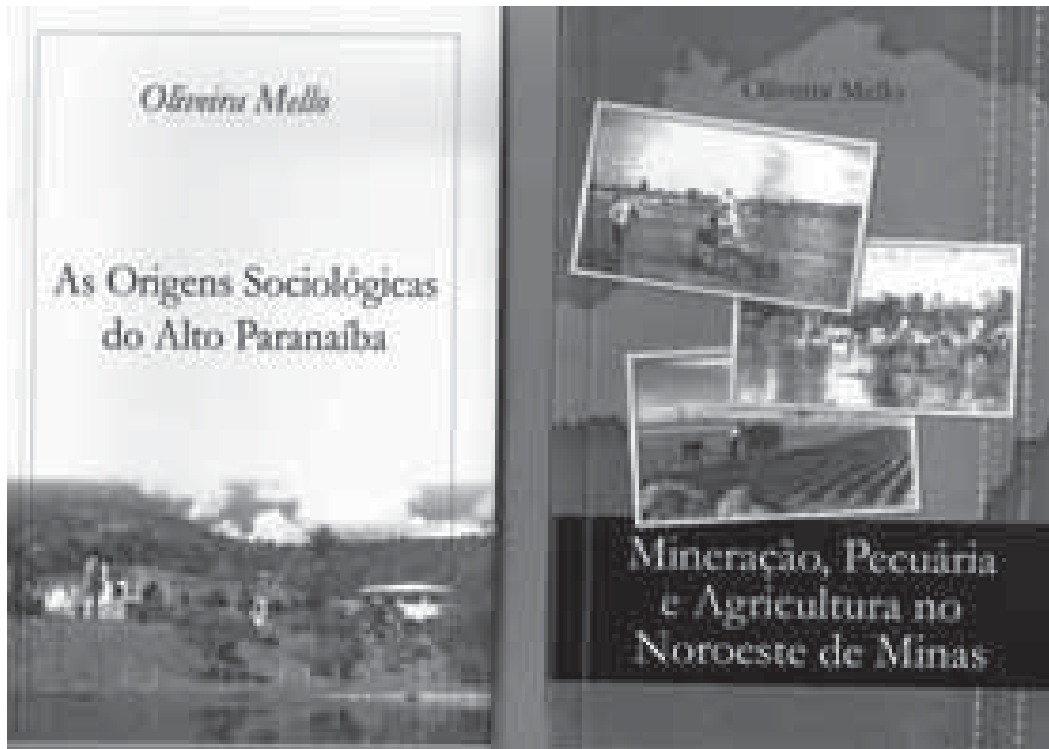
OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



Academia Mineira de Letras

QUADRO ACADÊMICO

*Patronos, fundadores e atuais ocupantes**



* Em maiúsculas foram ou são nomes literários geralmente utilizados pelos acadêmicos

Cadeira nº 1

Patrono: VISCONDE DE ARAXÁ – Domiciano Leite Ribeiro (1812-1881)*

Fundador – ALBINO de Oliveira ESTEVES (1884-1943)

2º Sucessor – DANILO GOMES (1932)

Cadeira nº 2

Patrono: ARTHUR FRANÇA (1881-1902)

Fundador – ALDO Luiz DELPHINO dos Santos Ferreira Lobo (1872-1945)

3º Sucessor – BENITO BARRETO (1929)

Cadeira nº 3

Patrono: AURELIANO José LESSA (1828-1861)

Fundador – Affonso da Costa Guimarães (ALPHONSUS DE GUIMARAENS) (1870-1921)

4º Sucessor – ANGELO OSWALDO de Araújo Santos (1947)

Cadeira nº 4

Patrono: FREI José Marianno da Conceição VELLOSO (1742-1811)

Fundador – ÁLVARO Astolpho DA SILVEIRA (1867-1945)

2º Sucessor – AMÍLCAR Vianna MARTINS Filho (1949)

Cadeira nº 5

Patrono: José Maria Teixeira de AZEVEDO JÚNIOR (1865-1909)

Fundador – AMANAJÓS de Alcântara Vilhena DE ARAÚJO (1880-1938)

5º Sucessor – CARMEN SCHNEIDER Guimarães (1926)

Cadeira nº 6

Patrono: BERNARDO Pereira DE VASCONCELLOS (1795-1850)*

Fundador – ARDUINO Fontes BOLÍVAR (1873-1952)

5º Sucessor – YEDA PRATES BERNIS (1926)

Cadeira nº 7

Patrono: LUIZ CASSIANO Martins Pereira (1868-1903)

Fundador – Antônio AVELINO FOSCOLO (1864-1944)

5º Sucessor – RICARDO Arnaldo Malheiros FIÚZA (1937)

Cadeira nº 8

Patrono: João BAPTISTA MARTINS (1868-1906)

Fundador – BELMIRO Belarmino de Barros BRAGA (1872-1937)

4º Sucessor – Rogério Faria Tavares

Cadeira nº 9

Patrono: JOSAPHAT BELLO (1870-1907)

Fundador – BENTO ERNESTO Júnior (1866-1943)

4º Sucessor – MÁRCIO Manoel GARCIA VILLELA (1939)

Cadeira nº 10

Patrono: CLÁUDIO MANOEL DA COSTA (1729-1789)

Fundador – Francisco Eugênio BRANT HORTA (1876-1959)

2º Sucessor – FÁBIO Proença DOYLE (1938)

Cadeira nº 11

Patrono: Frei José de SANTA RITA DURÃO (1722-1784)

Fundador – CARLOS GÓES (1881-1934)

4º Sucessor – Dom WALMOR Oliveira de Azevedo (1954)

Cadeira nº 12

Patrono: Ignacio José de ALVARENGA (PEIXOTO) (1744-1793)

Fundador – CARLINDO LELLIS (1879–1945)

5º Sucessor – CONÊGO José Geraldo VIDIGAL de Carvalho (1933)

Cadeira nº 13

Patrono: José Pedro XAVIER DA VEIGA (1846-1900)

Fundador – José Joaquim do CARMO GAMA (1860-1937)

4º Sucessor – PAULO TARSO FLECHA DE LIMA (1933)

Cadeira nº 14

Patrono: JOSÉ Cândido da Costa SENNA (1847-1901)

Fundador – Joaquim Cândido da COSTA SENNA (1852-1919)

3º Sucessor – ANTENOR PIMENTA Madeira (1960)

Cadeira nº 15

Patrono: BERNARDO Joaquim da Silva GUIMARÃES (1827-1884)

Fundador – DILERMANDO Martins da Costa CRUZ (1879-1935)

4º Sucessor – BONIFÁCIO José Tamm de ANDRADA (1930)

Cadeira nº 16

Patrono: Francisco de PAULA CÂNDIDO (1805-1864)

Fundador – DIOGO Luiz de Almeida Pereira de VASCONCELLOS (1843-1927)

6º Sucessor – RONALDO COSTA COUTO (1942)

Cadeira nº 17

Patrono: CONDE DE PRADOS (Dr. Camillo Maria Ferreira Armond)
(1815-1882)

Fundador – EDUARDO DE MENEZES (1857-1923)

5º Sucessor – VAGA

Cadeira nº 18

Patrono: Manoel Ignacio da SILVA ALVARENGA (1749-1814)*

Fundador – ESTEVAM José Cardoso de OLIVEIRA (1853-1926),

3º Sucessor – JOSÉ HENRIQUE Santos (1934)

Cadeira nº 19

Patrono: Padre-Mestre José Joaquim CORRÊA DE ALMEIDA (1820-1905)

Fundador – FRANCISCO LINS (1866-1933)

2º Sucessor – PADRE José Carlos BRANDI ALEIXO (1932)

Cadeira n.º 20

Patrono: ARTHUR LOBO (1869-1901)

Fundador – FRANKLIN DE Almeida MAGALHÃES (1879-1939)

4º Sucessor – HINDENBURGO Chateaubriand Pereira-DINIZ (1932)

Cadeira nº 21

Patrono: FERNANDO DE ALENCAR (1857-1910)

Fundador – GILBERTO DE ALENCAR (1887-1961)

5º Sucessor – ELISABETH Fernandes RENNÓ de Castro Santos (1930)

Cadeira nº 22

Patrono: JÚLIO César RIBEIRO (1845-1890)

Fundador – HEITOR GUIMARÃES (1868-1937)

2º Sucessor – FÁBIO LUCAS Gomes (1931)

Cadeira nº 23

Patrono: JOAQUIM FELICIO dos Santos (1828-1895)

Fundador – Dom JOAQUIM SILVERIO de Souza (1859-1933)

4º Sucessor – MANOEL HYGINO dos Santos (1930)

Cadeira nº 24

Patrona: BARBARA ELIODORA Guilhermina da Silveira (1758-1819)

Fundador – JOÃO LÚCIO Brandão (1875-1948)

4º Sucessor – EDUARDO Brant ALMEIDA REIS (1937)

Cadeira nº 25

Patrono: AUGUSTO FRANCO (1877-1909)

Fundador – JOÃO Augusto de MASSENA (1865-1957)

3º Sucessor – FRANCELINO PEREIRA dos Santos (1921)

Cadeira nº 26

Patrono: EVARISTO Ferreira DA VEIGA e Barros (1799-1837)

Fundador – JOSÉ EDUARDO DA FONSECA (1883-1934)

6º Sucessor – ANGELO Barbosa Monteiro MACHADO (1934)

Cadeira nº 27

Patrono: Eduardo CORRÊA DE AZEVEDO (1856-1904)

Fundador – JOSÉ Francisco da PAIXÃO (1868-1949)

5º Sucessor – AFONSO HENRIQUES GUIMARAENS Neto (1944)

Cadeira nº 28

Patrono: AMÉRICO LOBO Leite Pereira (1839-1903)

Fundador – JOSÉ RANGEL (1868-1940)

3º Sucessor – MÁRCIO SAMPAIO (1941)

Cadeira nº 29

Patrono: AURELIANO Pereira Corrêa PIMENTEL (1830-1908)

Fundador – LINDOLPHO GOMES (1875-1953)

5º Sucessor – AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO Filho (1930)

Cadeira nº 30

Patrono: OSCAR Nogueira DA GAMA (1870-1900)

Fundador – LUIZ Joaquim DE OLIVEIRA (1874-1960)

2º Sucessor – CAIO César BOSCHI (1947)

Cadeira nº 31

Patrono: LUCINDO Pereira dos Passos FILHO (1847-1896)

Fundador – Antônio Vieira de Araújo MACHADO SOBRINHO (1872-1938)

5º Sucessor – RUI MOURÃO (1929)

Cadeira nº 32

Patrono: MARQUÊS DE SAPUCAÍ (Cândido José de Araújo Vianna)
(1793-1875)

Fundador – MÁRIO Franzen DE LIMA (1886-1936)

3º Sucessor – CARLOS BRACHER (1940)

Cadeira nº 33

Patrono: EDGAR DA MATTA Machado (1878-1907)

Fundador – MÁRIO Antônio de MAGALHÃES Gomes (1885-1937)

6º Sucessor – LUÍS Ângelo da Silva GIFFONI

Cadeira nº 34

Patrono: THOMAZ Antonio GONZAGA (1744-1810)

Fundador – Joaquim MENDES DE OLIVEIRA (1879-1918)

6º Sucessor – ORLANDO de Oliveira VAZ Filho (1935)

Cadeira nº 35

Patrono: JOÃO PINHEIRO da Silva (1860-1908)

Fundador – NAVANTINO SANTOS (1885-1946)

4º Sucessor – CARLOS MÁRIO da Silva VELOSO (1936)

Cadeira nº 36

Patrono: José ELOY OTTONI (1764-1851)

Fundador – NELSON Coelho DE SENNA (1876-1952)

3º Sucessor – ALOÍSIO Teixeira GARCIA (1944)

Cadeira nº 37

Patrono: Manoel BASILIO FURTADO (1826-1904)

Fundador – OLYMPIO Rodrigues DE ARAÚJO (1860-1923)

3º Sucessor – OLAVO Celso ROMANO (1938)

Cadeira nº 38

Patrona: BEATRIZ Francisca de Assis BRANDÃO (1779-1868)

Fundador – PAULO Emílio da Silva BRANDÃO (1883-1928)

3º Sucessor – PEDRO ROGÉRIO Couto MOREIRA (1946)

Cadeira nº 39

Patrono: José BASILIO DA GAMA (1740-1795)

Fundador – PLÍNIO Sérgio de Noronha MOTTA (1876-1953)

3º Sucessor – PATRUS ANANIAS de Souza (1952)

Cadeira nº 40

Patrono: VISCONDE DE CAETÉ (José Teixeira da Fonseca Vasconcellos) (1766-1838)

Fundador – Francisco Augusto PINTO DE MOURA (1865-1924)

2º Sucessor – MARIA JOSÉ DE QUEIROZ (1936)

Impresso no parque gráfico da
Companhia de Tecnologia da Informação
do Estado de Minas Gerais - Prodemge



Av. Augusto de Lima, 270 - Centro - BH

